



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

Marieve Pereira da Silva

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES NEGRAS SOBRE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PROCESSO DE DENÚNCIA E NÃO-
DENÚNCIA**

**Salvador
2008**

Marieve Pereira da Silva

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES NEGRAS SOBRE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PROCESSO DE DENÚNCIA E NÃO-
DENÚNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestra, área de concentração: Gênero, Cuidado e Administração em Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Normélia Maria Freire Diniz

**Salvador
2008**

Marieve Pereira da Silva

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES NEGRAS SOBRE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PROCESSO DE DENÚNCIA E NÃO-
DENÚNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre, área de concentração: Gênero, Cuidado e Administração em Saúde.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2008.

COMISSÃO EXAMINADORA

Normélia Maria Freire Diniz *Normélia Maria Freire Diniz*
Doutora em Enfermagem e Professora pela Universidade Federal da Bahia

Maria de Fátima de Souza Santos *Fátima Santos*
Doutora em Psicologia e Professora pela Universidade Federal de Pernambuco

Maria do Rosário de Menezes *Rosário Menezes*
Doutora em Enfermagem e Professora pela Universidade Federal da Bahia

Regina Lucia Mendonça Lopes *Regina Lucia Mendonça Lopes*
Doutora em Enfermagem e Professora pela Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho a todas as mulheres que sofreram ou sofrem violência doméstica, mas que mesmo assim não deixam de ser guerreiras em busca de um futuro melhor para elas e para as que as cercam.

AGRADECIMENTOS

Nesta vitória, agradeço a Deus, Pai, Ser Único e Onipresente, por me dar o dom mais precioso do Universo - A Vida, estando sempre ao meu lado nos desafios, conquistas e sucessos, com a sua sabedoria divina, modéstia e resignação, findando mais esta grande etapa.

Aos meus pais, sinônimo de amor, carinho, coragem e perseverança, por abrirem as portas do meu futuro sobre a importância do saber, amo vocês!

Aos meus irmãos, verdadeiros amigos e conselheiros, pelo eterno incentivo para atingir meus objetivos.

A Dala, por sua humildade e dedicação indispensável.

Ao meu noivo, pelo seu carinho, amor incondicional, tornando-se peça fundamental para a conclusão desta trajetória. Amo-te amor!

À minha orientadora Professora Dr^a Normélia Maria Freire Diniz, a qual se tornou uma pessoa muito especial na minha vida, pela sua competência, dedicação, apoio e compreensão, desde o início ao fim deste trabalho.

À Equipe de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da UFBA pelas orientações, sugestões e pelo bom convívio durante este período.

À Dr^a Solange Maria dos Anjos Gesteira, pelo exemplo de pessoa que és e pelos seus ensinamentos e incentivos que me transmitiu com um sorriso franco e aberto.

À Dr^a Regina Lúcia Mendonça Lopes pela sua generosidade, motivação, constante apoio e conhecimentos passados, bem como as professoras Dras. Maria de Fátima de Souza Santos e Maria do Rosário de Menezes pelas valiosas contribuições prestadas durante a minha defesa.

À amiga Lene, hoje posso incluí-la no meu rol de amigos especiais, pela cumplicidade, companheirismo, dedicação e por compartilhar plenamente seus conhecimentos na construção deste trabalho de uma maneira tão sensível e terna.

À amiga Simone, pela sua atenção, disponibilidade, ajuda e carinho no decorrer deste trabalho.

A todas as colegas e amigas(os) que compartilharam alegrias e tristezas, durante esta trajetória, me passando força e esperança em permanecer nesta árdua batalha do saber.

Ao Coletivo de Mulheres do Calafate e as entrevistadas pela lição de vida compartilhada e pela coragem em expor seus sentimentos, seus medos e suas expectativas que serviram como inspiração para este trabalho.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esta conquista se realizasse.

Muito obrigado a todos vocês!

*"A violência, seja qual for a maneira
como ela se manifesta, é sempre uma
derrota."*

(Jean-Paul Sartre)

SILVA, Marieve Pereira da. **Representações Sociais de Mulheres Negras sobre Violência Doméstica e o Processo de Denúncia e Não-Denúncia**. 2008. 96f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

RESUMO

Este estudo teve como objeto as representações sociais das mulheres negras sobre violência doméstica e o processo da denúncia e não-denúncia. O objetivo geral foi analisar as representações sociais de mulheres negras sobre violência doméstica e o processo da denúncia e da não-denúncia. Os objetivos específicos foram: apreender o conteúdo e a estrutura das representações sociais construídas pelas mulheres negras sobre violência doméstica e apreender as representações sociais de mulheres negras sobre o processo da denúncia e da não-denúncia. Utilizou como metodologia a técnica descritiva e exploratória com abordagem qualitativa e quantitativa fundamentada na Teoria das Representações Sociais. Foram entrevistadas 150 mulheres residentes na comunidade do Calafate, situada no município de Salvador/BA. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se o Teste de Associação Livre de Palavras e entrevista acompanhada por formulário semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas. Os dados quantitativos foram tabulados e processados com o uso dos softwares, Word, Excel e Evoc 2000 e apresentados na forma de tabelas, gráficos e quadros. Os dados qualitativos foram organizados com base na análise temática de Bardin. Foram seguidos os aspectos éticos recomendados pela Resolução 196/96 do CNS. A caracterização dos sujeitos deste estudo apontou os seguintes resultados: Predomínio de adultos jovens e adultos, mulheres da raça negra, com baixo nível de escolaridade, 52% das mulheres são casadas ou vivem em união consensual, desenvolvem trabalhos laborais de baixa remuneração, dependem financeiramente de terceiros (marido/companheiro), 80,7% das mulheres declararam já ter sofrido algum tipo de violência, dentre elas destacam-se a violência psicológica, sexual e física. A estrutura das representações acerca da violência doméstica encontra-se embasada pelos elementos do núcleo central no qual se observou representações arraigadas predominantemente no significado da violência física, diante dos respectivos termos de maior frequência de evocação: briga, agressão e espancamento, enquanto que no sistema periférico a composição dos elementos se apresentou em três etapas de construção desta violência: causa (ignorância, falta-de-estudo, discórdia e ciúmes), consequência (agressão-moral, infelicidade, indignação, vergonha e destruição) e ação (impotência, silêncio, vingança e denúncia). As entrevistas qualitativas mostraram que o estudo aponta elementos para mudança da estrutura das representações de violência doméstica, ancorando essa representação na indignação destas mulheres pela demora na tramitação da denúncia, a deficiência da infra-estrutura nas delegacias, o despreparo dos profissionais em prestar o atendimento a estas mulheres e a fragilidade destas diante do complexo fenômeno da violência doméstica, mantendo-as presas à situação de violência. O estudo atende a Lei Maria da Penha por buscar a compreensão da violência doméstica a partir do olhar das categorias gênero e raça, contribuindo para ampliar as discussões que permeiam o processo de construção do atendimento na Rede e para dá subsídios para os profissionais em saúde identificar mulheres em situação de violência doméstica e refletirem acerca da importância da rede de atendimento.

Palavras-Chaves: violência doméstica, mulheres negras, denúncia, não-denúncia.

SILVA, Marieve Pereira da. **Social Representations of the Black Women on Domestic Violence and the Process of the Denunciation and Not Denunciation**. 2008. 96f. Dissertation (Masters in Nursing) - School of Nursing, Federal University of the Bahia. Salvador, 2008.

ABSTRACT

This study had as object the social representations of the black women on domestic violence and the process of the denunciation and not-denunciation. The general objective was to analyze the social representations of black women on domestic violence and the process of the denunciation and the not-denunciation. The specific objectives had been: to apprehend the content and the structure of the social representations constructed by the black women on domestic violence and to apprehend the social representations of black women on the process of the denunciation and the not-denunciation. The descriptive and exploratory technique with qualitative and quantitative boarding used as methodology based on the Theory of the Social Representations. 150 resident women in the community of the Caulker, situated had been interviewed in the city of Salvador/BA. As instrument of collection of data used the Test of Free Association of Words and interview followed for form half-structured with open and closed questions. The quantitative data had been tabulated and processed with the use of softwares, Word, Excel and Evoc 2000 and presented in the form of tables, graphs and pictures. The qualitative data had been organized on the basis of the thematic analysis of Bardin. The ethical aspects recommended by Resolution 196/96 of the CNS had been followed. The characterization of the citizens of this study pointed the following results: Predominance of adolescents and young adults, women of the black race, low level of schooling, 52% of the women are married or live in union consensual, develop labor works of low remuneration, depend financially on third (accompanying husband/), 80.7% of the women had declared already to have suffered some type of violence, amongst them are distinguished it psychological, sexual and physical violence. The structure of the representations concerning the domestic violence meets based by the elements of the main nucleus in which if it predominantly observed anchor representations in the meaning of the physical violence, ahead of the respective terms of bigger frequency of mandate: fight, aggression and beating, whereas in the peripheral system the composition of the elements if presented in three stages of construction of this violence: cause (ignorance, lack-of-study, discord and jealousy), consequence (aggression-moral, misfortune, indignation, shame and destruction) and action (impotence, silence, revenge and denunciation). The qualitative interviews had shown that the study it points elements with respect to change of the structure of the representations of domestic violence, anchoring this representation in the indignation of these women for the delay in the transaction of the denunciation, the deficiency of the infrastructure in the police stations, the unpreparedness of the professionals in ahead giving to the attendance to these women and the fragility of these of the complex phenomenon of the domestic violence, keeping the canine tooth the situation of violence. The study "Maria da Penha" for searching the understanding of the domestic violence from the look of the categories takes care of to the Law sort and race, contributing to extend the quarrels that pervasive the process of construction of the attendance in the Net and stops of the subsidies for the professionals in health identifying women in situation of domestic violence and reflecting concerning the importance of the attendance net.

Word-Key: domestic violence, black women, denunciation, not-denunciation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA	12
2.1 ORIGEM DA VIOLÊNCIA	12
2.2 VIOLÊNCIA A PARTIR DA CATEGORIA GÊNERO	13
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA NEGRA/VIOLÊNCIA	14
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A MULHER NEGRA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	17
2.5 REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	22
3 REFERENCIAL TEÓRICO	24
3.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	24
3.2 A TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL	26
4 METODOLOGIA	28
4.1 TIPO DE ESTUDO	28
4.2 ESPAÇO DO ESTUDO	28
4.3 OS SUJEITOS DO ESTUDO	29
4.4 ASPECTOS ÉTICOS	30
4.5 COLETA DE DADOS	30
4.6 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	32
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	35
5.2 ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	36
5.2.1 Representações Sociais da Violência Doméstica	39
5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROCESSO DA DENÚNCIA E DA NÃO DENÚNCIA	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	66
APÊNDICE B - Questionário do Teste de Associação Livre de Palavras	67
APÊNDICE C - Formulário: Dados Quantitativos	68
APÊNDICE D - Formulário: Dados Qualitativos	70
APÊNDICE E - Entrevistas	71
ANEXO A - Distribuição das palavras evocadas por frequência e ordem média - Evoc 2000	86
ANEXO B - Distribuição dos termos evocados segundo quadrantes do quadro de quatro casas - Evoc 2000	90
ANEXO C - Dicionário de Termos Evocados - Evoc 2000	92
ANEXO D - Parecer e Aprovação do Comitê de Ética Em Pesquisa	93

1 INTRODUÇÃO

Quase metade das mulheres assassinadas tem como agressores o marido e/ou namorado (FERREIRA, 2005). O mau-trato à mulher se expressa no âmbito familiar como consequência de uma luta de poder onde, histórica e culturalmente, ela se situa em um plano inferior ao do homem. Há mais de um século, as mulheres têm começado a questionar as práticas discriminatórias que as situam nesta posição de inferioridade (MEZA et al. 2001).

A violência responde a 7% de todas as causas de mortes de mulheres entre 15 e 44 anos, ressaltando que, um bilhão (1.000.000.000) de mulheres já foi espancada, forçada a ter relações sexuais ou submetida a algum tipo de abuso. Contudo, estes índices não representam à realidade, pois a subnotificação da violência é uma realidade no Brasil (FERREIRA, 2005a).

Desde 1975, identificou-se a necessidade da notificação de doenças e agravos à saúde por meio da notificação compulsória de doenças consideradas relevantes para os municípios e estados através da Lei n. 6.259 de 30 de outubro (BRASIL, 1975). Entretanto, muitos agravos não eram notificados, em especial a violência que, na maioria das vezes, não era sequer percebida como problema de saúde pública e, portanto, não reconhecida como passível de notificação. Prova disso é que, em 2001, o próprio Ministério da Saúde, através da Portaria n.1943/GM/MS (BRASIL, 2001) especificou os agravos a serem notificados, sendo que a violência não aparece na listagem, o que só acontece a partir de 2003, através da Lei n. 10.778 de 24 de novembro.

A Lei n. 10.778 dispõe acerca da notificação compulsória da violência contra a mulher em todo o território nacional, tornando-se obrigatório aos serviços de saúde pública ou privada dar conhecimento do atendimento que fizerem às vítimas deste tipo de violência. Esta notificação tem como objetivo realizar estatísticas referentes à temática, a fim de que se possam planejar melhores políticas públicas relacionadas à violência de gênero colocando-as em prática. A partir da realidade brasileira, esta Lei nos permite constatar: onde acontece a violência, que tipo ocorre com mais frequência, quem a comete, quem é esta mulher que sofre a violência (raça, idade, classe social, etc.), revertendo esse planejamento para a própria mulher que também sai beneficiada (BRASIL, 2003).

Na condição de enfermeira do Programa de Saúde da Família, percebo que esta Notificação Compulsória de Violência Contra a Mulher não é uma prática vivenciada no

meu dia-a-dia. Diante do exposto, faz-se necessária uma intervenção maior por parte das políticas públicas em se fazer cumprir esta Lei, uma vez que nós, profissionais, somos despreparados para prestar uma assistência digna às mulheres em situação de violência.

Ainda com relação ao meu cotidiano profissional em saúde pública, percebo que no meu espaço de trabalho, a violência permeia a vida das pessoas na comunidade, trazendo complicações importantes para a saúde e para o desenvolvimento social. Esta percepção encontra respaldo em estudos que mostram a associação da violência com problemas de saúde, como hipertensão, depressão, estresse pós-traumático, abortos; além de repercutir negativamente no espaço de trabalho e no processo educativo (DINIZ e MONTEIRO, 2003; BALLONE, 2003). Entretanto, na minha formação, a violência não foi percebida como objeto de estudo da saúde, o que não me deu sensibilidade e suporte técnico para lidar com o fenômeno no meu cotidiano profissional.

Muitos profissionais não dispõem de informações básicas que permitam identificar e/ou diagnosticar a violência (GONÇALVES; FERREIRA, 2002). Segundo Almeida (1998), a temática violência não aparece nos currículos de graduação, o que está diretamente associada à assistência prestada. Todavia, este fenômeno encontra-se presente nos diversos espaços do setor saúde, uma vez que, enquanto graduandos e/ou profissionais, nos deparamos com pessoas em situação de violência, seja nas emergências hospitalares, maternidades, nos programas de planejamento familiar, pré-natal, entre outros.

Infelizmente, os profissionais limitam-se ao cuidado específico da lesão física, na maioria das vezes não investigando uma relação com a violência. Conseqüentemente, esta assistência tecnicista e curativista torna-se fragmentada, à medida que não há investigação para se identificar marcas não visíveis, mas que trazem sérias repercussões para a saúde da mulher. Percebe-se, assim, que a vivência de violência viola o direito à saúde previsto pela Organização Mundial de Saúde, sobretudo, quando associada às variáveis de gênero, raça, pobreza e poder (PITANGUY, 1998).

Ressalvo também minha vivência no Projeto de Extensão intitulado “Mulheres em situação de violência doméstica e a rede de atendimento” com objetivo de acolher mulheres que sofrem violência doméstica vinculando-as a rede de atendimento. Através deste projeto tive oportunidade de me aproximar da comunidade e dos sujeitos do estudo, e melhor me apropriar de suas representações e vivências acerca da violência doméstica, bem como de suas experiências frente às estratégias de enfrentamento da violência, sobretudo, nos espaços da comunidade, como o Coletivo de Mulheres do Calafate, e nos

serviços públicos, tais como: delegacia especializada no atendimento à mulher em situação de violência, centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência, etc.

Nesta perspectiva, sensibilizei-me com esta realidade, sendo que, em muitos casos, a violência praticada pelo companheiro expressava-se fisicamente, principalmente com relação às mulheres negras que compõem em quase sua totalidade a comunidade feminina do município onde atuo. Percebe-se, assim, que na condição de ser mulher somada a de ser negra há uma intensificação da violência, expressando-se nas discriminações raciais e de gênero. Daí surgiu meu interesse em desenvolver este estudo.

A este respeito, Rufino (1999) refere que a violência contra a mulher é uma epidemia que desconhece classes sociais, trazendo maior vulnerabilidade para as mulheres negras que sofrem as seguintes discriminações: de gênero, privada no lar; da pobreza, que as escraviza às jornadas de trabalho intermináveis, das quais não sobrarão sequer à mínima aposentadoria; e relativas ao sombrio preconceito racial, que tenta confinar o espaço domesticado que vai do fogão ao tanque, no fundo de cena.

Para melhor compreendermos este espaço destinado à mulher, trazemos a seguir alguns discursos femininos, destacados por mim durante o Projeto de Extensão já mencionado:

“...tristeza... a mulher não faz parte do mundo do lado de fora... ela só tem um mundo... o mundo dela é a casa”.

“...desgosto... o mundo dela é do tamanho do ovo de codorna... o ovo tem que quebrar para ela se libertar... ela só conhece o caminho do quarto”.

Estes três poderosos fatores relacionados à discussão da vulnerabilidade em mulher negra são determinantes da violência estrutural que nos atinge, mas por outro lado, requer a compreensão de que a mulher negra, enquanto ser indivisível vivencia simultaneamente graus extremos de violência decorrente do sexismo, do racismo e dos preconceitos de classe social, em um bloco monolítico e, tantas vezes, pesado demais (JORNAL DA REDE SAÚDE, 2001).

Diante de toda esta experiência e da escassez de estudos que tratem da temática violência doméstica em mulheres negras, comecei a me questionar: Quais as representações das mulheres negras sobre violência doméstica e o processo da denúncia e da não denúncia?

A fim de obter respostas para os meus questionamentos, defini como objeto de estudo: as representações sociais das mulheres negras sobre violência doméstica e o

processo da denúncia e não-denúncia.

Neste sentido, o estudo tem como objetivo geral analisar as representações sociais de mulheres negras sobre violência doméstica e o processo da denúncia e da não-denúncia.

Os objetivos específicos serão os seguintes: apreender o conteúdo e a estrutura das representações sociais construídas pelas mulheres negras sobre violência doméstica e apreender as representações sociais de mulheres negras sobre o processo da denúncia e da não-denúncia.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

2.1 ORIGEM DA VIOLÊNCIA

Dadoun (1998) analisando a etimologia da palavra violência, do latim *vis*, significando “força”, “potência”, entende que *vis* expressa, na verdade o “emprego da força”, “vias de fato”.

Segundo De Plácido e Silva (1984), a violência é definida de forma mais específica:

(...) o ato de força, a impetuosidade, a brutalidade, a veemência. Em regra, a violência resulta da ação ou da força irresistível, praticadas na intenção de um objetivo que não se teria sem ela. Juridicamente, a violência é espécie de coação, ou forma de constrangimento, posto em prática para vencer a capacidade de resistência de outrem, ou para demovê-la à execução de ato, ou a levar a executá-lo, mesmo contra a sua vontade.

A violência é um fenômeno cada vez mais visível em todos os âmbitos da vida humana, definida por Teles e Melo (2002) como uso da força física, psicológica ou intelectual para coagir outra pessoa a fazer algo que não está com vontade, constrangendo-a, tolhendo-a a liberdade.

Desde os primórdios da história, a violência manifesta-se em alto grau de significância, com diferentes enfoques no decorrer do tempo, de modo que não se tem registro de período algum da sociedade com ausência do abuso da força. Todavia, alguns autores como Singer (1994) e Hérítier (1996) defendem que teria existido um período inicial da humanidade caracterizada pela inexistência do uso da força e marcado pelo matriarcado, em que o poder feminino sobressaia com relação aos aspectos políticos, econômicos, ideológicos, inclusive sobre os homens.

Fraga (2002) afirma que a violência causa desestruturação e desagregação, alimentando o desequilíbrio existente nas relações sociais desiguais, que permeia a vida das pessoas na atualidade. Pela sua complexidade, a violência representa um dos mais graves problemas sociais, manifestando-se expressivamente na vida cotidiana. Entretanto, as diferentes formas de apresentação, bem como sua frequência, vêm fazendo com que as pessoas não mais se inquietem diante desta problemática, o que reflete a banalização da violência, e conseqüentemente, sua naturalização. Assim, a não organização em busca de estratégias de enfrentamento, a sociedade torna-se conivente com a sua permanência e propagação.

2.2 VIOLÊNCIA A PARTIR DA CATEGORIA GÊNERO

Na década de 70, o conceito de gênero foi introduzido pelo feminismo iniciando-se, então, a luta por igualdade entre homens e mulheres a partir do Movimento Feminista, sendo incorporadas concepções políticas, intelectuais e teóricas, buscando a desnaturalização, o reconhecimento e a superação das relações assimétricas dos gêneros femininos e masculinos. A partir deste movimento, as mulheres incorporaram um caráter reivindicatório diante do seu papel na sociedade que incluía a desqualificação e a inferioridade lutando pela sua valorização e reconhecimento enquanto sujeito de direitos (FRASER, 2002).

A crise do modelo patriarcal, marcada a partir da década de 90, possibilita a presença maciça das mulheres no mercado de trabalho remunerado, de modo que havia 854 milhões de mulheres economicamente ativas no mundo inteiro, respondendo por 32,1% da força de trabalho em termos globais. Este fenômeno deve-se, de um lado, a informatização, a integração em rede e a globalização da economia e, de outro, a segmentação do mercado de trabalho por sexo, que se aproveita das condições sociais e de gênero específicas da mulher para aumentar a produtividade, o controle gerencial e, conseqüentemente, os lucros. Este processo gerou conseqüências muito importantes na família, resultando em profundas transformações (CASTELLS, 1998).

Neste sentido, o autor acima refere que a mulher passa a contribuir financeiramente no orçamento doméstico, sendo este papel decisório para a manutenção da casa. Coloca ainda que o feminismo pragmático, constituído por donas-de-casa, mulheres exploradas e agredidas que lutam pela sua sobrevivência e dignidade, de uma maneira geral, favorece a continuidade do capitalismo patriarcal (CASTELLS, 1998).

Sendo assim, o poder de barganha da mulher no ambiente doméstico, embora tenha crescido, ainda continua limitado devido à condição de submissão da mulher perante o homem favorecendo a ocorrência de relações de violência no espaço doméstico.

Ancorando na questão família, destaca-se a “família moderna” instituída, em 1750, na burguesia européia, a qual explora a visão do marido como autoridade e chefe de família, enquanto que a mulher assume o seu papel de submissa, sendo os seus cuidados voltados exclusivamente ao homem, aos filhos e ao lar (CAMARGO, 1996).

Ao longo da história, a família ocupou diferentes funções na sociedade. Desde os primórdios, teve como função básica a manutenção da riqueza e da propriedade, como

citado pela autora acima, passando pela interferência dos dogmas religiosos, a indissolubilidade do casamento no cristianismo (LASCH, 1991).

Em contrapartida ao tradicionalismo familiar, observa-se que na realidade pós-moderna investe-se em um mundo altamente tecnológico e globalizado, onde as diferenças culturais diminuam grandemente, pelo poder das várias formas de comunicação, e onde o ser humano vive cada vez mais alienado ou distanciado do seu mundo interno, da introspecção, daquilo que demanda tempo para elaborar. A vivência numa sociedade se processa num ritmo muito rápido e alucinante, com ênfase no visual e no sonoro, onde o habitat silencioso é um fato do passado. A cultura do descartável, impulsionada pela máxima do consumismo, passa a ser um modelo que influencia os relacionamentos atuais (PAIVA et al., 2003).

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA NEGRA/VIOLÊNCIA

De acordo com Salles (2002) e Tuirán (2002), o conceito de família é polissêmico, restringindo-se como núcleo familiar básico e ampliando-se como grupo de indivíduos ligados entre si por laços consangüíneos, consensuais ou jurídicos, que estabelecem fortes vínculos de parentesco. Este conceito é mutável através de culturas, região e classe social.

A família, enquanto instituição social básica é considerada fundamental para a proteção, socialização e sobrevivência dos indivíduos. Oferece, através de sua construção, o desenvolvimento de práticas culturais, econômicas, da propriedade do grupo, das relações de gênero e da reciprocidade de gerações. Determinada como uma organização, ela produz, reúne e distribui recursos para o contentamento das necessidades essenciais das pessoas (CARVALHO; ALMEIDA, 2003).

No que diz respeito à família negra, Rocha (2006) afirma que o passado escravista fez com que o negro perdesse seus referenciais da vida familiar, afetando negativamente sua inserção na sociedade até os dias atuais, em função da herança do cativo. A falta de condições culturais e educacionais de competir em pé de igualdade com o “branco”, gera efeitos psicológicos negativos levando a família negra a enfrentar problemas como alcoolismo, prostituição, desemprego e dificuldades de moradias.

Ainda segundo Rocha (2006), na sociedade brasileira, o tipo mais comum de arranjo familiar é aquele denominando nuclear, composto pelo casal e respectivos filhos. Porém, nas últimas décadas, vem assumindo crescente importância o arranjo constituído

pela mulher sem cônjuge, residindo com filhos. Comparando-se a estrutura familiar negra com a estrutura familiar branca, o autor aponta os seguintes dados: 55% das famílias brancas situavam-se no modelo nuclear contra 42% das pretas e 56% das pardas. Por outro lado, no que se refere às mulheres sem cônjuge com filhos, entre as brancas este percentual era de 16,6% contra 22,4% das pretas e 18,8% das pardas. Desse modo, o padrão tradicional, embora em declínio relativo em todos os grupos, se mostra mais afetado entre as famílias pretas, enquanto que o grupo de mulheres sozinhas com filhos, que comumente abrange um grande número de famílias no qual a desestruturação conjugal está associada ao agravamento da condição de pobreza, é bem mais elevado entre as famílias pretas. Ampliando essa situação, trago o estudo de Petruccelli (2000), que mostra que as mulheres pretas contraem casamento em proporção menor que as mulheres brancas e pardas (48% contra 55% e 59%, respectivamente). Outro aspecto interessante diz respeito aos padrões de casamento inter-étnicos. Dados do IBGE/PNAD 1996 revelam que 85% das pessoas de referência de cor branca estão casadas com cônjuges brancos. Já em relação às pessoas de referência pretas, apenas 53% têm cônjuges de cor preta, contra 20% de brancos e 27% de pardos. Em relação ao poder aquisitivo, estatísticas revelam que apenas 3,5% das famílias pretas e pardas têm rendimento *per capita* maior que 5 salários mínimos contra 14,1% das famílias brancas.

Como assinalam os autores supracitados, a partir dos anos 90 houve um aumento do patamar de desemprego, queda no rendimento médio dos trabalhadores e grande proporção de trabalhadores em situação de pobreza ou indigência. Em vista disto, mulheres e filhos atingiram uma maior parcela de ocupação no mercado de trabalho, a fim de complementar as fontes de renda da família como uma das estratégias de sobrevivência.

Dados preliminares do Censo 2000 evidenciaram um crescimento das separações, de novas uniões e de casamento não-oficiais, com as uniões consensuais elevando-se dos 18,3% para 28,3% do total de arranjos conjugais registrados em 1991. Houve aumento de 27,3% das responsabilidades das mulheres, que passaram a responder pela chefia da casa, sendo responsável por 1 a cada 4 domicílios brasileiros (BRASIL, 2001). Diante desta situação, os problemas familiares afetam as condições materiais de subsistência originando conflitos, como a violência doméstica.

A violência do homem para com a mulher no âmbito doméstico tem suas origens na construção social do gênero e na legitimação social do uso da violência (GONZÁLEZ et al., 2000). A cada 15 segundos uma mulher é espancada pelo companheiro ou marido;

mais de 70% dos incidentes violentos são de espancamento de mulheres por seus companheiros, que escapam de penas alegando ter agido “sob forte emoção” (FERREIRA, 2005).

Para a Organização Pan-Americana de Saúde, o número de vítimas e a gravidade de seqüelas emocionais que ocasiona a violência, alcançaram um caráter endêmico e se transformou num problema de saúde pública (OPAS, 1995). Todavia, apesar da grandiosa importância, é rara a violência tornar-se visível.

Conforme Schraiber et al. (2000), quando as mulheres que estão sofrendo violência procuram os serviços de saúde, dificilmente revelam espontaneamente esta situação. Mesmo quando os profissionais lhes questionam, correm o risco de não ser divulgado este sofrimento, devido à relutância que as mulheres sentem em expor sobre a violência vivida, a insegurança por parte delas em saber se será mantido sigilo sobre suas revelações e a dúvidas em saber se serão bem acolhidas ou não no serviço de saúde, após ciência da situação de violência sofrida. As autoras ainda ressaltam que, muitas vezes, elas não reconhecem os atos agressivos cometidos pelo marido ou companheiro como violência, mas sim como ignorância, estupidez e outros termos parecidos.

Segundo Pesquisa Nacional da Fundação Perseu Abramo (2001), ex-maridos e namorados são as pessoas que mais agredem as mulheres brasileiras, sendo responsáveis por cerca de 70% das agressões praticadas. Foi projetada uma média de 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no país, 175 mil por mês, 5,8 mil por dia e 4 por minuto.

Estatísticas mundiais de mulheres em situação de violência destacam-se em pesquisas de Heise et al. (1999) e Schraiber et al. (2002), nas quais a violência física e sexual vivenciada pelo menos uma vez na vida, é alarmante em localidades como: Canadá e Toronto, onde mulheres de 18 a 64 anos têm uma totalidade de ocorrência com índice de 32,2% de acometimentos; Nicarágua e Leon, mulheres 15 a 49 anos com 73,7% de casos de violência; norte de Londres observa-se uma porcentagem de 53% em mulheres de 16 anos; em São Paulo tem-se 35,4% de mulheres entre 15 a 49 anos vítimas desta agressão; e na Zona da Mata de Pernambuco existe uma ocorrência de 46,5% de acometimentos de violência doméstica entre mulheres de 15 a 49 anos.

Nenhum país conseguiu eliminar a desigualdade de gênero. De cada 5 mulheres, 1 será vítima ou sofrerá uma tentativa de estupro até o fim de sua vida; a tentativa de suicídio é de 2 a 3 vezes mais frequentes entre mulheres agredidas; 1 em cada 5 dias de falta ao trabalho é causado pela violência contra as mulheres dentro de suas casas; a cada cinco

anos na América Latina e Caribe, a violência doméstica faz com que a mulher perca 1 ano de vida saudável (FERREIRA, 2005).

As desigualdades de gênero resultam em compreender como se constituem as relações entre homens e mulheres face à distribuição de poder. Neste sentido, o conceito de gênero possibilita compreender a maneira pela qual o poder é definido, estruturado e exercido, chamando-se atenção, no entanto, para a necessidade de relativizar o seu potencial analítico, uma vez que a compreensão da categoria gênero nos permite perceber as desigualdades entre homens e mulheres. Entretanto, para a realização da análise da violência não podemos considerar somente as desigualdades de gênero, haja vista que as desigualdades de classe, geração, etnicidade e raça tornam mais dramáticas as vivências dos indivíduos e, mais especificamente, das mulheres (ROWBOTHAM, 1998).

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A MULHER NEGRA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Conforme Grin (2006), o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas demonstrou que, a discriminação salarial é maior entre mulheres ditas afro-descendentes do que em mulheres brancas. Mostrou, também, que os indicadores de desigualdade social no Brasil têm revelado que os pretos e pardos, categorizados negros, são maioria entre os seguimentos mais pobres da sociedade, o que denota a veracidade da discriminação racial.

A autora interpreta ainda, a omissão do Estado em relação aos problemas sociais, às desigualdades e às limitações das políticas de caráter universalista, trazendo como saída à implementação de ações afirmativas, reparatórias e compensatórias, que buscam elevar a raça discriminada ao patamar de igualdade social em relação à raça até agora dominante.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as diversas formas de discriminação estão fortemente associadas aos fenômenos de exclusão social que dão origem e reproduzem a pobreza. São responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza. Nos últimos anos, tem aumentado o reconhecimento de que as condições e causas da pobreza são diferentes para mulheres e homens; negros e brancos. O gênero e a raça são fatores que determinam, em grande parte, as possibilidades de acesso ao emprego, assim, como os indivíduos e as famílias vivenciam a pobreza e conseguem ou não superá-la. No Brasil, as discriminações de gênero e raça

têm atuado como eixos estruturantes dos padrões de desigualdade e de exclusão social. Esta lógica se reflete no mercado de trabalho, no qual as mulheres, especialmente as mulheres negras, vivenciam as situações mais desfavoráveis (OIT, 2001).

A análise das desigualdades de gênero tem sido fortalecida pela interpretação de pesquisas que apontam, por exemplo, para a pequena representação política das mulheres e para seus baixos salários. A explanação dos indicadores sociais também possibilita a compreensão da dinâmica gênero/geração/classe/raça/etnia na crítica dos diferenciais de renda entre homens e mulheres nos setores populares e nas camadas ricas da população, bem como entre mulheres brancas e mulheres negras, com efeitos às vezes mais dramáticos que os diferenciais entre homens e mulheres brancas (ROWBOTHAM, 1998).

A violência contra a mulher negra encontra respaldo no passado escravista da sociedade brasileira. Fernandes (1978), ao analisar as raízes da violência na família negra, remete-se ao passado escravista no qual a violência infringida aos escravos na relação com os senhores bem como o uso e o abuso dos castigos produziram o que muitos autores denominam de anomia ou socialização imperfeita, ou seja, os escravos submetidos a este tipo de tratamento perdiam os princípios básicos de vida em sociedade, como respeito ao próximo, regras de convivência e civilidade, utilizando a violência como sua única forma de expressão social.

Lima (2002) acrescenta que, a instrumentalização da violência por parte do escravo constituía uma porta de entrada para a sua inserção no meio social, destacando-se aquele que apresentava maior aptidão bélica que acabava por atuar como um braço armado do senhor tendo assim maior visibilidade e possibilidade de ascensão social.

Para Machado (1987), a influência da violência deixa de ser limitada às relações senhor-escravo, estendendo-se para dentro da comunidade escrava, onde os atos violentos eram considerados rotineiros e naturais.

De um modo geral, o caráter violento e opressor da escravidão no Brasil, teria destruído todas as normas e referências de comportamento social e familiar dos escravos, impedindo a existência de qualquer tipo de solidariedade duradoura entre eles. Segundo Fernandes (1978), os efeitos morais negativos daquele sistema de produção se fizeram sentir sobre os cativos mesmo no período pós-abolição. A imensa miséria material e moral que acompanhou os libertos e seus descendentes, desde os tempos do cativo, teriam impedido que estes concorressem em pé de igualdade com os imigrantes europeus recém-chegados. Essa herança do cativo, que tornava o negro incapaz de ascender socialmente,

condenava-o ao alcoolismo, à prostituição, ao desemprego e às piores moradias, tinha como principal elemento a ausência de laços familiares e uma conseqüente promiscuidade generalizada no interior das senzalas e, posteriormente, dos cortiços.

Esta relação de violência observada no passado escravista, de certa forma é apreendida, o que nos ajuda nos dias atuais, a entender as relações conflituosas predominantes dentro da família negra contemporânea, com destaque para a violência doméstica contra a mulher.

Para coibir e desestimular essa violência às demandas judiciais específicas não têm sido suficientemente utilizadas (SILVA, 2001). Percebe-se, portanto, o quanto se torna arraigado no cotidiano das nossas vidas à violência racial de gênero, mesmo que imperceptível nas nossas atitudes. Porém, é necessário mais consciência e sensibilidade por parte da sociedade na formulação de políticas públicas a fim de amenizar e erradicar esta situação.

Para categorizar esta discriminação é relevante ressaltar que, no início dos anos 80 a relação de infecção pelo vírus HIV/AIDS era de 25 homens/ 1 mulher com doença, sendo atualmente de 2 homens/ 1 mulher, e dentre as mulheres, 55% têm entre 20 e 29 anos, predominando as afro-descendentes e as mais pobres (FERREIRA, 2005).

Nos Estados Unidos da América, a taxa de homicídios entre mulheres negras é de 12,3 para cada 100 mil assassinatos e entre brancas é de 2,9. As mulheres negras entre 16 e 24 anos têm três vezes mais probabilidades de serem estupradas do que as brancas (FERREIRA, 2005).

Segundo o último censo do IBGE, 45% das mulheres brasileiras são negras (pretas e pardas) e, em termos de renda, ocupam a base da pirâmide sócio-econômica. Há uma grande concentração de mulheres negras no serviço doméstico, destacando-se, também, o trabalho sem remuneração se comparado ao percentual de mulheres brancas (IBGE, 2000). Isso evidencia que a mulher negra está mais exposta a vínculos empregatícios de baixo *status* social, baixa remuneração e acesso precarizado aos direitos trabalhistas.

Estudo da Fundação Seade sobre óbito realizado em São Paulo, revela que 40,7% das mulheres negras morrem antes dos 50 anos. O risco relativo de mortes maternas de mulheres negras é 7,4 vezes maior do que as não-negras; as taxas de alfabetização e escolaridade são de 90% e 83% para as mulheres brancas, contra 78% e 76% para as negras, respectivamente; e 60% das famílias chefiadas por mulheres negras têm renda inferior a um salário mínimo (Campanha16dias, 2006).

No sentido de minimizar estas desigualdades, muitos eventos vêm se configurando em espaços de discussão sobre a eliminação de todas as formas de discriminação. Fazendo um breve histórico sobre esses movimentos sócio-políticos, podemos mencionar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1968, na qual os integrantes entraram no consenso sobre a discriminação racial, conceituando-a como:

[...] toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo, ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública (CONVENÇÃO DE NEW YORK, 1968).

Um outro espaço de luta pela discriminação se deu em 1979, com a Convenção contra todas as Formas de Discriminação contra a Mulher a qual, em seu Preâmbulo, salienta que:

[...] a eliminação da apartheid, de todas as formas de racismo, discriminação racial, colonialismo, neocolonialismo, agressão, ocupação estrangeira e dominação e interferência nos assuntos internos dos Estados é essencial para o pleno exercício dos direitos do homem e da mulher (CONVENÇÃO DE NEW YORK, 1979).

Com base neste preâmbulo, a Convenção considerou a expressão “discriminação contra a mulher” como:

[...] toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (CONVENÇÃO DE NEW YORK, 1979).

Vale salientar que ambas as Convenções apresentam dispositivos que obrigam os Estados-Membros a desenvolverem ações, inclusive legislativas, para coibir tanto a discriminação por motivo de raça como por motivo de sexo (SILVA, 2001, p.10).

No sentido de dar visibilidade aos grupos com maior vulnerabilidade à violência, aprovou-se, em 1993, na Conferência Mundial de Direitos Humanos, a Declaração Sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher a qual menciona:

[...] o fato de que alguns grupos de mulheres, como por exemplo as mulheres pertencentes às minorias, as mulheres indígenas, as refugiadas, as mulheres migrantes, as mulheres que habitam comunidades rurais ou remotas, as mulheres indigentes, as mulheres reclusas ou detidas em instituições, as crianças, as mulheres com incapacidades, as idosas e as mulheres que se encontram em situações de conflito armado são particularmente vulneráveis à violência (CONVENÇÃO DE VIENA, 1993).

Em 1994, a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos aprovou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, que definiu como violência contra a mulher: “[...] qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. (SILVA, 2001, p.10).

Em seu Art. 9º, que leva em conta os diferentes contextos sócio-econômicos, culturais e as situações específicas vividas pelas mulheres, é disposta que:

[...] para a adoção das medidas a que se refere este capítulo, os Estados-Partes terão especialmente em conta a situação de vulnerabilidade à violência que a mulher possa sofrer em consequência, entre outras, de sua raça, ou de sua condição étnica, de migrante, refugiada ou desterrada (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

Em relação ao trabalho discriminatório do negro no Brasil, destaca-se o Escritório da OIT que vem desenvolvendo um conjunto de programas com o objetivo de apoiar e oferecer assistência técnica aos constituintes tripartites: governo, organizações de trabalhadores e de empregadores. Os programas em andamento para a igualdade racial e de gênero e para a eliminação do trabalho infantil no Brasil são: Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça; Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego e Projeto Igualdade Racial: Desenvolvimento de uma Política Nacional para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação e Promoção da Igualdade Racial no Brasil (OIT, 2001).

O Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça; Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego, oficialmente lançado no Brasil em outubro de 2003, teve como objetivo apoiar a incorporação das dimensões de gênero e raça nas políticas e programas de combate à pobreza e à exclusão social e de geração de emprego e renda, a partir de ações específicas na área do trabalho informal e do trabalho doméstico.

Esta iniciativa vem sendo desenvolvida em estreito diálogo com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (OIT, 2001).

O Projeto Igualdade Racial: Desenvolvimento de uma Política Nacional para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação e Promoção da Igualdade Racial no Brasil tem como objetivo principal contribuir para a eliminação da discriminação racial no mercado de trabalho e para a redução das desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, com atenção especial para a situação das mulheres negras a partir da promoção de ações afirmativas no emprego e na ocupação; e fortalecimento das instâncias de combate à discriminação de gênero e raça no âmbito do Ministério do Trabalho. Tais ações vêm sendo desenvolvidas em parceria com o Ministério do Trabalho, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Promoção de Política de Igualdade e Ministério Público do Trabalho (OIT, 2001).

2.5 REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Nesta perspectiva de políticas públicas voltadas a mulher em situação de violência é necessário evidenciar a efetividade da rede de combate à violência e proteção à mulher como conquistas desses movimentos. A criação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM's, na década de 80, possibilitou a institucionalização da violência doméstica e, posteriormente, a criação de outras instituições, tais quais: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e Casas Abrigo. Tais locais se pautam na perspectiva da cidadania e dos direitos humanos, expressos nos planos normativos/legal que orientam as políticas públicas na direção da defesa dos direitos da mulher (SARTI, 2004).

Contudo, Minayo (1998) entende que a violência afeta a saúde individual e coletiva, sendo reconhecida como alvo das políticas públicas de saúde que transcende as ações isoladas de um único setor social com vista a uma nova abordagem dos problemas sociais de forma intersetorial, que permite uma nova possibilidade de resolução dos problemas sociais. Assim, buscam-se ações integradas para se estabelecer acordos de cooperação, aliança e reciprocidade, no sentido de definir objetivos de forma clara e articulada, ou seja, redes sociais.

Essa concepção de rede foi incorporada pelo Ministério da Saúde com vista ao

desenvolvimento de estratégias pactuadas de vigilância, prevenção e controle sustentável das violências e fatores de risco, ancoradas nas realidades social, econômica e regional do país. Como exemplo, destaca-se a Rede Nacional de Prevenção de Violência, instituída em maio de 2004, que objetiva a implantação da Política de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, promovendo e adotando comportamentos e ambientes seguros e saudáveis. Os integrantes desta rede constituem-se por gestores, profissionais de saúde, instituições públicas, instituições de ensino e pesquisa, entidades profissionais, conselhos de saúde, instituições privadas e não-governamentais (BRASIL, 2006).

Nesta perspectiva, diante as conquistas dos movimentos de mulheres, é importante salientar a aprovação da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher sancionada pelo presidente Lula, em 7 de agosto de 2006.

A Lei nº. 11.340, denominada Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Representa uma grande vitória na luta pelo fim da violência contra mulher, triplicando a pena para agressões domésticas e aumentando os mecanismos de proteção as vítimas, apesar da permanência desta violência em números significativos no cotidiano (BRASIL, 2006).

Salienta-se o Art. 2º que estabelece que, toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas às oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As Representações Sociais são uma forma de saber gerada através do senso comum, considerando o sujeito como parte de um conjunto indissociável com objeto e sociedade (NASCIMENTO; BARBOSA, MEDRADO, 2005). Neste sentido, apreciando que a percepção das mulheres negras sobre violência doméstica e o processo da denúncia e da não-denúncia está ancorada no senso comum, escolhi como eixo teórico a Teoria das Representações Sociais, por permitir uma representação da forma como os indivíduos e grupos simbolizam, agem e tomam decisões frente à violência doméstica.

A Teoria das Representações Sociais surgiu na França, em 1961, a partir da obra *La Psychanalyse, son image et son publique*, do psicólogo Serge Moscovici, pioneiro no estudo das Representações Sociais. Segundo Moscovici (1981, p. 181), as representações Sociais correspondem a “[...] *um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais [...]*”. Desta forma, entende que as Representações Sociais emergem dos processos comunitários diários entre indivíduos.

Esta informação é reforçada por Jodetet (2001, p. 22) quando define a representação como “*uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma orientação prática e concorrendo para construção de uma realidade comum a um conjunto social*”. Afirma ainda que:

[...] a abordagem das representações sociais leva a insistir que, numa área como a da saúde, para aprender o processo da assimilação das informações, necessário se faz considerar os sistemas de noções, valores e modelos de pensamento e de conduta que os indivíduos aplicam para se apropriar dos objetos de seu ambiente [...] (JODELET, 1998, p. 26).

Abric (2000) informa que as Representações Sociais são os conjuntos organizados de informações, atitudes, crenças que um indivíduo ou um grupo elabora a propósito de um objeto, de uma situação, de um conceito, de outros indivíduos ou grupos. Apresentando-se, portanto, como uma visão subjetiva e social da realidade.

Spink (1995) considera as Representações Sociais como uma forma de conhecimento prático que contempla o saber do senso comum, sendo uma orientação para a ação. Neste estudo, a ação da violência engloba uma rede de representações que liga o objeto ao contexto.

De acordo com Moscovici, as funções das Representações Sociais se distinguem em função do saber e função de orientação. A função do saber dá oportunidade aos atores sociais da compreensão do objeto dentro de sua capacidade cognitiva e de acordo com seus valores; e a função de orientação específica a compreensão do objeto determinando como os indivíduos vão agir e reagir perante ele.

Abric (2000), portanto, inclui mais duas funções definidas como identitária e justificadora, que consiste, respectivamente, em indivíduos que compartilham a mesma forma de compreensão do objeto, identificados e protegidos entre os membros do grupo e permite justificar determinada posição ou comportamento a partir da compreensão do objeto.

Em relação à elaboração das Representações Sociais, para Moscovici, são necessários dois processos: objetivação e ancoragem. Na objetivação, o que era desconhecido torna-se familiar, e torna concreto o que é abstrato (SANTOS; ALMEIDA, 2005). A ancoragem é um processo que transforma algo desconhecido e perturbador em algo conhecido, comparando com uma categoria que o indivíduo já conheça. Moscovici (2003, p. 61) afirma que “ancorar é classificar e dar nome a alguma coisa”, atribuindo-lhe sentido. Entretanto, a objetivação gerada no processo da violência doméstica se mostra por influências religiosas, jurídicas, sociais, culturais e morais.

Objetivando detalhar a estrutura das Representações Sociais proposta por Moscovici, Jean Cloud Abric organizou, em 1976, a teoria do Núcleo Central, como forma complementar da Teoria das Representações Sociais. Segundo Abric (2000), a organização de uma representação apresenta uma característica específica: a de ser organizada em torno de um núcleo central, constituindo-se em um ou mais elementos, sempre em quantidade limitada, partes essenciais do conteúdo da representação e que dão significado à representação.

Em torno do núcleo central se organizam os elementos periféricos, estes asseguram a significação, a consistência e a permanência da representação, dando-lhes resistência à mudança. Por sua vez, o sistema periférico é mais flexível, protege-o, permitindo a fusão de diferentes informações e práticas sociais, sendo de fundamental importância para o núcleo central porque permite a ancoragem da realidade (ABRIC, 2003).

Entretanto, embora a violência doméstica seja um fenômeno de saúde pública, este ainda encontra-se socialmente ancorado na visão de um problema de âmbito privado. Trindade (1993) afirma que em função das pressões sociais, o indivíduo mantém um limite

entre a privacidade e a guarda de um segredo, alicerçado em valores, que significam em culpa e vergonha. Torna-se, portanto, necessário conhecer a representação das mulheres negras em relação à violência doméstica para uma melhor compreensão acerca dos motivos associados ao processo da denúncia e da não-denúncia.

3.2 TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL

O conceito de representação social pode ser entendido como um conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes a respeito de um dado objeto social, onde a construção social do indivíduo se dá por meio de sua integração como o grupo, permitindo-lhe compreender a sua realidade e direcionar suas ações dentro do rol de valores, normas e contexto ideológico do grupo (SÁ, 1995; NÓBREGA, 2001; ABRIC, 2003).

Toda representação social orienta-se em torno de um núcleo, que possui um ou mais elementos organizados de forma hierárquica, identificando seu significado e estrutura interna (ABRIC, 1994, p.20).

O núcleo central é um subconjunto da representação cuja ausência desestruturaria ou daria uma significação radicalmente diferente à representação em seu conjunto. Por outro lado, é o elemento mais estável da representação, o que mais resiste à mudança. Uma representação é suscetível de evoluir e de se transformar superficialmente por uma mudança no sentido ou na natureza de seus elementos periféricos. Contudo, o núcleo só muda de significação quando é questionado firmemente pela sociedade (ASSIS et al., 2004).

Assim sendo, o núcleo central assegura a significação, a consistência e a permanência da representação, dando a ele resistência à mudança. Além do núcleo central, existem os sistemas periféricos dispostos em torno deste, sendo partes essenciais do conteúdo da representação, ou seja, seus componentes mais acessíveis, mais vivos e mais completos. Seu papel é essencial e pode ser resumido em cinco funções: concretização, regulação, prescrição de comportamentos, proteção do núcleo central e personalização.

O núcleo central apresenta uma função geradora, que cria ou transforma o significado dos outros elementos integrantes da representação, dando sentido e valor aos outros elementos. Apresenta também uma função organizadora, que determina a natureza das ligações, unindo os elementos da representação (ABRIC, 1998).

Por abrigarem aspectos históricos, culturais e sociais que influenciam diretamente a linguagem, o discurso e a forma de construir a realidade dos indivíduos, variando de acordo com os grupos sociais, as representações sociais possibilitam um diagnóstico das formas como os indivíduos ou grupos percebem a realidade compartilhada.

Desta forma, essa teoria permitiu a partir das experiências e do senso comum das mulheres, sujeitos deste trabalho, por meio das entrevistas, entender o significado da violência doméstica contra as mulheres negras, procurando explicar a trajetória que culmina no processo da denúncia ou da não denúncia.

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

Foi realizado estudo de caráter descritivo e exploratório, no qual Triviños (1987) apresenta este estudo como a pretensão de descrever com rigor os fatos e fenômenos de uma determinada realidade, permitindo ao investigador acrescentar a experiência em torno de determinado problema, contemplando, portanto o objeto proposto.

Teve como abordagens, aspectos quantitativos e qualitativos, apropriados para a compreensão das relações humanas, uma vez que estas abordagens se complementam, permitindo mostrar o universo social e cultural dos indivíduos, trabalhando com a realidade e englobando percepções, valores e atitudes presentes nas relações humanas. Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa permite o aprofundamento no mundo dos significados, das ações e relações humanas, aspectos não abordados em equações, médias e estatísticas. Corroborando Spik (1993) a pesquisa qualitativa é uma prática comum das ciências sociais que consiste, basicamente, na observação das pessoas em seus próprios territórios e da inter-relação destas por meio de sua linguagem e de seus hábitos comuns.

O estudo tem como referencial teórico-metodológico a Teoria das Representações Sociais, considerada adequada ao objeto de estudo, neste caso, as representações sociais das mulheres negras sobre violência doméstica e o processo da denúncia e da não-denúncia.

A opção por este referencial se deve ao fato de que esta teoria é capaz de apreender as questões levantadas pelo objeto proposto, de modo que, segundo Sá (1995), o objeto de pesquisa deve estar implicado de forma consistente em alguma prática do grupo, o que denota sua importância cultural relativas às práticas culturais.

4.2 ESPAÇO DO ESTUDO

O estudo foi realizado na comunidade do Calafate, situada no bairro de San Martin, na cidade de Salvador, Bahia. Geograficamente, o Calafate é considerado área de risco devido ao deslizamento de terras no período de chuva. Esta comunidade foi composta, inicialmente, por funcionários da Pedreira do Calafate, atualmente desativada. Os primeiros lotes foram vendidos e outras famílias chegaram a comunidade, na sua maioria,

funcionários da prefeitura, do comércio e rodoviários.

O bairro apresenta características específicas comuns aos outros bairros periféricos da cidade, capital do estado, tais como: ausência e/ou inadequado serviço de saneamento básico, alto índice de desemprego, grande prevalência de violência urbana e doméstica, carência de escolas públicas e serviços de saúde de qualidade, inadequados espaços de lazer para a comunidade, entre outros fatores que expõe os moradores a situações de risco, potencializando a insegurança e o medo de toda a população diante de todos estes fatores.

O Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC) é uma entidade filantrópica de apoio às mulheres vítimas de violência fundada pelas próprias moradoras do bairro em 08 de outubro de 1992. O estudo teve o apoio desta entidade para a sua execução, fornecendo a possibilidade de aproximação com mulheres vítimas de violência doméstica que buscam neste espaço informações, orientações e esclarecimentos acerca do tema supracitado. Ressalto que sem o apoio deste grupo o desenvolvimento deste trabalho seria de difícil realização, uma vez que estas mulheres sentem dificuldades em expor sua vivência de violência, muitas vezes, com detalhes pessoais e íntimos.

A escolha por este local se deu pelo fato do Calafate ser um espaço de prática de pesquisa e extensão, vinculado ao Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher e ao Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Qualidade de Vida da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Soma-se ainda que o estudo integrou ao Projeto de Pesquisa “Violência em famílias negras: tensões e sociabilidade”, vinculado a este último Grupo, financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), através do nº. 21/2007.

4.3 SUJEITOS DO ESTUDO

Foram considerados 150 sujeitos de estudo caracterizados por mulheres em sua maioria negras vítimas de violência doméstica, que foram convidadas a colaborar com a pesquisa, através do discurso sobre suas representações acerca da violência doméstica e o processo da denúncia e da não-denúncia. Estas mulheres foram selecionadas por meio da pesquisa intitulada: Percepção de mulheres sobre estratégias de intervenção na violência doméstica vinculada ao Programa Institucional de Bolsa para Iniciação Científica (PIBIC), financiada pelo CNPq, que teve como objetivo geral analisar a percepção de mulheres sobre os serviços de intervenção de violência doméstica e como objetivos específicos

identificar o conhecimento de mulheres sobre serviços de intervenção de violência doméstica; descrever a percepção sobre o atendimento nos serviços da rede de atenção às mulheres em situação de violência doméstica. A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro e abril de 2007. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista acompanhada por um formulário semi-estruturado, com perguntas abertas e fechadas. Como variável dependente, elegemos a violência doméstica, e entre as variáveis independentes destacamos as condições sócio-demográficas (idade, cor/raça, religião, escolaridade, estado civil, com quem mora, trabalho, condição financeira), os tipos de violência: psicológica, física e sexual e os serviços da rede de atenção à mulher em situação de violência. Os dados foram organizados e tabulados por meio dos programas WORD e EXCEL e apresentados sob a forma de gráficos, tabelas e percentuais descritivos. Todas as mulheres deste estudo participaram do teste de associação livre de palavras e destas, 11 participaram da entrevista aberta.

A aproximação com os sujeitos de estudo se deu através do projeto de extensão realizado em 2006, intitulado “Mulheres em situação de violência doméstica e a rede de atendimento”¹ o qual viabilizou a inserção dentro do universo destas mulheres permitindo a criação de uma cumplicidade entre o entrevistador/entrevistado, facilitando a obtenção de uma maior riqueza de informações. Como recurso metodológico utilizou-se a Teoria Psicodramática Moreniana².

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

Foi realizado o processo de contato com mulheres negras, em que estas foram informadas sobre a relevância do tema, objeto e objetivos da pesquisa, garantido-as confidencialidade das informações prestadas e a não divulgação das suas identidades. Foi dada a opção a cada sujeito o direito de decidir participar ou não do estudo, facultando aos mesmos a oportunidade de desistir em qualquer etapa sem quaisquer prejuízos. Após a aceitação da participação da pesquisa cada sujeito assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice A), em duas vias, sendo que uma ficou com a entrevistada e

¹ Este projeto foi desenvolvido nas segundas-feiras, das 14h30min às 16h30min no Coletivo de mulheres do Calafate, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Normélia Maria Freire Diniz, tendo como integrantes alunas de graduação, pós-graduação e professoras da UFBA envolvidas na temática.

² Teoria elaborada por Jacob Levy Moreno, psiquiatra, nascido em 1889, em Bucareste, Romênia. Em 1921 fundou o “Teatro da Espontaneidade”, descobrindo a ação terapêutica da dramatização, surgindo então as bases do psicodrama.

outra com a entrevistadora. Após a coleta de dados às fitas foram transcritas na íntegra, mantendo a total fidelidade do discurso das entrevistadas.

Foram obedecidos os aspectos éticos, regulamentados pelo Conselho Nacional de Saúde-CNS, de acordo com a Resolução nº. 196/96 que norteia a ética na pesquisa com seres humanos (BRASIL, 1996).

4.5 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados se deu através do Teste de Associação Livre de Palavras – TALP, no período de março a abril de 2007 e da entrevista com formulário semi-estruturado, contendo perguntas abertas e fechadas no período maio a agosto de 2007, com encontros semanais promovidos de acordo com a disponibilidade das entrevistadas previamente marcados durante as reuniões do grupo de extensão e posteriormente confirmados através de contatos telefônicos. As dificuldades se deram por não haver lugar específico e privativo para aplicação das entrevistas que muitas vezes inibiam as entrevistadas em expor suas experiências sobre a violência doméstica. Como fator positivo, destaco o papel intermediador do grupo de mulheres do Calafate que facilitou o contato com mulheres vítimas de violência e possibilitou maior confiança destas mulheres em participar e expor sua intimidade.

O TALP se fundamenta em aspectos teóricos da psicanálise e foi adaptado para responder a questões da pesquisa social. Desde a década de 80 até a atualidade, inúmeros trabalhos em Representações Sociais têm aplicado este instrumento, a fim de reafirmar a sua validação (OLIVEIRA et al., 2003).

O teste de associação livre de palavras é definido por Sá (1996) como uma técnica de coleta de elementos que compõe uma representação, através de estímulos indutores verbais ou não, com o objetivo de evocar respostas diretas e/ou indiretas sobre o objeto a ser pesquisado.

Portanto, foi solicitado aos sujeitos, a partir de uma expressão indutora, dizendo palavras que lhes venham imediatamente à mente após receberem um estímulo indutor lançado pelo pesquisador, podendo, este, ser verbal, icônico ou sonoro. Neste estudo, os sujeitos foram submetidos a um TALP, tendo como estímulo indutor à expressão Violência Doméstica, utilizando o seguinte questionamento padrão: “Que palavras vêm a sua mente quando digo a expressão violência doméstica?” (Apêndice B).

Foi solicitado que as participantes evocassem cinco palavras acerca do tema violência doméstica. Posteriormente, essas foram classificadas em ordem decrescente de importância dentro da representação da violência incorporada no consciente destas mulheres.

Com relação à técnica entrevista, Minayo (2000) afirma que a entrevista apresenta-se relevante para o estudo, porque evidencia dentro dos discursos dos sujeitos os dados de interesse do pesquisador. Desta forma a entrevista é uma maneira de interação social, com as nuances e especificidades das relações sociais convencionais, reproduzindo a realidade a ser pesquisada.

As entrevistas, acompanhadas por formulários, foram previamente agendadas de acordo com a disponibilidade de tempo dos sujeitos da pesquisa. Foi solicitado às mulheres o seu consentimento para a gravação das informações. Após a aceitação, estas foram registradas em fitas K7 e posteriormente transcritas em sua íntegra.

Os dados quantitativos, importantes para se determinar o perfil sócio-econômico e, assim, descrever os sujeitos do estudo, foram norteados através de um roteiro de entrevistas, contendo dados como: idade, cor, religião, grau de escolaridade, estado civil, com quem mora, trabalho, condição financeira e um breve histórico sobre sua vivência de violência doméstica (Apêndice C).

Os dados qualitativos foram contemplados a partir da entrevista semi-estruturada (Apêndice D), contendo questões norteadoras, sobre o processo da denúncia e não denúncia, a saber: “Fale da experiência da denúncia”; “Fale sobre a decisão da não-denúncia”.

De acordo com Trivínos (1987, p.147), a entrevista semi-estruturada, “*ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação*”.

Segundo Minayo (1994), uma das finalidades da entrevista semi-estruturada é a de orientar, facilitar a ampliação e o aprofundamento da comunicação através da qual se torna possível aprender o ponto de vista dos atores sociais.

Esse tipo de coleta de dados, utilizado nas representações sociais, possibilitou o acesso ao conteúdo das representações como forma de aprender o objeto de estudo.

4.6 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados, buscou-se estabelecer uma estratégia de utilização racional destas informações. De acordo com Minayo (2000), é necessário primeiramente entender o significado dos dados coletados, para posteriormente utilizá-los como informações de campo que possam contribuir para a confirmação ou não do referencial teórico da pesquisa. Finalmente, com as informações já organizadas, buscam-se outros trabalhos que venham a enriquecer o conhecimento sobre o tema, fortalecendo a base teórica que servirá de suporte para a fase de análise.

A análise iniciou-se pelo estudo quantitativo que abordou a organização e estruturação das informações brutas, apresentando-as sob a forma de tabelas, gráficos e percentuais descritivos, utilizando os softwares Word e Excel. Essas informações processadas serviram de base para a caracterização dos sujeitos, no presente estudos, as mulheres negras. Após a fase preliminar de organização básica dos dados, teve início a análise específica, utilizando o software EVOC que organizou as palavras obtidas no Teste de Associação Livre de Palavras – TALP, hierarquizando-as conforme a ordem de frequência e média de evocação. A frequência de evocação corresponde ao número de vezes que determinada palavra é evocada sendo a média de evocação a média ponderada da frequência em função da ordem de importância daquela palavra. As palavras similares foram reunidas dentro de um mesmo grupo, com base no mesmo contexto, que foram representadas por uma única palavra chave.

Este recurso permitiu identificar o conteúdo da Representação Social das mulheres negras, apontando elementos do núcleo central e periférico, tendo como base à frequência das palavras evocadas e a média de ocorrência de cada palavra em função da ordem de evocação, conforme Vêrges (1994).

Os dados serão apresentados em tabelas e quadro de Quatro Casas, construído com base nos dados contidos no anexo B, dispostos em quadrantes, contendo o núcleo central, os elementos periféricos e intermediários, como ilustrado abaixo:

Frequência ≥ 8	Rang <3	Frequência ≥ 8	Rang ≥ 3
NÚCLEO CENTRAL		ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS	
Frequência < 8	Rang < 3	Frequência <8	Rang ≥ 3
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS		ELEMENTOS PERIFÉRICOS	

Segundo Tura (1997), a posição dos elementos nos quadrantes é definida pela frequência de ocorrência. No quadrante superior esquerdo, encontram-se os elementos que definem o núcleo central da representação social, por apresentarem a maior frequência de ocorrência e pronta evocação. No quadrante inferior direito, estão os de menor frequência e evocação tardia, o que compõem os elementos do sistema periférico da representação.

Os elementos dos quadrantes superior direito e inferior esquerdo são considerados elementos intermediários, ou seja, elementos de contraste extremamente importantes na compreensão da estrutura da Teoria das Representações Sociais, que podem se aproximar do núcleo central ou dos elementos periféricos no qual a presença de palavras reforçam o núcleo central e que constituem, na respectiva pesquisa, um conteúdo relacionado aos sentimentos negativos sobre a violência doméstica. (VERGÈS, 2000; SÁ, 1996)

A análise do material advindo dos dados qualitativos das entrevistas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin, definida como:

[...] conjunto de técnica de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição, o conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitiam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção destas mensagens (BARDIN,1997 p.42).

Entre as técnicas da análise de conteúdo, foi escolhida a análise temática, que, segundo Bardin (1997), consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico estudado.

A sistemática da análise temática se deu por meio de três etapas descritas por Bardin (1979): a primeira consistiu na pré-análise, onde permitiu a aproximação com o objeto de estudo através da exaustiva leitura das informações coletadas na entrevista; a segunda na exploração de material e tratamento dos dados, que consistiu na operação e codificação dos dados com o objetivo de identificar os temas eixos e as categorias pertinentes ao tema; e a terceira na interpretação, a qual foi baseada nas leituras de textos sobre a temática denúncia e não-denúncia da violência doméstica.

Ao fim das três etapas foi gerado um quadro onde foram apresentados por meio da análise dos dados, os temas e categorias.

TEMAS	CATEGORIAS

Os dados foram analisados a partir dos relatos das mulheres negras, de acordo com suas experiências, buscando interpretações e significações a respeito de suas representações sobre a violência doméstica, com abordagem de gênero, estudos relacionados à violência doméstica e políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica.

Em seguida, os dados foram apresentados seguindo a ordem demonstrada anteriormente, ou seja, sócio-demográficos, representação da violência doméstica e, por fim, representação do processo da denúncia e da não denúncia.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

No que diz respeito às características dos sujeitos³, observamos a maior incidência de violência em mulheres situadas na faixa etária de adultos jovens entre 18 e 24 anos com percentual de 31,4%, seguida de adultos na faixa etária compreendida entre 25 e 35 anos (30,7%).

A respeito da variável cor da pele, a maioria das mulheres declarou-se preta ou parda, equivalendo a 89,3% de mulheres da raça negra. Estudo de Diniz et al (2006), sobre violência doméstica e aborto provocado encontrou resultado semelhante em sua amostra, na qual 91,7% das mulheres entrevistadas, na DEAM de Salvador-BA, pertenciam à raça negra. O estudo também mostrou que a sujeição feminina às normas masculinas não ocorre apenas devido ao baixo grau de instrução das mulheres ou a falta dela, uma vez que 14,0% das entrevistadas concluíram o primeiro grau, seguidas por 29,3% com o segundo grau. Existe, porém, uma correlação entre a escolaridade e o tempo de permanência das mulheres em um relacionamento agressivo. Estudo de Adeodato et al (2005) mostra uma proporção indireta entre o tempo de estudo e tempo de agressão.

Não se observou diferença significativa com relação à vivência de violência doméstica entre as mulheres solteiras e casadas demonstrando que a variável situação conjugal não exerceu influência nos percentuais, sendo que as solteiras representam 42% da amostra enquanto que 52% das mulheres estão casadas (22,7%) ou vivem em união consensual (29,3%).

No que diz respeito a variável trabalho, a maioria das entrevistadas (63,1%) realiza trabalho remunerado fora de casa, sendo que 50,94% afirmaram ser empregadas domésticas. Há também aquelas que trabalham em casa com remuneração (31,4%), sendo que destas, 40,4% vendem e fabricam alimentos comercializados na própria residência. O estudo também mostrou que mesmo aquelas que atingiram o segundo grau, isto é aproximadamente 30%, ainda há uma permanência de ocupação como empregada doméstica e no mercado informal doméstico.

³ As características dos sujeitos são extraídas da análise de dados quantitativos oriundos do estudo Percepção de mulheres sobre estratégias de intervenção na violência doméstica (PIBIC/CNPq 2006/2007).

No que tange a dependência financeira, 73% das mulheres declaram ser dependentes (34% parcialmente e 48% totalmente). Destas, 59,35% disseram receber ajuda financeira do marido/companheiro.

No que se refere à variável violência doméstica, 80,7% das mulheres declararam já ter sofrido algum tipo de violência. Muitos estudos corroboram estes dados ao demonstrar em sua população de pesquisa um índice semelhante de mulheres que já sofreram violência doméstica dentre estes estudos destaca-se Diniz et al, (2007).

Em 69,5% dos casos, o agressor possui ou possuía vínculos de conjugalidade com a vítima. Estudo de Diniz et al (2007) mostrou dados semelhantes de modo que 71,2% dos agressores pertenciam a esse grupo. Percebe-se, assim, que os agressores, no caso das mulheres, são pessoas com as quais elas estabelecem ou estabeleceram vínculos afetivos, por exemplo, marido/companheiro, ex-marido/companheiro, namorado e ex-namorado.

Vale salientar que a violência se expressa de forma variada e com diferentes graus de severidade. A violência psicológica foi relatada por 94,2% das mulheres entrevistadas. Quanto à expressão da violência física foi observada a prevalência de 57,0%. Em relação à violência sexual, 32,2% relataram terem sido forçadas a práticas sexuais tais como: estupro e atentado violento ao pudor. Estudo de Diniz et al, (1999), realizado também no Calafate, com amostra de 65 mulheres, assemelha-se aos dados expostos, em que 46,3% dos casos de violência sexual foram praticados pelos seus companheiros e que 30,7% por outras pessoas majoritariamente por estupro, seguido de bolinagem e tentativa de estupro.

Observa-se também que mais da metade das mulheres (59,5%) afirmam sofrer mais de um tipo de violência. Atenta-se também para a alta prevalência da violência física acompanhada pela coerção psicológica e sexual (24%). Tal dado corrobora com o estudo de Day et al (2003), o qual mostra que a agressão física do parceiro íntimo, é quase sempre acompanhada de agressão psicológica (25 a 50%) e também de sexo forçado. Essas manifestações retratam a relação assimétrica de poder, entre homens e mulheres, aceita socialmente, e que por isso, muitas vezes, chegam a representar uma permissividade para atos violentos.

5.2 ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Na estrutura representacional da violência doméstica obtivemos uma ordem média de evocações em torno de 2,9 e a frequência média de palavras em torno de 8,0, possibilitando a construção dos quatro quadrantes, com os eixos vertical e horizontal referindo-se, respectivamente, à frequência média e à ordem média de evocação. Das 150 mulheres pesquisadas, foram obtidas 720 palavras evocadas, das quais 24 palavras evocadas diferentes, denotando a baixa dispersão em torno da representação do tema pesquisado, ou seja, aponta que a maioria das mulheres negras tem a mesma representação do que é violência doméstica. (Quadro 1).

QUADRO 1 - SÍNTESE DO RESULTADO DO TESTE DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS - SALVADOR - BA, 2006.

Número de sujeitos	150
Número total de palavras evocadas	720
Número de palavras diferentes evocadas	24
Frequência média de evocações	8,0
Ordem média de evocações	2,9
Número de sujeitos que indicaram a palavra mais importante	150
Número total de evocações analisadas	720

Fonte: Dados processados no EVOC

Após as evocações, 100% das mulheres da pesquisa indicaram a palavra mais importante. A evocação de uma ou mais palavras está associada à presença desta(s) no conteúdo psíquico das mulheres, sejam latentes ou não, e o processo de hierarquização reflete um trabalho cognitivo de análise das informações já evocadas (SOUZA, 2005). Isto permite não só conhecer o conteúdo das representações sociais de mulheres sobre a violência doméstica, mas também sua organização e estrutura (SÁ, 1998).

Com o objetivo de obter uma análise mais representativa e “limpa” foram desprezadas as palavras com apenas uma evocação (CRUZ, 2003; TORRES, 2005; TURA, 1997).

As palavras que compõe o núcleo central das Representações Sociais de Mulheres Negras sobre a Violência Doméstica foram aquelas que apresentaram maior frequência e foram prioritariamente evocadas, apresentadas no quadrante superior esquerdo (Quadro 2). Esses elementos do núcleo central foram considerados pelas mulheres negras como os mais significativos na representação da violência doméstica dando o real significado às representações. Segundo Abric (1994) estes elementos podem ser considerados como consensuais, estáveis e socialmente compartilhados.

QUADRO 2 – ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – SALVADOR (BA), 2007.

ELEMENTOS CENTRAIS			ELEMENTOS INTERMEDIARIOS		
Frequência ≥8	/	Rang <2,9	Frequência ≥8	/	Rang ≥2,9
Briga	43	2,767	Raiva	92	3,000
Agressão	40	2,400	Tristeza	46	2,935
Espancamento	34	2,353	Medo	30	2,900
Falta de diálogo	29	2,759	Morte	27	2,963
Maus-tratos	29	2,552	Dor	22	3,364
Violência	20	2,450	Falta de amor	22	3,273
Falta de família	15	2,733	Agressão verbal	18	3,833
Angústia	13	2,846	Desprezo	16	3,688
Covardia	12	2,333	Desentendimento	14	3,571
Fome	08	2,500	Impunidade	08	3,000
ELEMENTOS INTERMEDIARIOS			ELEMENTOS PERIFÉRICOS		
Frequência < 8	/	Rang <2,9	Frequência <8	/	Rang ≥ 2,9
Desespero	7	2,857	Agressão moral	7	3,143
Mal-caráter	7	2,857	Infelicidade	6	3,333
Traição	7	2,286	Ignorância	6	3,333
Machismo	4	2,250	Discórdia	5	4,200
			Vingança	5	4,000
			Impotência	5	3,400
			Destruição	5	3,400
			Falta de estudo	5	3,200
			Indignação	5	3,000
			Silêncio	4	4,000
			Denúncia	4	3,750
			Ciúmes	4	3,500
			Vergonha	4	3,000

Fonte: Dados processados no EVOCC

Segundo Abric (2000), os elementos periféricos se organizam em torno do núcleo central e retratam a situação concreta na qual a representação é elaborada ou colocada em funcionamento.

As palavras que representam o sistema periférico se encontram no quadrante inferior direito (Quadro 2). Apresentaram frequência menor que 8, sendo apontadas de maneira secundária no processo de hierarquização ($Rang \geq 2,9$). Estes elementos estão mais distantes do significado, porém mais ligados às práticas cotidianas. O Quadro 3 aponta a frequência total e a ordem de evocação dos elementos que compõe o núcleo central e o sistema periférico, elucidando a análise das representações de mulheres negras sobre violência doméstica.

QUADRO 3 - ORDEM MÉDIA DE PALAVRAS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – SALVADOR (BA), 2007.

Aspecto Estrutural	Elementos	Frequência da ordem de evocação					Frequência de Evocação
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	
Núcleo Central	Briga	11	10	7	8	7	43
	Agressão	14	11	5	5	5	40
	Espancamento	16	4	5	4	5	34
	Falta de diálogo	5	10	5	5	4	29
	Maus-tratos	9	7	5	4	4	29
	Violência	7	5	3	2	3	20
	Falta de família	5	1	4	3	2	15
	Angústia	3	3	2	3	2	13
	Covardia	3	6	1	0	2	12
	Fome	1	2	5	0	0	8
Sistema Periférico	Agressão-moral	1	2	0	3	1	7
	Infelicidade	1	0	2	2	1	6
	Ignorância	0	2	0	4	0	6
	Discórdia	0	0	2	0	3	5
	Vingança	0	1	0	2	2	5
	Impotência	0	2	1	0	2	5
	Destruição	2	0	0	0	3	5
	Falta de estudo	1	1	1	0	2	5
	Indignação	1	0	3	0	1	5
	Silêncio	1	0	0	0	3	4
	Denúncia	1	0	0	1	2	4
	Ciúmes	0	1	0	3	0	4
	Vergonha	0	2	1	0	1	4

Fonte: Dados processados no EVOC

5.2.1 Representação social da violência doméstica

A briga, a agressão, o espancamento, a falta de diálogo, os maus-tratos, a violência, a falta de família, a angústia, a covardia e a fome foram considerados pelas mulheres como os elementos mais importantes na representação da violência doméstica e aqueles que lhes dão significado. Segundo Abric (1994), estes elementos são considerados consensuais, estáveis e coletivamente compartilhados, por este grupo.

Podemos observar que, do total de 720 evocações os termos briga, agressão, espancamento, maus tratos e violência foram evocados 166 vezes (23%), sendo que para 57 mulheres (38%), as palavras evocadas expressam a representação da violência doméstica e aparecem como primeiro elemento mais importante.

Estes elementos demonstram a associação da violência doméstica com a violência física, o que pôde ser evidenciado nas falas das entrevistadas:

... a briga causa o espancamento... a gente vai falar porque está maltratando e já vem a briga, o espancamento... o homem não hesita em dar uma tapa ou um murro numa mulher... ele não pensa... (Persérfone)

Corroborando com Dantas-Berger e Giffin (2005), é notório observar a visibilidade da violência física através de lesões corporais.

Minayo (1999) caracteriza a violência como um fenômeno complexo, polissêmico e controverso, perpetrada por indivíduos contra outros indivíduos, manifestando-se de várias maneiras, assumindo formas próprias de relações pessoais, sociais, políticas ou culturais.

Outros elementos trazidos pelas mulheres contribuem de uma maneira significativa para a manifestação da violência doméstica como covardia, falta de diálogo, a fome e a falta de família.

O termo covardia foi evocado por 12 mulheres (8%), sendo que para 9 delas foi considerado o 1º ou 2º elemento mais importante. As entrevistas também evidenciaram que, a covardia é um elemento associado à construção da violência na relação conjugal como mostram os discursos a seguir:

... a mulher nunca tem a força que o homem tem...(Circe)

...eu já sofri quase todos os tipos de violência com esse homem... já teve ato sexual que eu não queria ... fez a força porque eu não tava com um pingão de vontade...(Gaia)

Segundo Bordieu (2005), a divisão desigual de poder, que confere aos homens posição dominante e às mulheres a posição subalterna, perpassa toda a estrutura social, não se restringindo, portanto, a problemas de gênero. A dominação masculina estende-se por todas as instituições e os processos, como por exemplo, família, trabalho, economia, política. Tudo isso mascarado e justificado sob a afirmação das diferenças biológicas, o que Bordieu chama de biologização do social ou socialização do biológico.

Nesta perspectiva, podemos perceber que na relação de gênero a covardia se manifesta, principalmente, no uso abusivo da força física pelo homem, aproveitando-se da sua vantagem biológica, que lhe permite impor-se perante a mulher.

A covardia também é mencionada por Romero (2004) quando este rotula a violência doméstica como uma agressão covarde e absurda, o que o leva a discursar a favor da alteração do código penal de forma a tornar mais rígidas as sanções legais impostas aos perpetuadores de violência.

Quanto ao termo falta de diálogo, foi evocado por 29 mulheres (19,3%), sendo que para 5 delas foi considerado o 1º elemento prioritário e para 10 delas foi o 2º elemento mais evocado. A falta de diálogo representa um dos fatores que se relaciona ao surgimento da violência doméstica uma vez que:

“... ele fala muito alto... não tem nível para falar, não tem diálogo... tudo é na grosseria...” (Hestia)

A violência traz consigo a falta de diálogo dentro do espaço doméstico demonstrando uma relação de poder do homem para com a mulher através das identidades definidas sócio-culturalmente, e conseqüentemente com os demais membros da família manifestando a relação de desigualdade entre homens e mulheres.

De acordo com Langley e Levy (1980), diversas são as razões que levam à violência doméstica, dentre elas podemos destacar falta de comunicação.

Segundo Torreão (2005), pessoas de baixa renda estão mais vulneráveis à violência, pois, são negligenciadas em seus próprios direitos básicos: alimentação, moradia, educação, saúde e lazer, entre outros. Para uma significativa parcela populacional excluída da sociedade, existem situações, como por exemplo, a fome, o desemprego, o baixo poder aquisitivo, que levam o ser humano permanecer em uma relação de violência.

Nesta perspectiva, o termo fome foi evocado por 8 mulheres (5,3%), sendo considerado o elemento mais importante para 1 delas, determinando, portanto, um fator de risco para o incremento da violência, sendo também revelado a partir das entrevistas:

“... eu tava pedindo o dinheiro do pão... rapaz cadê o dinheiro do pão? Aí que ele me deu uma facada no braço...” (Gaia)

Segundo Boff (2001), a causa mais importante da crise da sociedade ocorre devido à organização profundamente desigual desta, dando certos privilégios às maiorias de quem têm o poder sobre os que trabalham, com baixos rendimentos.

Percebe-se, então, que a violência estrutural, abrangendo o social, político e cultural, se relaciona com a violência doméstica. Desta forma, a mulher sente-se fragilizada na relação social e conseqüentemente na relação familiar.

O termo falta de família foi evocado por 15 mulheres (10%), sendo que para 5 delas foi considerado o 1º elemento mais importante. Este elemento também foi observado nas entrevistas:

... não tive apoio de ninguém.. a gente se decepciona com a família.. porque a gente espera um apoio ..mas quando pensa que vai ter o apoio não recebe... meu pai não queria mais que eu morasse lá...assim... eu tive que ir em frente mesmo..(Atena)

A falta de apoio da própria família foi apontado, em estudo realizado por Mury (2007), como um dos fatores relacionados à aceitação da violência doméstica pela mulher, neste sentido percebe-se a necessidade da mulher poder contar com a família como, também, do social através das políticas públicas para o rompimento da relação de violência.

O termo angústia foi evocado por 13 mulheres (8,66%) sendo que para 3 delas foi considerado o 1º elemento mais importante. No discurso de Circe foi expressa como:

...foi muito difícil... eu sofri muito... ele queria tomar minha filha... aí eu não aceitava ... tinha que voltar com ele de novo... (Circe)

A angústia é um elemento que se expressa como uma consequência da violência, se desenvolvendo através de tensões e conflitos interpessoais ou intrapsíquicos (BALLONE 2002).

O núcleo central como constituída de elementos mais resistentes a mudanças asseguram a continuidade da representação social em qualquer que seja o contexto. Sendo assim, a representação de mulheres sobre a violência doméstica está ancorado na sua vivência e nos valores e conceitos construídos a respeito do mesmo. Assim sendo, um cotidiano de violência, ou seja, de brigas, agressões, espancamento, maus-tratos, falta de diálogo, falta de família, angústia, covardia e fome acabam por influenciar a representação que as mulheres entrevistadas têm acerca da violência doméstica e, conseqüentemente, nos

oferece elementos para compreender seus comportamentos.

Para Abric (2000), o núcleo central é determinado pela natureza do objeto representado, pelo tipo de relação que o grupo mantém com este objeto e pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o meio ambiente ideológico do momento e do grupo.

As palavras que compõem o sistema periférico são: agressão-moral, infelicidade, ignorância, discórdia, vingança, impotência, destruição, falta de estudo, indignação, silêncio, denúncia, ciúmes e vergonha.

Podemos observar que as palavras ignorância, falta de estudo, discórdia e ciúmes podem ser enquadradas como representação das causas da violência doméstica fazendo interface direta com o termo falta de diálogo do núcleo central que se denota, também, como mais um elemento causador da violência doméstica.

Os termos ignorância e falta de estudo, por estarem associados às causas da violência doméstica, apresentam relação direta com o nível sócio-cultural. Kronbaur (2005), afirma que nas classes sociais menos favorecidas o índice de violência doméstica é maior, entretanto não se deve desconsiderar a presença da violência doméstica nas classes media e alta, muitas vezes mascaradas pela não denúncia em função da vergonha ou do constrangimento das vítimas em expor sua situação no meio em que vive.

Entre os fatores associados ao risco de violência contra as mulheres incluem-se os baixos salários e pressões econômicas. Além disso, homens desempregados são mais violentos com as esposas e filhos. A constatação de que as violências são agudizadas nas mulheres das classes menos favorecidas foi corroborada na presente pesquisa, nas quais vários sinais de vulnerabilidade social estiveram associados às maiores prevalências das violências psicológicas e físicas.

Já os termos discórdia e ciúmes inseridos na relação de causa desta violência vão além das questões sócio-econômicas, estando relacionados às questões pessoais de cada indivíduo, na forma como o mesmo conduz as suas relações inter-pessoais, manifestando-se em qualquer classe social. Como mostra a fala de Hestia:

“... ele tinha muitos ciúmes... ele me trancava dentro do quarto e me batia...” (Hestia)

Marques (2005) destacou que os ciúmes é uma das causas da violência doméstica, sendo que este fator parece estar vinculado à relação vítima-agressor, enquanto as demais causas estariam ligadas a fatores internos como, por exemplo, as características psicológicas.

Os respectivos elementos periféricos: agressão moral, infelicidade, indignação, vergonha e destruição podem ser caracterizados como conseqüência da violência doméstica, principalmente na esfera psicológica, gerando impactos negativos a vida destas mulheres, afetando, principalmente, a sua auto-estima e sua capacidade de relacionar-se com o meio em que vive uma vez que estas mulheres sentem-se diminuídas diante das ofensas dos agressores. A violência psicológica foi ilustrada também no discurso seguinte:

“... no acontecimento da violência doméstica... também tem a tortura mental... a violência psicológica... pra sair dela é mais complicado... é um tipo de violência que define... anula a mulher...” (Hera)

Segundo Cunha (2007), a violência psicológica apresenta-se quando o homem critica, ofende a conduta moral da parceira, humilha-a, a faz viver com sentimento de culpa e de inferioridade, ameaça-a de morte ou de tomar-lhe os filhos, levando-a, por vezes, até a cometer ou tentar o suicídio. De maneira geral, a violência psicológica está presente também na violência física e sexual sofrida pela mulher, especialmente na violência conjugal, quando o agressor é o companheiro ou ex-companheiro.

Impotência e silêncio do sistema periférico foram evocadas por 5 e 4 mulheres respectivamente (3,3%; 2,7%), manifestando-se em alto grau de significância para o atraso da denúncia de violência doméstica. Muitas mulheres não querem expor sua vida privada no espaço público e a falta de apoio da família também costuma prolongar o silêncio.

Diante desta situação é pertinente estabelecer uma interface com o elemento do núcleo central falta de família, situação na qual a mulher se sente frágil, solitária e desamparada pelo sofrimento vivenciado na relação de violência.

Segundo Chalhoub (1986), a impotência e fraqueza levam a submissão da mulher, permitindo o homem a perpetuar a relação de violência.

Romper com silêncio da violência torna a mulher mais vulnerável, ou seja, o olhar do outro pode remeter a indagações sobre a história da violência e julgamento, o que faz com que essas mulheres tenham o medo de ser julgada pela família como, também, pelo ambiente social, sentindo-se, assim, mais fragilizadas. Como mostra a fala de Hera:

“... foi uma coisa horrível... porque o olhar das pessoas... eu achava que as feministas iam me julgar... como algumas me julgaram... não são solidárias... elas falam... ave maria como é que a mulher agüenta isso tudo...isso é uma coisa ruim de se passar... .isso é um espanto pra você não falar... durante esses quatro anos que convivi com ele... escondi o tempo todo...”(Hera)

Assim, uma variante importante do silêncio, no sentido de matizar a idéia corrente de que as mulheres simplesmente não querem contar, surgiu na hipótese de que, quando querem contar, as mulheres não sabem exatamente a quem e como fazê-lo.

Isto porque a revelação guarda importante conexão com o que move as mulheres para tal, e que pode ser o compartilhamento da situação vivida com pessoas íntimas e próximas, em busca do apoio familiar ou de amigos/as, mas pode ser também a busca de apoios institucionais. Assim, o modo de revelar e o que exatamente será dito nesta revelação dependerá a quem, ou a qual instituição, a violência vivida será contada.

A palavra silêncio, presente no sistema periférico está associada aos termos falta de diálogo e conseqüentemente, angústia por ser um tema intimamente associado à violência, situação na qual a mulher sente-se fracassada, mutilada dos seus direitos de ser humano pela covardia e brutalidade utilizada pelo companheiro gerando, portanto, torturas psicológicas na sua vida. (Langley e Levy, 1980; Heise et al., 1994; Heise et al., 1999; Rodriguez et al., 1996; Soares, 1999).

Experimentar situações de violência, especialmente quando esta é de natureza doméstica tem se mostrado uma vivência de difícil revelação para muitas mulheres.

O silêncio é realidade que deve ser abordada no plano psicoemocional, socio-cultural e ético-político, para uma aproximação primeira de sua complexidade. Repercute na condição de sujeito privado, de ser humano e de indivíduo-cidadão, que deve chamar nossa atenção para a violência doméstica. É a conseqüência para a mulher cujas emoções, soberania, dignidade e direitos estão corrompidos e negados, e que na saúde ou em outros âmbitos da vida social devem motivar os estudos e as políticas de assistência e prevenção.

Estudo realizado por Adeodato (2005) estima que, para cada mulher que denuncia, há três que se calam em face da violência doméstica (75%). Isto demonstra a dificuldade da sociedade em lidar com questões ainda muito ligadas à esfera do privado.

Ao denunciar a pessoa com quem escolheu viver, as mulheres atestam a si próprias e para outras pessoas que escolheu o companheiro errado (DINIZ, 2006).

As mulheres enfrentam o fenômeno da violência doméstica de forma diferente. Algumas denunciam, outras continuam no silêncio e outras separam do companheiro sem revelar a vivência sofrida.

A palavra denúncia, presente no sistema periférico está associada com o termo violência física do núcleo central, pois, para a grande parcela destas mulheres tomarem a atitude de denunciar seus companheiros é necessária à presença da marca física e da dor

pela agressão física, encorajando-as para prestarem queixa e a demonstrarem as inquietações diante da violência doméstica, atuando dessa forma como uma maneira de se vingarem do mal que vivenciaram.

Assim, os elementos periféricos – agressão moral, infelicidade, ignorância, discórdia, vingança, impotência, destruição, falta de estudo, indignação, silêncio, denúncia, ciúmes e vergonha – por serem mais flexíveis e, portanto, apresentarem menor resistência a mudanças, possibilitam modulações individuais que permitem flexibilidade e elasticidade na elaboração de representações sociais.

5.3. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO DA DENÚNCIA E DA NÃO-DENÚNCIA.

QUADRO 4 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES NEGRAS SOBRE O PROCESSO DE DENÚNCIA E DA NÃO-DENÚNCIA.

TEMAS	CATEGORIAS
PROCESSO DA DENÚNCIA	Delegacia: -Castigo -Aconselhamento
	O processo: - Demora no atendimento - Demora na audiência
	O atendimento: -Infra-estrutura -Relação no atendimento
PROCESSO DA NÃO DENÚNCIA	Não se perceber em situação de violência Sentir-se isolada Demonstrar dependência afetiva Referir medo

TEMA I - PROCESSO DA DENÚNCIA

Este tema evidencia a representação da denúncia segundo os discursos de mulheres negras que sofrem violência doméstica e que prestaram queixa na delegacia. Tornou-se possível identificar as seguintes categorias: Delegacia; O processo e O atendimento.

Categoria I - DELEGACIA

Esta categoria diz respeito à representação das mulheres negras acerca da delegacia, mostrando que esta se apresenta como um espaço de denúncia da violência que o homem pratica contra a mulher, independente da sua forma de manifestação, seja ela física, sexual, psicológica, etc. As falas a seguir melhor ilustram tal afirmação:

“A delegacia serve para ajudar a mulher quando o homem bate, xinga...” (Ártemis)

“Eu acho que a delegacia das mulheres funciona para as mulheres fazerem denúncia contra a violência... tanto de estupro... qualquer outra violência” (Atena)

Os discursos revelam uma percepção mais abrangente por parte das mulheres no que tange as formas de expressão da violência, de modo que não mais se limitam a defini-la enquanto agressão física, visualizando-a, também, nas relações sexuais forçadas no espaço conjugal como também nas agressões verbais. Tal fato mostra uma mudança nas representações acerca da violência o que pode estar associado a uma maior divulgação sobre a temática na atualidade.

Chama atenção, igualmente, o fato de que as mulheres entrevistadas representam a delegacia como espaço onde os homens são denunciados. Entretanto, sabe-se que a vivência de violência independe de orientação sexual, conforme rege a Lei n. 11.340/06, nas disposições gerais do Título II – Da Violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesta perspectiva, a delegacia pode e deve receber denúncia de mulheres agressoras em relações homoafetivas.

Conforme Rabelo e Saraiva (2006), a família homoafetiva é uma realidade e o seu reconhecimento legal significa um avanço para romper com os preconceitos existentes, visto que o afeto não se restringe ao casal heterossexual. Neste sentido, a noção de família é um fator cultural que deve, portanto, acompanhar os arranjos familiares. Alves (2006) acredita que as uniões homossexuais femininas conjugam o mesmo afeto e os mesmos interesses que um casal heterossexual.

Vale salientar que ao denunciar seus companheiros, as mulheres esperam da delegacia que estes sejam punidos ou que sejam aconselhados na esperança de romper o ciclo de violência vivenciado e, por conseguinte, melhorar sua relação conjugal. Segundo Brandão (2006), a mulher percebe a DEAM como um espaço de defesa dos seus interesses,

embora muitas sejam as interpretações acerca da função da delegacia no sentido de conter seu agressor, dentre as quais: castigar e chamar para conversar.

Neste estudo, as falas que ilustram o intuito da mulher ao denunciar o agressor encontram-se organizadas nas subcategorias: Castigo e Aconselhamento.

Castigo

Muitas das mulheres representam o papel da delegacia como um espaço de castigo no sentido de cessar a relação de violência doméstica. Para elas, a atuação policial deve ter uma autoridade capaz de coibir o comportamento violento do agressor, amedrontando-o e, conseqüentemente, punindo-o. As falas a seguir elucidam essas considerações:

“... a delegacia da mulher serve para gente denunciar o homem... ..acho que a gente devia ir na delegacia e vir com os homens para pegar ele para prender, bater...” (Medusa)

“... como tem a delegacia das mulheres... eu também achava que ele deveria vir na hora para pegar ele... para dar um corretivo... eu queria que ele fosse para lá pra apanhar das mulheres, para ele ver também... e que depois ele ficasse lá um bom tempo para ele aprender...” (Hestia)

“... a delegacia não fez o que eu queria... que viesse aqui ou prendesse ele ou levasse ele.. desse pelo menos um medo... fizesse alguma coisa com ele.. porque se ele me deu uma facada é uma tentativa de assassinato ...” (Gaia)

Os discursos mostram que as mulheres percebem a delegacia como um instrumento para amedrontar e se vingar do agressor, a qual, conforme sua visão de mundo, deveria arbitrariamente punir seus companheiros através da privação da liberdade ou da agressão física praticada por mulheres. A este respeito, Brandão (2006) considera que a delegacia é reconhecida como uma instituição específica para a resolução de problemas por meio da repressão. Para a autora, quando as mulheres denunciam seus companheiros, elas não buscam uma punição específica, mas, sim, a restauração de uma relação conjugal livre da violência.

Aconselhamento

Enquanto algumas entrevistadas buscam castigar seus conjugues, outras acreditam que o aconselhamento na delegacia, por si só, possibilitará uma vida conjugal em harmonia. Assim, as mulheres atribuem à delegacia a função de aconselhar seus companheiros com o objetivo de coibir novos episódios de violência, conforme podemos perceber nos seguintes depoimentos:

“... eu acho que a delegacia não resolveu o que eu buscava... Eu queria que a delegacia chamasse ele lá pra uma conversa, que não precisasse ser algo de repressão... apenas chamar pra uma conversa...”(Afrodite)

“... quando eu pensava em denunciar... só queria que desse um conselho pra ele mudar...” (Hera)

O estudo mostra que as mulheres buscam a delegacia na esperança de que seus conjugues mudem e anseiam por uma relação sem violência. Estudo realizado com mulheres que denunciaram a violência conjugal revelou que a maioria não deseja a prisão de seus companheiros (BRANDÃO, 2006).

Categoria II – O processo

Esta categoria tem por objetivo analisar o processo de denúncia no que se refere aos aspectos relativos ao tempo gasto em todo o trâmite, desde o percurso para chegada na delegacia até a efetivação da audiência, situações estas detalhadas nas seguintes subcategorias: Demora no atendimento e Demora na audiência.

Demora no atendimento

As mulheres encontram obstáculos no processo da denúncia, tanto em função da falta de logística como, também, pelo fato da delegacia da mulher de Salvador-Ba localizar-se em bairro não central, o que dificulta o acesso. Destaca-se a situação das mulheres de baixa renda, principalmente aquelas que residem em bairros mais distantes da delegacia, pois, na maioria das vezes, não possuem recursos financeiros para custear o transporte público. Vale referir que o sistema público de transporte por ser deficitário, no que tange a reduzida frota, expõe ainda mais a mulher. Soma-se ainda o tempo gasto para o atendimento propriamente dito, o qual consiste no registro da queixa e, posterior, instauração do inquérito policial. Vejamos as falas a seguir:

“... eu peguei dois transportes pra chegar lá e eu não tinha dinheiro pra ir, tive que pedi emprestado. O processo também é demorado... você tem que passar pela triagem...” (Afrodite)

“... demorou muito... Me botaram lá no banco sentada e eu fiquei esperando...” (Nemesis)

Percebe-se, assim, que até a formalização da denúncia, estas mulheres, muitas vezes com marcas visíveis da violência sofrida, ficam expostas ao ambiente público o que provoca o extremo constrangimento. Associada a esta questão, as mulheres também se

deparam com a carência de recursos humanos, causando demora para o atendimento e, conseqüentemente, insatisfação por parte das usuárias e falta de credibilidade para com o sistema de atendimento.

Demora na audiência

Quando finalmente são superadas todas as dificuldades em registrar a queixa, as mulheres vítimas de violência ainda enfrentam a demora na continuidade do processo que consiste na convocação do agressor para depoimento. Esta lentidão, por sua vez, gera sérios transtornos dentre os quais: descrédito no processo e desistência da vítima em dar continuidade à apuração da queixa. Partes das entrevistas transcritas abaixo exemplificam a percepção das agredidas em relação à demora para audiência:

“... esperar três meses para uma audiência é muito difícil... eu não acredito muito nessa delegacia, não... não boto fé... me sinto desmotivada desacreditada...pelo fato da demora.. o processo é muito lento... nesse meio tempo a pessoa esfria.. tá desmotivada ... 3 meses da primeira audiência peguei e larguei de mão...” (Gaia)

“... eu acho que a delegacia da mulher não resolve porque a gente vai dar queixa..., aí marca pra daqui há um mês... só que aí já passou a briga... já passou tudo. E tem vez que o homem nem vai e depois tem que remarcar de novo. É uma enrolação...” (Ártemis)

Neste sentido, no intervalo de tempo entre a queixa e a audiência, o agressor por ter ciência da denúncia poderá realizar sérias ameaças à suas companheiras, amedrontando-as a ponto destas não darem continuidade ao processo, como podemos observar no discurso abaixo:

... Ele foi e me bateu... me bateu não, me espancou... quando chegou no outro dia eu peguei e fui dá queixa.... Só que não deu certo porque eu fiquei com medo... porque ele me fez ameaça... no dia que marcaram a audiência eu fui e retirei a queixa.... (Nemesis)

Conforme Silva, Borba e Ercole (2006), a justiça pública possui um processo lento para averiguação dos casos de violência, o que deixa a mulher desprotegida e vulnerável a novos episódios de violência. Assim, as mulheres voltam a compartilhar o espaço doméstico junto com o seu agressor, o que a torna vulnerável a sofrer outras agressões.

Categoria III – O atendimento

Conforme as mulheres, o atendimento está diretamente relacionado com a infraestrutura disponível e com a relação interpessoal no processo de denúncia a qual, quando

não satisfatório, direciona a decisão da mulher em não mais denunciar. Estes aspectos foram elucidados a partir das subcategorias: infra-estrutura e relação no atendimento.

Infra-estrutura

Neste estudo, as mulheres revelam o desconforto em relatar sua história de violência sem o mínimo de privacidade, já que não existe um local específico para atendimento individualizado que garanta a confidencialidade das informações e minimize-lhe a angústia de relatar sua vivência. No entanto, o espaço de atendimento inadequado expõe a mulher, interferindo negativamente para qualidade do atendimento, como demonstram os depoimentos a seguir:

“... a DEAM deve ter um tratamento individualizado porque meu caso todos os agentes ali ficam ouvindo... a mulher me atendia com um bocão deste tamanho... tanto eu presenciava as brigas do casal... como as pessoas iam ficar sabendo do meu problema... é uma coisa muito exposta... não é você denunciar um ladrão... tem filho metido no meio... tem detalhes... às vezes você fala até coisas de violência sexual...” (Hera)

“... pelo fato do atendimento... me senti um pouco retraída.. sei lá.. vergonha.. muita vergonha.. deveria ter uma sala especializada.. porque é um negócio aberto.. os policiais vendo tudo ..todo mundo vendo.. a pessoa não se sente a vontade para estar colocando...”(Gaia)

Relação no atendimento

Um outro aspecto que interfere na qualidade da assistência diz respeito à relação interpessoal estabelecida entre o profissional e a mulher, já que, pela própria especificidade do fenômeno da violência doméstica, esta se encontra fragilizada e com baixa auto-estima, dificultando o rompimento do ciclo de violência. Vejamos as falas abaixo:

“... quando a gente foi lá... o homem... disse: “isso passa... isso passa...”. Ele disse que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher e que tem muita gente que vem pra cá faz a queixa e depois tira: “daqui a 15 dias ou menos de 15 dias você mesmo vem e tira...” (Ártemis)

“... quando eu cheguei na delegacia e dei queixa ... o cara que estava fazendo a ficha... disse... que isso era só aqui na hora... no momento de raiva... e que com o tempo eu ia voltar pra ele de novo... Teve a primeira audiência... ele (Juiz) pegou e falou assim para a minha mãe: “ela estava precisando era de uma boa surra da senhora... porque ela mesmo gosta”. Eu não gostei...mas também não falei nada... minha mãe também não falou nada...” (Hestia)

Os relatos acima demonstram o despreparo por parte dos profissionais que atendem as mulheres em situação de violência doméstica e, em muitas vezes, o profissional não se

identifica, deixando a usuária confusa a respeito do responsável pelo atendimento. Observa-se, portanto, que estes profissionais emitem juízo de valor acerca das denúncias feitas e opinam quanto à conduta que deverá ser adotada pela mulher.

Estudo realizado por Oliveira (2005) também revela o mau atendimento prestado pelas delegacias haja vista que estas as atendem de forma indelicada e as culpabilizam pela agressão sofrida. Villela e Lago (2007) acreditam que muitos profissionais que atendem as mulheres em situação de violência atuam de forma preconceituosa e discriminadora por conta da ausência sistemática e regular de capacitação na temática violência de gênero.

Entretanto, este atendimento discriminatório causa constrangimento para as mulheres, inibindo-as de buscar novamente este serviço na ocorrência de outras agressões.

“... no momento que eu fui (na delegacia)... eu queria que me dessem palavras de incentivo... não era pra dizer que estava com ele porque eu gostava de apanhar... eu não tenho coragem de ir mais não... porque eu tenho vergonha... se eu soubesse que o profissional não iria falar isso comigo, eu iria” (Hestia)

“... o acolhimento da delegacia é o que afasta você... porque você vai toda magoada lá... toda confusa... se quer ou não quer denunciar... chega e te julgam como é que você não consegue sair dessa situação... uma mulher independente... emprego e tudo... como é que você não sai disso... ninguém sabe que passa por outras coisas...” (Hera)

Torna-se importante que todas as instituições de atendimento a mulher em situação de violência, como a delegacia da mulher, invistam no preparo de seus funcionários de modo que estes compreendam bem o papel da entidade bem como suas competências. Segundo Brandão (2006), as mulheres procuram a delegacia da mulher pelo fato da violência ser percebida como um fenômeno que se restringe à esfera policial, desconsiderando seu caráter multifacetado. Neste sentido, percebe-se a necessidade das delegacias serem mais bem preparadas para o atendimento.

TEMA II: PROCESSO DA NÃO-DENÚNCIA

Muitos são os argumentos apontados pelas mulheres como motivo que as levam a não denunciar. Este tema reúne as categorias que correspondem aos motivos da não-denúncia: não se perceber em situação de violência, isolamento, dependência afetiva e medo.

Categoria I - Não se perceber em situação de violência

As entrevistas mostram que muitas mulheres, em vivência de violência sexual, não denunciam seus companheiros, pois representam a relação sexual como atividade inerente a sua função de esposa. Chama atenção o fato de que mesmo sem vontade, a mulher se submete a praticar relação sexual que, na maioria das vezes, lhe repugna, e ainda assim não se reconhece violentada.

“... até para transar, às vezes me pegava a pulso, queria me usar por detrás, me forçou a isso... eu sentia nojo dele... mas nunca pensei em denunciar ele porque eu não sabia que eu podia denunciar ele por causa disso porque eu pensava que fosse do sexo mesmo, que era obrigação minha...” (Medusa)

“... já teve ato sexual que eu não queria... eu não tava com um pingão de vontade... eu sentia nojo... muito nojo... eu achava normal... eu era a esposa dele... ele tinha direito de fazer... eu tinha obrigação de fazer...” (Gaia)

Neste caso, o estudo nos faz perceber que a mulher percebe que seu desejo é desconsiderado pelo homem uma vez que este impõe suas necessidades subjugando-a. A invisibilização da violência também é apontada no estudo de Kronbauer e Meneghel (2005) que mostra sua naturalização. Para Silva, Borba e Ercole (2006), esta invisibilidade se deve à falta de informação e divulgação nos meios populares.

Categoria II – Sentir-se Isolada

Ainda que a mulher se perceba em vivência de violência, o isolamento configura-se em um fator que impede a denúncia. Isso se dá pelo fato da mulher encontrar-se sozinha, isolada no seu mundo doméstico e, portanto, sem contato com qualquer pessoa que possa lhe fortalecer para o processo de rompimento do ciclo da violência, que pode ser iniciado através da denúncia. A seguinte fala ilustra como a mulher representa o isolamento e a sua permanência no cerco da violência:

“... o homem afasta a gente das amizades... da família... do mundo... para que quando aconteça à situação de violência você não tenha apoio... você só veja ele como apoio... é uma tortura... ele acaba sendo ao mesmo tempo o agressor e o acolhedor...” (Hera)

A idéia de que a violência entre parceiros íntimos é um problema privado está associada ao fato da mulher em vivência de violência sentir-se isolada, vulnerável e presa à sua situação (MARINHEIRO, VIEIRA, SOUZA, 2006; NUNAN, 2004).

Categoria III - Demonstrar dependência afetiva

Esta categoria revela que o fato de gostar do companheiro também se mostra como motivo para a não-denúncia, tornando as mulheres fragilizadas para a busca de saídas da violência. Os discursos que se seguem representam à impotência da mulher diante da relação de dependência afetiva com seu companheiro:

“... ele me proibia de trabalhar fora, de fazer amizade, de vestir determinadas roupas... e eu já me sentia violentada... Uma vez, ele me deu dois murros na cara e eu fiquei com o rosto e a boca partida... mas eu nunca denunciei ele... porque eu gostava dele...” (Medusa)

“... pensei em denunciar, mas não denunciei porque eu gostava muito dele e eu não queria ver ele preso. Eu não saía da relação porque eu gostava dele. Eu não pensava em mim... ele sabia que eu gostava dele e que eu não ia fazer nada contra ele...” (Afrodite)

“... ele pegou a arma e começou a rolar o tambor: “quer ver que vou esvaziar essa arma toda em cima de você?”... me obrigou a lavar o lençol.. e eu tive que secar no ferro.....isso com a arma apontada.. (no outro dia) ...aí, eu conversei com ele:”pôrra velho, você só recebe carinho de mim.. e olha como você me trata...”quando ele começou a chorar, eu acreditei nas lágrimas... como eu tinha uma certa afetividade.. me considerava até meio dependente... é mais difícil de romper essa situação...” (Hera)

Ao percebermos que as mulheres sofrem violência doméstica, mas afirmam gostar do companheiro e, por isso, não o denunciam, nos instigou a refletir sobre a relação de ambivalência que permeia o fato de "gostar daquele que me violenta". Isso mostra que as mulheres, nesta situação, não se vêem como sujeito, se anulando como pessoa.

O conceito de dependência costuma incluir diferentes tipos de fenômenos, entre eles aquele que significa submissão, ou seja, a incapacidade da mulher se manter, condicionando-a em função do outro; e a dependência que faz com que a mulher se ajuste ao que outra pessoa espera dela por medo do abandono. Por outro lado, a dependência pode advir da necessidade que se tem de outra pessoa para cobrir as carências afetivas. Enquanto a dependência é uma trava para a libertação das mulheres, a carência é inerente à condição do ser social. Ou seja, a necessidade afetiva não pode ser confundida com a ausência da autonomia que tem posto as mulheres numa relação de submissão no espaço público e privado. (VIANNA, BOMFIM, CHICONE, 2006).

Categoria IV – Referir medo

O medo é mais um motivo para o processo da não-denúncia. Os relatos abaixo evidenciam que as mulheres são ameaçadas pelos agressores implicando não só na interrupção do processo de denúncia como também na inibição do registro de novas denúncias.

“... eu não denunciaria ele novamente por conta das ameaças. Eu tenho medo... eu já abandonei duas queixas.. pela questão que ele é envolvido com coisa de gente ruim (tráfico)...” (Gaia)

“... teve uma vez que ele me deu um murro no olho... uma mordida... e me deu uma facada... Eu nunca denunciei... porque ele era errado... roubo de banco... por isso que eu digo que eu passei tanto tempo sofrendo violência... porque queria me sair daquilo e ele não deixava... era uma coisa forçada..aí não podia envolver a polícia... se eu denunciasse, ele ia acabar comigo... me matar..eu tinha medo...” (Circe)

“... eu senti muito medo... porque ele subia e descia com a arma... mas quando ele rodou o tambor... eu fiz pronto... pensei que ele ia dar uma tiro ou coisa assim.. porque eu não entendia muito de arma.. mais eu me apeguei aos orixás.. até hoje eu agradeço a Deus...”(Hera)

O estudo mostra que estas mulheres são companheiras de homens agressivos; que não temem a morte; envolvidos com crimes de alto poder ofensivo e atividades violentas; habituados ao uso de armamentos e presos a uma estrutura hierárquica que comanda o crime organizado. Desta forma, ao denunciar, a mulher envolve numa investigação policial, não somente seu companheiro, mas sim, um homem do crime. Neste sentido, a investigação de caráter conjugal/doméstico poderá avançar para uma investigação criminal, vulnerabilizando não apenas o agressor como, também, os demais membros do grupo criminoso. Diante das considerações expostas, ao receber uma ameaça do agressor, a mulher está recebendo uma ameaça do grupo no qual seu companheiro está envolvido, sendo, neste contexto, compreensível o medo de denunciá-lo.

Silva, Borba e Ercole (2006) mostram que muitas mulheres ameaçadas por denunciarem seus companheiros, não são protegidas, evidenciando a deficiência da segurança pública. No que tange as mulheres cujos companheiros estão envolvidos com o crime organizado, esta situação se agrava exigindo maior articulação dos equipamentos de atendimento as mulheres em situação de violência, como as delegacias e as casas abrigo, com os órgãos de segurança público que são: as polícias militar, civil e federal, ministério público e órgãos da justiça.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo caracteriza-se por mulheres que em sua maioria são negras, jovens, com baixo nível de escolaridade, atuam em atividades laborais de baixa remuneração, como serviços domésticos em geral, dependentes financeiramente de terceiros, principalmente dos companheiros e que quase a totalidade das mulheres já passaram pelo menos por um episódio de violência doméstica.

Para entender as representações das mulheres a respeito da violência doméstica, o estudo mostrou que sua estrutura está representada pelos elementos do núcleo central que qualificam a violência doméstica e pelos elementos do sistema periférico, que se organizam em torno do núcleo central.

Estas representações foram avaliadas com maior riqueza de detalhes por meio das entrevistas qualitativas, categorizando os temas denúncia e não denúncia, e assim observando o complexo fenômeno da violência doméstica e os notórios problemas existentes em toda tramitação do processo da denúncia como: infra-estrutura inadequada, lentidão e falta de qualidade no atendimento até o período da audiência que vem por fim refletir em uma das causas da não denúncia, dentre outros motivos citados na análise.

Para o reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito, é necessária a compreensão humana, valorizando os aspectos relacionados com a intersubjetividade da violência doméstica, constituindo uma rede social com os profissionais pertencentes a este universo que permitam uma abrangência de conhecimento interposto pela abertura, generosidade e solidariedade, para assim criar mecanismos resolutivos desta problemática.

O estudo atendeu a Lei Maria da Penha por buscar a compreensão da violência doméstica a partir do olhar das categorias gênero e raça, contribuindo para ampliar as discussões que permeiam o processo de construção do atendimento na Rede, como também contribuiu para a área da saúde por desvelar as representações de mulheres negras acerca da denúncia e não-denúncia, o que dá subsídios para os profissionais em saúde identificar mulheres em situação de violência doméstica e refletirem acerca da importância da rede de atendimento.

Neste contexto pode-se apreender que a enfermagem ocupa posição privilegiada, em especial quando inserida na Estratégia Saúde da Família, podendo melhor utilizar os recursos e equipamentos da Rede.

Nesta perspectiva, o estudo contribui para a área da saúde por desvelar as

representações de mulheres negras acerca da denúncia e não-denúncia, o que dá subsídios para os profissionais em saúde identificar mulheres em situação de violência doméstica e refletirem acerca da importância da rede de atendimento.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J.C. Lês représentations sociales: aspects théoriques. In: **Pratiques sociales et representation**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- _____. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. (Org.); OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos Interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia, p. 27-38, abr. 2000.
- _____. A abordagem Estrutural das Representações Sociais: desenvolvimentos recentes. In CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. da S. (org). **Representações Sociais e Práticas Educativas**. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.
- _____. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In: MOREIRA, A. S. P. (Org.); 2005.
- AGUDELO, S. F. **Violence and Healt: preliminary elements for thought and action**. Int. J. Healt Serv., 1990.
- ALMEIDA, E. C. **Violência Doméstica: Um Desafio para a Formação do Pediatra**. 1998. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- ALVES, F. da M. Lei Maria da Penha: das discussões à aprovação de uma proposta concreta de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1133, 8 ago. 2006.
- ASSIS, S. G. et al. Violência e representação social na adolescência no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. 16(1):43-51, 2004.
- BALLONE, G. J. **Violência doméstica**. 2003. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/infantil/violdome.html>. Acesso em: 17/04/2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70,1997.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar. Ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BORDIEU, P. **A dominação masculina**. 4ª ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRANDÃO, E. R. Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. **Revista Bioética**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Medicina, v.4, p. 15-25, 1996.
- BRASIL. Lei n. 6.259 de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 de out. de 1975. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6259.htm>>. Acesso em: 28/05/2007.

BRASIL. **Lei n. 10.778, de 24 de novembro de 2003.** Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.778.htm>>. Acesso em: 15/04/2007.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 15/04/2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual:** matriz pedagógica para formação de redes. Editora do Ministério da Saúde: Brasília, 2006, 64p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviços. **Cadernos de Atenção Básica n. 8. Série A – Normas e manuais técnicos**, n.131, 96p., Brasília, 2001.

CAMARGO, C.L. de. Violência física familiar contra crianças e adolescentes: recorte localizado. **Tese de doutorado da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.** São Paulo, 1996, 207p.

CAMPANHA16DIAS. **Violência de gênero e raça atinge mulheres negras no Brasil**, novembro, 2006. Disponível em: <<http://www.campanha16dias.org.br/16dias06/SalaImprensa/Artigo=13>>. Acesso em: 03 mar. 2007.

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. **São Paulo Perspectiva.**, abr./jun., vol.17, n.2, p.109-122, 2003.

CASTELLS, M. La. **Era de la información. Economía, sociedad y cultura.** Vol.I. La Sociedad Red. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 1998.

CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.** Adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995, Belém, 1994.

CONVENÇÃO DE NEW YORK. **Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas Discriminação Racial.** Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 7 de março de 1966 e ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968, New York, 1966.

CONVENÇÃO DE NEW YORK. **Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas Discriminação Contra as Mulheres.** Adotada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela resolução n. 34/180 da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 18 de Dezembro de 1979. Entrada em vigor na ordem internacional: 03 de Setembro de 1981, em conformidade com o artigo 27, n. 1, New York, 1979.

CONVENÇÃO DE VIENA. **A Declaração sobre a eliminação da Violência contra a Mulher.** Adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos em 20 de dezembro de 1993 e ratificada pelos Países Membros, Viena, 1993.

CONVENÇÃO DA ONU. **Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1968.** Disponível em: <http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/0616.pdf>. Acesso em: 23/06/2007.

CRUZ, E. A. da. **Práticas profissionais dos trabalhadores em centro de material esterilizado:** representações sociais da equipe de enfermagem. 2003. 176 p. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2003.

DADOUN, R. **A violência: ensaio acerca do “homo violens”.** (Tradução: Pilar Ferreira de Carvalho, Carmem de carvalho Ferreira). Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DANTAS-BERGER, S. M; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual. **Cadernos de Saúde Pública**, v.21, n.2, mar./abr., Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.com.br>>. Acesso em: 21 out. 2005.

DE PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário jurídico.** 8. ed., Forense, Rio de Janeiro, 1984.

DINIZ, N. M. F., et al. Saúde da Mulher: Violência intra-familiar e suas repercussões no auto-cuidado. **Revista Texto-Contexto**, v.8, nº. 2, p. 436-439, mai/ago., Florianópolis, 1999.

DINIZ, N. M. F.; MONTEIRO, A. P. **O ciclo da violência conjugal: mulheres na busca por atendimento na saúde e na Delegacia Especial de Apoio á Mulher – DEAM.** (Relatório de pesquisa/PIBIC/GEM). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

DINIZ, N. M. F.; SANTOS, M. F. S.; LOPES, R. L. M. Representações sociais da família e violência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, p. 1184-1189, Ribeirão Preto, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo, Ática, 1978 (Vol. I e II).

FERREIRA, Bernadete Aparecida. **Relatório/pesquisa: análise da política de combate à violência contra a mulher no Estado do Tocantins 2003 a 2005.** Palmas-TO, novembro de 2005a.

FERREIRA, Bernadete Aparecida. **Ações de Combate à Violência Contra a Mulher e os Serviços Ainda Inexistentes.** Palmas-TO, novembro de 2005b.

FRAGA, PD. **Violência: forma de dilaceramento do ser social.** Serv Soc & Societ 2002 jul.; 23(70):44-58.

FRASER, Nancy. **Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero.** In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira.* Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 2002.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa Nacional: A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado.** Rio de Janeiro: Núcleo de opinião Pública, 2001.

GOMES, Isabel Cristina; PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. **Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding?** Maringá, 2003.

GONÇALVES, H. S.; Ferreira, A. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18(1), 315-319, 2002.

GONZÁLEZ García, Martha y otros. **Ciencia, tecnología y sociedad. Una introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología.** Madrid: Tecnos, pp. 74 y ss 2000.

GRIN, Mônica. Estatuto da Igualdade Racial: Uma questão de princípio. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro vol. 38, nº. 224, mar. 2006.

HEISE, L.; PITANGUY, J. & GERMAIN, A. Violencia contra la Mujer: La Carga Oculta sobre la Salud. **Organização Panamericana de la Salud. Programa Mujer, Salud y Desarrollo.** Washington, D.C, 1994.

HEISE, L; Ellsberg M, Gottemoeller M. **Ending violence against women.** Population Reports Volume XXVII, Number 4, Population Information program, Center for Communication Programs, The John Hopkins University, School of Public Health, 1999.

HERITIER, F. Masculino Feminino. **O Pensamento da Diferença. Lisboa Instituto Piaget.** Cap 1. A valencia diferencial dos sexos na base da sociedade?. Cap. 2. As Lógicas do Social. Sistemáticas de Parentesco e representações simbólicas, 1996.

IBGE/PNAD. **Padrões de Casamento Inter-étnicos.** Rio de Janeiro, 1996.

IBGE/PNAD. **Coordenação de Trabalho e Rendimento.** Rio de Janeiro, 2001.

JODELET, D. Representações do contágio e a AIDS. In: JODELET, D.; MADEIRA, M. (orgs). **Aids e representações sociais: à busca de sentidos.** Natal: EDUFRRN, 1998, p. 17-45.

JODELET, D. **As Representações Sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. 420 p.

JORNAL DA REDE SAÚDE - nº. 23 - Março 2001. Disponível em: http://www.soropositivo.org/aids_e_pobreza/vul_mul_negra.htm. Acesso em: 16 de janeiro de 2007.

LANGLEY, R. e LEVY, R. **Mulheres Espancadas – Fenômeno Invisível.** São Paulo, E. Hucitec, 2º edição 1980.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Rev. Saúde Pública** , São Paulo, v. 39, n. 5, 2005.

LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIMA, C. A. M. Sertanejos e Pessoas republicanas: Livres de cor em Castro e Guaratuba (1801- 1835). **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, nº 2, 2002.

MACHADO, M. H. P. T. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888).** São Paulo: brasiliense, 1987.

MARINHEIRO, André Luis Valentini; VIEIRA, Elisabeth Meloni; SOUZA, Luiz de. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. **Rev. Saúde Pública** , São Paulo, v. 40, n. 4, 2006.

MARQUES, C. L. A subsidiariedade da adoção internacional: diálogo entre a convenção de Haia de 1993, o ECA e o novo código civil brasileiro. In: LEITE, E. de O. (Coord.). **Grandes temas da atualidade: adoção, aspectos jurídicos e metajurídicos.** Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 23-60.

MEZA et al., Violência física y psicológica contra la mujer embarazada. /on line/. Disponível na internet via [http:// www.tone.udea.edu.co/revista/mar2001/violencia%20contra%20embarazada.html](http://www.tone.udea.edu.co/revista/mar2001/violencia%20contra%20embarazada.html). Arquivo capturado em 17 de abril de 2004.

MINAYO, Maria C. S. (org.), **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis- RJ: Vozes, 1994.

_____; Ednilsa R. S. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciências Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, V.4, n. 1, p. 7-32, 1999.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000, 269p.

_____. Saúde e doença como expressão cultural. In: **Saúde, trabalho e formação profissional** (A. Amâncio Filho e M. Moreira, orgs). Pp.31-39, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza; SOUZA, Ivis Emilia de Oliveira. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 16, n. 1, 2007 .

MOSCOVICI, S., On Social Representation. In? FORGAS, J. P. **Social Cognition: perspectives on everyday understanding** Londres, Academic Press, 1981.

_____. **Representações Sociais**. Investigações em psicologia social. (Pedrinho Guareschi, trad.). Petrópolis: Vozes, 2003.

MURY, L. **Violência doméstica: porque as mulheres perdoam?** Nova Friburgo, RJ, 2007. Disponível em: <http://www.jornaldedebates.ig.com.br/index.aspx?cnt_id=15&art_id=9369>. Acesso em: 10 set. 2007.

NASCIMENTO, A..M.G.; BARBOSA, C.S. ; MEDRADO, B. Mulheres de Camaragibe: representações sociais sobre a vulnerabilidade feminina em tempo de aids. **Revista Saúde Coletiva**. v. 5, n.1. Recife. Jan/mar. 2005.

NOBREGA, S. M. da. Sobre a Teoria das Representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P. (org). **Representações Sociais: Teoria e Prática**. João Pessoa: Editora Universitária / Autor associado, 2001.

NUNAN, A. **Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário?** PSICO, v. 35, nº 1, 2004. p. 69-78.

OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos Interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000, p. 27-38.

OLIVEIRA, D. C. et al. Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das Representações sociais. In: PAREDES, A. S. **Metodologia de estudo das Representações Sociais**. Ed. UFPB/Portugal, João Pessoa e Lisboa, 2003 (no prelo).

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de et al . Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Rev. Saúde Pública** , São Paulo, v. 39, n. 3, 2005.

OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. 10ª rev., São Paulo, Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português, 1993.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Unidad de Género y Salud. **Modelo de Leyes y Políticas sobre Violencia Intrafamiliar contra las Mujeres.** Experiencia piloto en Brasil. Abr. 2004

Paiva, V., Venturi, G., França-Jr, I. & Lopes, F. **2-Uso de Preservativos**, PESQUISA NACIONAL MS/IBOPE, Rio de Janeiro, 2003.

PITANGUY, Jacqueline – “Cidadania, Direitos, Liberdade”, **Cadernos Cepia** n. 4. Rio de Janeiro, Cepia, 1998.

RABELO, Iglesias Fernanda de Azevedo; SARAIVA, Rodrigo Viana. A Lei Maria da Penha e o reconhecimento legal da evolução do conceito de família. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1170, 14 set. 2006.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Políticas Afirmativas e Educação: a Lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

RODRIGUEZ, M. A., QUIROGA, S. S., BAUER, H. M. Breaking the silence. **Arch. Fam. Med.**, v.5, p.153- 8, 1996.

ROWBOTHAM, Sheila. Gênero e Desigualdades. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, Ifcs/UFRJ, v. 6, n. 2, p. 358-369, 1988. Entrevista concedida a Bila Sorj e Mirian Goldenberg.

RUFINO, Alzira. **Mulher negra, uma outra história.** Disponível em: <http://www.portalafro.com.br/mulherespecial/mulhernegra.htm>. Acesso em: 06 de janeiro de 2007.

RUFINO, A. Seminário Nacional “Saúde, Mulher e Violência intrafamiliar”, **Jornal da Rede Saúde**, 1999.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 1996. 189 p.

SÁ, C.P. Representações Sociais: O conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (org.). **O conceito no cotidiano; as representações sociais na perspectiva da psicologia social.** São Paulo: Braziliense, 1995.

SALLES, V. **Familias en transformación y codigos por transformar.** In: GOMES, C. (Comp.). **Procesos sociales, población y familia: alternativas teoricas y empiricas en las investigaciones sobre la vida domestica.** Mexico: Miguel Angelo Porrúa, 2002. p.103-125.

SANTOS, Jildete dos. **Violência doméstica: uma questão de saúde pública.** In: VIOLÊNCIA contra a mulher: um novo olhar. modelos de protocolos e capacitações sobre violência doméstica para os serviços de saúde e Anais do seminário nacional “Saúde, mulher e violência intrafamiliar”. Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2001. cap. 7, p. 128-130.

SANTOS, M.F. S, ALMEIDA, L.M. **Diálogos com a teoria da representação social.** Alagoas: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2):264, maio/agosto, 2004;

SCHRAIBER L B., et al. **A Violência contra a mulher: demandas espontâneas e busca ativa em unidade básica de saúde.** Saúde e Sociedade. Faculdade de Saúde Pública. V. 9/1-2. 3-16. Jan/Dez 2000.

SCHRAIBER, L. et al. **Violence experienced: the nameless pain**, Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.7, n.12, p.41-54, 2003.

SILVA, Hédio Jr. **Mulher e Negra: A Necessidade de Demandas Judiciais Específicas**. In: As Mulheres e a Legislação contra o Racismo. Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, Nanucha Teixeira; BORBA, Paola Fernanda; ERCOLE, Juliane Porto. Caminhos para a proteção: rota percorrida por vítimas de violência doméstica em Porto Alegre, RS, Brasil. **Revista de Saúde Sexual e Reprodutiva**, Rio de Janeiro edição 25, set/out. 2006.)

SINGER, P. **Ética prática**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo : Martins Fontes, 1994.

SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 59-70, 2005.

SOARES, B. M. **Mulheres Invisíveis – violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCUI, P., JOVCHELOVITCH, S, organizadoras. **Textos em representações sociais**. 2ª ed. Petrópolis (RJ); vozes; 1995. p.117-45.

STARFIELD, B. Atenção Primária e Saúde. In: **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, MS, 2002. Cap.1, p.19-98. Cap.13, p. 481-528.

TORRES, R. M. **Adesão ao Tratamento: Representações Sociais de Portadores de Diabetes Mellitus**. 2005, 208 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TORREÃO, L. **Jovens unem forças contra a violência doméstica**. Pernambuco, 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/comunidade/gd120405.htm>>. Acesso em: 21 out. 2006.

TRINDADE, Z.A. **As representações sociais e o cotidiano: a questão da maternidade e da paternidade**. Brasília, v.9, n.3, 1993, pág. 533-546.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa quallitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, 107p.

TUIRÁN, R. Estructura familiar y trayectorias de vida en Mexico. In: GOMES, C. (Comp.). **Procesos sociales, población y familia: alternativas teoricas y empiricas en las investigaciones sobre la vida domestica**. México: Miguel Ângelo Porrúa, 2002. p.25-65.

TURA, L. F. R. **Os jovens e a prevenção da AIDS no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

VERGÈS, P. **Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations**: manuel version 2. Aix-en-Provence: LAMES, 2000.

VERGÈS, P. Approche du noyau central: propriétés quantitatives et structurales. In: GUIMELI, C. **Structures et transformations des représentations sociales**. Lausanne, Delachaux et Niestlé, 1994.

VIANNA, Lucila Amaral Carneiro; BOMFIM, Graziela Fernanda Teodoro; CHICONE, Gisele. Auto-estima de mulheres que sofreram violência. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 5, 2006.

VILLELA, Wilza V.; LAGO, Tânia. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2007.

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

Título do Projeto - Representações sociais de mulheres negras sobre violência doméstica e o processo de denúncia e não denúncia.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada a participar de uma pesquisa que tem como objeto de estudo as representações sociais das mulheres negras sobre violência doméstica e o processo da denúncia e da não-denúncia. Trata-se de um projeto de pesquisa desenvolvido por mim, Marieve Pereira da Silva, como atividade do Curso de Mestrado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Profa. Dra. Normélia Maria Freire Diniz.

A Sra. poderá participar ou não da pesquisa, bem como desistir em qualquer fase do estudo, sem qualquer prejuízo. Caso a Sra. aceite, todas as informações coletadas serão estritamente confidenciais, de modo que os sujeitos serão identificados por nomes fictícios, garantindo o sigilo e o anonimato e assegurando a privacidade.

As informações serão gravadas com o auxílio de um gravador portátil em um local onde a/o Sra (Sr.) poderá falar livremente sobre a sua experiência. A coleta dos dados será realizada de acordo com a sua disponibilidade e mediante a sua prévia autorização por escrito. Concordando em participar da entrevista, a Sra. poderá ouvir a fita e retirar ou acrescentar quaisquer informações. O material da gravação será por mim arquivado por 5 (cinco) anos e após esse período será destruído.

Ao participar desta pesquisa, a Sra. não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Também não haverá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo possibilite maior compreensão acerca do fenômeno da violência doméstica. Os resultados deste estudo serão publicados na dissertação de mestrado e em artigos científicos e divulgados no Coletivo de Mulheres do Calafate.

Os aspectos acima mencionados respeitam a Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos. Esta pesquisa integra o Projeto de Pesquisa intitulado “Violência em famílias negras: tensões e sociabilidade”, financiado pelo CNPq e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) através do nº. 21/2007. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da instituição vinculada a pesquisadora (71)3263-7600 ou do telefone do CEP (71)3332-4141.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Confirmando ter compreendido todas as informações acima descritas e, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Assinatura da entrevistada

Marieve Pereira da Silva
COREn-BA 99217

Data: ____/____/2007

APÊNDICE B - Teste de associação livre de palavras



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM

Título do Projeto - Representações sociais de mulheres negras sobre violência doméstica e o processo de denúncia e não denúncia.

TESTE DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS

1. ESTÍMULO INDUTOR

Que palavras vêm na sua cabeça quando digo a expressão Violência Doméstica?

Diga-me 5 palavras (colocar na ordem que ela disser)

1^a _____

2^a _____

3^a _____

4^a _____

5^a _____

Dessas palavras que você me disse, coloque na ordem da mais importante para a menos importante para você (escrever na ordem que ela disser)

1^a _____

2^a _____

3^a _____

4^a _____

5^a _____

Escolha 2 palavras que melhor definem Violência Doméstica para você?

1^a _____

2^a _____

Agora me diga por que você escolheu essas 2 palavras? Justificativa

Data: ____/____/2007

APÊNDICE C - Formulário – dados quantitativos



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA ESCOLA DE ENFERMAGEM

Título do Projeto - Representações sociais de mulheres negras sobre violência doméstica e o processo de denúncia e não denúncia.

FORMULÁRIO – DADOS QUANTITATIVOS

1. Quantos anos completos você tem? _____

2. Cor ou raça: negra () branca () amarela () parda () indígena ()

3. Qual a sua Religião? _____

4. Qual o seu grau de escolaridade:

Alfabetizada () 1º incompleto () 1º grau completo () 2º grau incompleto ()
2º completo () Superior incompleto () Superior completo () Nunca estudou ()

5. Estado Civil: casada () solteira () união consensual () viúva ()
desquitada ou separada judicialmente () divorciada ()

6. Com quem mora? Marido/companheiro () Filhos() Outros () _____

7. Trabalho

Trabalho fora de casa? Sim () Não ()

O que faz? _____

Onde? _____

Trabalha em casa com remuneração? Sim () Não () O que faz? _____

8. Condição financeira

Vive às próprias custas, sem depender de ninguém ? Sim () Não ()

Se não: parcialmente dependente () totalmente dependente ()

Quem ajuda você financeiramente? seu marido / companheiro () Pai / Mãe ()

Parentes () amigos () outros () _____

Os Dados que se seguem são relativos à violência doméstica:

Violência doméstica é aquela cometida por familiares ou pessoas que vivem na mesma casa e que leve o indivíduo à dano e/ou sofrimento físico, sexual e/ou psicológico e em alguns casos chegando até mesmo à morte.

Agora eu vou fazer algumas perguntas sobre a expressão da violência doméstica:

9. Violência Psicológica:

Alguém já humilhou publicamente? Sim () Não () Quem? _____

Alguém já xingou você ou sua família? Sim () Não () Quem? _____

Alguém já lhe impediu de trabalhar ou ter amizades? Sim () Não () Quem? _____

Alguém já lhe acusou de ter amantes? Sim () Não () Quem? _____

Alguém já lhe deixou sem assistência quando doente /grávida? Sim () Não () Quem? _____

Alguém já lhe trancou dentro de casa/impediu de sair? Sim () Não () Quem? _____

Outros: _____

10. Violência Física:

Alguém já esbofeteou, chutou, mordeu, ou empurrou você ? Sim () Não () Quem? _____

Alguém já lhe feriu com algum objeto (faca , revólver, pedra, pau ou outros instrumentos)?

Sim () Não () Quem? _____ Qual objeto? _____

Outros: _____

11. Violência Sexual:

Você já foi forçada a ter relações sexuais sem sua vontade ? Sim () Não () Quem? _____

Você já sofreu atentado violento ao pudor? Sim () Não () Quem? _____

Você já sofreu estupro? Sim () Não () Quem? _____

Caso estupro: Você ficou grávida? Sim () Não () O que fez? _____

Outros: _____

Obs: as questões que seguem só serão respondidas pelas mulheres que sofreram algum tipo de violência.

12. Você conhece os serviços da rede de atenção à mulher em situação de violência?

DEAM Sim () Não () CREAIDS Sim () Não ()

Casa-abrigo Sim () Não () Centro de Referência Sim () Não ()

Projeto Viver Sim () Não () Rede Social Sim () Não ()

IPERBA Sim () Não () OUTROS () _____

13. Você já buscou algum tipo de atendimento na rede de atenção à mulher em situação de violência? Sim () Por que? _____ Não () Por que? _____

14. Qual serviço você procurou?

DEAM () Casa-abrigo () Projeto Viver () IPERBA () CREAIDS () Centro de Referência () Rede Social () Especifique: _____ OUTROS () _____

APÊNDICE D - Formulário – dados qualitativos



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM

Título do Projeto – Representações sociais de mulheres negras sobre violência doméstica e o processo de denúncia e não denúncia.

FORMULÁRIO – DADOS QUALITATIVOS

1. Esclareça sobre as palavras briga, agressão, espancamento, maus-tratos que foram mencionados na entrevista anterior.
2. A entrevista mostrou que você sofre ou já sofreu violência doméstica na relação conjugal. Fale sobre esta violência.
3. Você denunciou seu companheiro. Fale da experiência da denuncia.
4. Você não denunciou seu companheiro. Fale da experiência sobre a decisão da não-denuncia.

APÊNDICE E – Entrevistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM

ENTREVISTAS

Entrevista 01 - MEDUSA

Concordo porque eu já apanhei do meu irmão, do meu ex e já tentaram me estuprar duas vezes, meu ex e o ex da minha mãe... Meu ex uma vez me deu dois murros na cara e eu fiquei com o rosto e a boca partida. Ele me bateu porque eu vir ele com a ex dele... eu tava com uma faca para rasgar a cara dela... Quando ele bebe, ele me chama de vagabunda, descarada, era tanto nome... mas eu nunca denunciei ele... Sã ele é uma ótima pessoa, mas bebendo... ele fica com ciúmes de qualquer pessoa, tinha ciúmes demais... me proibia de trabalhar fora, de fazer amizade, de vestir determinadas roupas... e eu já me sentia violentada... até para transar, as vezes me pegava a pulso, queria me usar por de trás, me forçou a isso só duas vezes, só... eu sentia nojo dele... mas nunca pensei em denunciar ele porque eu gostava dele e eu não sabia que eu podia denunciar ele por causa disso... eu pensava que fosse do sexo mesmo, que era obrigação minha. Fiquei com ele dois anos e uns sete meses. Até três meses ele era uma ótima pessoa, depois mudou da água para o vinho... eu não sei onde fica a delegacia da mulher, ela serve para gente denunciar o homem... eu nunca fui na delegacia, mas minhas amigas dizem que foram e não adiantou nada... porque vai e daqui a um mês já passou a briga... acho que a gente devia ir na delegacia e vir com os homens para pegar ele para prender, bater ou matar. Eu não tenho filhos com ele. Eu já ouvi falar da Lei Maria da Penha... mas nunca falei com meu companheiro sobre ela não. Eu diria para mulher que sofre violência que elas devem dar queixa porque mesmo que não resolva nada, quando nada um medo nele mete.

Entrevista 02 – ÁRTEMIS

Eu concordo que violência doméstica é tudo isso porque eu tenho isso dentro de casa. Eu sofri violência psicológica, de xingamentos. Uma vez eu ia para uma festa, aí ele disse que não era para eu ir porque tinha um ex namorado meu, aí ele começou a me xingar, mas ele nunca me agrediu. Eu já fui na delegacia da mulher com uma amiga minha porque o namorado dela tinha estuproado ela. A delegacia serve pra ajudar a mulher quando o homem bate, xinga, para ajudar né? Quando a gente foi lá, ela fez a queixa, perguntou o nome, perguntou o que tinha acontecido, o homem olhou para a cara dela e disse isso passa, isso passa. Ela saiu indignada de lá. Ela foi na delegacia da mulher e foi um delegado que atendeu e ele disse isso e disse que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher e que tem muita gente que vem pra cá faz a queixa e depois tira, daqui a 15 dias ou menos de 15 dias você mesmo vem e tira. Nesse dia tava um homem. Eu diria pra mulher que sofre violência para ela revidar, porque eu mesmo sou pavio curto se eu tiver com um revólver eu atiro, se eu tiver com uma faca eu não tô nem aí, nem que depois eu vá pra casa de tia DETE (detenção) eu não tô nem aí. Eu já ouvi falar da Lei Maria da Penha agora pra falar assim dela tem coisas que eu não sei não. Eu já conversei com o meu companheiro sobre essa Lei.

Entrevista 03 – AFRODITE

A violência doméstica é tudo isso mesmo (maus tratos, agressão, espancamento, briga) porque uma coisa vai levando a outra, mas têm também a violência psicológica que é aquela que as palavras maus dita que é pior que um murro e que um tapa. Porque um murro e um tapa passa um período e aquilo ali sara e as palavras não, fica ali no seu pensamento e pra tirar é horrível. Eu já vivi

violência sim. Primeiro foi a violência psicológica, que as agressões eram as palavras, me agredia me xingando, falando as coisas que eu não fazia, dizer coisas que eu não fazia e a agressão física também. Ficamos juntos 5 anos... Eu vivo violência desde os três meses... A gente tinha sete meses quando teve a violência física, agora a violência psicológica a gente tinha uns três meses. A gente tava na rua, aí ele chegou e a gente começou a discutir, aí ele me deu um murro e depois pegou água gelada e jogou por cima de mim... eu pensei em denunciar mas não denunciei porque eu gostava muito dele e eu não queria ver ele preso. Eu já denunciei ele uma vez, na delegacia da mulher. É difícil a denúncia... porque você vai denunciar alguém que você gosta., chega o processo que é demorado... você tem que passar pela triagem, então a mulher que não tá decidida mesmo a dar queixa volta. Eu pensei em voltar. Eu peguei dois transportes para chegar lá e eu não tinha dinheiro para ir, tive que pedir emprestado. Eu denunciei porque ele ficava me perseguindo, a gente já tinha se separado, ele ligava para lá pra casa, dizendo coisas que eu não falei, falando coisas que eu não fiz aí eu decidi prestar um queixa dele. Eu achei bom o atendimento, mas foi muito demorado... Eu acho que a delegacia não resolveu o que buscava, até hoje nem a intimação ele recebeu. Eu queria que a delegacia chamasse ele pra uma conversa, que não precisasse ser algo de repressão, chamar pra uma conversa... porque na presença de uma delegada, de um oficial, a conversa poderia correr de uma forma melhor. Ele ligava pra mim e dizia coisas que eu não tinha falado, aí lá a gente poderia sentar e conversar. Eu não desistir da denúncia, mas com a demora a gente vai esfriando, porque quando a gente sofre violência e decide denunciar a gente quer resolver logo. A Lei Maria da Penha é a lei que proíbe a violência contra a mulher. Eu já discutir sobre essa lei com meu ex-companheiro, mas ele não mudou seu comportamento. Ele diz que as coisas aqui no Brasil não funcionam. A Lei não mudou o comportamento dele nem de outros homens porque existe mais no papel do que na prática.

Entrevista 04- NEMESIS

Concordo, mas tem ameaça também que elas não falaram aí. Eu já passei por isso tudo, mas não quis dizer aqui no Coletivo porque tem uma mulher aqui no grupo que eu não falo. O pai do meu filho, ele é do tipo de homem assim, carinhoso, mas quando ele quer uma roupa e não acha, ele fala assim: “ah! Você é preguiçosa, você é porca...” Aí ele vai e sai... quando chega no outro dia que eu vou falar com ele, ele vai e me dá um tapa na cara. No dia que eu me separei dele, foi porque ele tava na casa de um amigo dele, que já foi fichado, e eu não acho certo porque se ele já foi fichado uma vez pode ser de novo. Aí, eu peguei e chamei ele, aí os amigos dele falaram: “vai, vai, vai logo pra mamãe não bater...” Aí quando ele desceu, ele já desceu me xingando, me esculhambando de tudo que era jeito, aí eu fui para cima dele e ele veio para cima de mim também, eu peguei a faca, ele tomou aí eu subir e disse pros amigos dele: “o que vocês fizeram não vai ficar assim”, aí eles falaram: “se você trouxe alguém aqui eu meto bala...”, aí eu falei: “então você vai meter só de boca porque feijão tá caro...” Aí quando eu desci ele falou: “você foi lá em cima procurar confusão com os outros, foi?” Eu disse: “fui... porque? você não gostou não?” ele disse: “não”, aí eu disse: “então se foda”, ele disse: “ah, vá se foder você”, aí, ele começou a me bater. Eu fiquei com ele três anos e 8 meses. Temos uns 10 dias de separados. Eu comecei a sofrer violência depois de 1 ano, depois que meu filho nasceu. Porque onde ele ia ele me levava e depois que eu tive o menino ele achou que eu ia ficar presa. Aí eu ia atrás dele, aí você sabe né? Homem nenhum gosta né? Aí ele ficava me xingando. Aí eu também sou pirracenta, ficava dizendo as coisas a ele, ele me dizia também, aí começava a briga... Ele me proibia de trabalhar, de usar roupas, depois que eu tive meu filho que ele mudou. Eu já denunciei uma vez só. Eu levei o menino pra ele tomar conta pra eu ir pra escola, aí ele disse na minha cara que não ia olhar o menino porque ele ia sair, eu disse: “ele também é seu filho”, ele disse: “ah eu não vou olhar”, eu peguei larguei o menino na rua, aí eu sai, mas eu não fui para escola, fui pra casa de uma amiga, aí ele passou pelo menino e não pegou... aí eu peguei fui atrás dele e fiz uma baixaria com ele. Ele pegou me bateu, me bateu não, me espancou, aí quando chegou no outro dia eu peguei e fui dar queixa. Eu fui pra lá de ônibus, Marta me ensinou a ir, (transporte), eu fui querendo chorar dentro do ônibus, mas me controlando, sabe? Eu achei o atendimento bem, só não achei bom que demorou muito, me botaram lá no banco sentada, eu fiquei lá no banco sentada esperando as mulheres conversar, conversar, mas na hora

que me atendeu foi ótimo. Aí perguntaram o que foi... onde foi.. quem viu... esperei mais ou menos por 2hs. Resolveu, acho que resolveu, mas no dia que marcaram a audiência eu fui e retirei a queixa porque ele me ameaçou. Chegou a intimação pra mim e pra ele, com uns 21 dias. Foi menos de 1 mês, não demorou muito não. Ele disse que se ele fosse pra justiça e chegasse lá batessem nele, que ele ia me matar. Só que quando eu fui lá, o que eu queria que a delegacia fizesse ela não fez. Eu voltei da delegacia pra casa. Ele já tava na casa da mãe dele. Eu já ouvi falar da Lei Maria da Penha que é sobre a violência contra as mulheres, eu nem sabia que existia vim saber esse ano, agora depois da reunião de Normélia. Pra eu ser feliz, ele tinha que mudar bastante, mas não tem condições não porque ele tem uma mente fraca. Eu posso viver bem sem ele, mas eu preciso de um trabalho, um curso que eu não tenho ainda e meu filho do meu lado...

Entrevista 05- DEMÉTER

Eu tive um marido que me deixava presa dentro de casa, ele saía e me deixava trancada, se eu ia ao médico ele ia comigo e quando eu saía só quando chegava em casa ele tirava minha roupa, me revistava, e eu era obrigada a ter relação com ele pra ele comprovar que eu não tive relações com ninguém. Quando eu não queria, ele me batia. Teve um dia que eu cheguei e dei uma facada nele. Acho que a violência só acontece por causa dele e não por causa da gente, porque a gente faz as coisas tudo direito que ele manda, se ele manda a gente não sair, a gente obedece ele, ela fala: “ah se você quer sair, você me pede”, aí a gente sai, chega em casa ele já muda o temperamento, já fica diferente, a gente percebe que ele não é mais aquele homem ideal pra gente. Eu fiquei 1 ano e dois meses com ele, ele era doido para ter um filho comigo, ele achava que eu tomava remédio escondido dele, aí uma vez eu falei pra ele fazer o exame, aí deu que era ele que não podia ter filho, enquanto ele não sabia que era ele que não podia fazer filho, ele achava que era eu, ele ficava me cobrando, me cobrando: “ah sua vagabunda você não quer ter um filho comigo, se você não tiver filho comigo também não vai ter com ninguém”. A gente já tava separado quando ele soube que eu tava grávida do meu filho (de outro homem), aí ele me encontrou e me deu um ponta pé. Ele me ameaçou, ele disse que se eu não tivesse filho, eu não iria ter filho de ninguém. Isso acontecia todos os dias, de segunda a segunda, eu não via a cor da rua. Eu tava morando com minha madrasta e eu tava trabalhando no Sarah, eu saía 5 horas da manhã e chegava de noite, aí ele chegou pra minha madrasta e pediu ela pra ir ali comprar uma roupa, aí ele pegou ela e levou pra ilha, eu não queria mais ele, só que ele levando minha filha ele ia me ter de volta, porque eu via que se eu fosse voltar pra ele ia ser pior, ou ele ia me matar ou eu ia matar ele. Minha tia me ajudou quando eu me separei pela primeira vez dele eu disse que ia pra casa de minha avó, ele disse: “você vai, mas também não vai levar uma peça de roupa”. Tudo bem, isso aí eu não fiz questão, porque eu nasci nua e vestida eu estou. Quando ele me viu na rua, ele me deu um murro que eu cai. Quando eu vim me levantar, eu estava num bar sentava, com isso aqui inxado, aí quando eu vim minha tia disse: “a gente vai agora na Quarta (delegacia) agora dar uma queixa”. Aí, eu fui na Quarta dei queixa, o delegado disse que a intimação ia chegar... no dia que marcou a audiência ele não foi, aí quando ele me encontrou, ele me chamou pra conversar, eu fui educadamente. Aí ele disse: “eu não vou fazer mais...” e eu gostava dele, eu fui e voltei pra ele... daí, foi quando que ele veio e me deu outro murro, aí eu fui dei uma queixa dele e não voltei mais. Ficamos 1 ano e três meses juntos. Foi quando ele me bateu. Teve um aniversário na casa de minha avó, aí minha tia apresentou os cunhados dela que a gente não conhecia, aí só porque eu peguei na mão de um, ele disse que eu tava procurando frete, mas eu não estava procurando frete desde quando tava apresentando. Quando eu cheguei em casa ele falou: “ah você pensa que eu não vi não sua vagabunda, descarada, você procurando frete?”. Aí ele me deu um murro e quando ele me deu o murro eu não tava esperando, eu tava distraída, foi no olho e na parte da sobrancelha, tem até um corte ainda, eu vi tudo azul, quando eu passei a mão aqui que vi o sangue, a única coisa que vi foi a faca de serra na pia, aí eu peguei e dei na saboneteira dele, eu dei e não tirei não, larguei... aí ele ficou dizendo que tava morrendo, que tava morrendo, que eu vi que o sangue não tava saindo, aí eu levei ele pra o hospital. Quando foi fazer a ocorrência que o policial veio e viu ele com a faca aqui veio fazer a ocorrência. Quando o policial viu ele com a faca enfiada eu tava correndo pra poder chamar o médico pra vim atender. Aí o policial tava com uma caderneta na mão perguntando a ele o que foi

que aconteceu, aí ele disse: “não, eu tomei uma facada por causa da bola”. Aí o policial perguntou pra ele: “você tomou uma facada por causa da bola ou porque você agrediu sua mulher?”, ele aí ficou todo sem graça, aí o policial disse pra mim: “eu só não vou levar você presa porque se ele passou por isso é porque ele mereceu, porque você também tá com o olho inchado, porque se não fosse meu olho inchado ele disse que ia me levar presa. Mesmo com medo dele me fazer alguma coisa, eu voltei pra casa... porque eu gostava dele. Eu separei na primeira violência física e não voltei mais. Eu nunca achei homem nenhum pra me bater, ele foi o primeiro e o último. Ele me chamava pra a sair a gente saia, a gente bebia, a gente curtia, dormia normalmente, acordava normal, lavava minha roupa de ganho, ele me ajudava a levar, daí pra cá ele começou a beber, só que antes ele bebia junto comigo, ele não bebia só, às vezes ele saia e não dizia pra onde ia, mas eu não era daquelas mulher de perguntar: “você vai pra onde?, você tá com quem?” Eu não exigia isso dele. Já de mim ele exigia. Aí, eu fui dei queixa, eles falaram que a intimação ia chegar, dei o endereço dele e tudo. Mas aí no dia da audiência ele não foi. Eu dei queixa na Quarta e minha tia já conhecia alguns policiais, aí de um lado foi bom, e do outro foi ruim porque eu esperava uma coisa e não foi. Porque se desde quando chegou a intimação, ele tinha que ir, e desde quando ele não foi, eles tinham que vim buscar ele em casa, saber porque ele não foi e até prender ele. E não aconteceu isso. Eu assinei meu nome como só se eu tivesse comparecido e ele não. E nunca mais deu em nada. Eu nunca ouvir falar na Lei Maria da Penha nem que tem lei que protege mulher em situação de violência

Entrevista 06- HESTIA

Concordo... porque eu já passei por isso: briga, agressão, espancamento e maus-tratos . Violência doméstica é quando a gente tem um parceiro e ele maltrata a gente, bate... nem só bater também, faz ignorância... acha que tudo é na mão... vá pegue isso... não sei o quê... as grosserias dele também é violência... Para mim ele é ignorante todo o tempo... É o jeito dele, muito grosso... ele fala muito alto... tudo dele não tem nível para falar, não tem diálogo... tudo é na grosseria... Eu estou há 5 anos com ele. Hoje não sofro mais violência, mas já sofri. No começo ele já vinha com aquelas brincadeiras de bater.. dali já começava.. Eu falava com ele que era para parar com essa brincadeira de bater... não gostava... mas mesmo assim ele só brincava assim... aí, depois passou a me bater..., eu ia em cima dele também... batia.. mordida..A gente estudava na mesma escola... e tudo ele tinha ciúmes... assim... essas coisas... aí se eu tivesse conversando com as minhas colegas, ele pensava que a gente estava conversando de homem... aí, ele vinha com a unha dele e me arranhava... aí, eu ia e arranhava ele também... e ficava naquela agonia..... eu e ele namorávamos... aí, ele foi e pegou uma colega minha... eu fui e peguei um colega dele... Eu fiquei com o amigo dele, só porque ele ficou com a minha colega.. aí, ele ficou sabendo... e no que ele ficou sabendo, ele pegou e me bateu com um pau... Eu fiquei toda marcada no meu braço. Ele acha que tem o direito de me bater... Não era a primeira vez que acontecia isso...aí, eu disse pra minha mãe: “eu vou dá queixa”... e minha mãe me apoiou... eu peguei e dei queixa dele... Eu não sabia onde era a Delegacia, quem me levou foi minha mãe. A gente foi numa lá em Brotas, de adolescente... porque na época eu era adolescente. Quando eu cheguei na delegacia e dei queixa ... aí, o cara que estava fazendo a ficha pegou atendeu e perguntou... eu comecei a falar... ele disse que eu estava dando queixa, mas que mesmo assim eu ia voltar... que isso era só aqui na hora... no momento de raiva... e que com o tempo eu ia voltar pra ele de novo... eles falaram: “ah! isso aí é só questão de tempo...” ele ficou falando tudo isso... Eu estava marcada... Ficou meio roxo... aí ele pegou e mandou fazer o exame de corpo de delito... o policial que mandou... ele me deu um cartãozinho com o endereço, mas eu acabei desistindo, mas só que eu aí voltei pra ele.. ficou aquela agonia.. e, realmente demora para a intimação chegar... essas coisas todas... ele ficava indo atrás de mim, naquela agonia e eu voltei...Eu achei o atendimento bom... sabe... assim... Eu não achei bom... mas... a delegacia não resolveu porque também eu não fui adiante.. eu mesmo parei... pelo fato de eu ter voltado para ele, eu aí não liguei mais de ir para a delegacia... para ir para a audiência que já estava marcada... e a intimação chegou para ele e para mim... chegou a primeira, mas só que a mãe e a irmã dele não queria aceitar, aí tive que levar de novo, aí foi que eles vieram aqui comigo entregar a ele.... porque nesse momento eu ainda queria a separação. Teve a primeira audiência, mas foi separada... eles me

escutaram e depois mandou ele entrar. Ele me escutou lá... bateu tudo no computador... ele (juiz) pegou e falou assim para a minha mãe: “ela estava precisando era de uma boa surra da senhora... a senhora tinha que quebrar ela toda.. porque ela mesmo gosta”. Aí, começou a falar com mainha que eu também que gostava. Eu não gostei...mas também não falei nada... minha mãe também não falou nada. Aí, depois teve outra vez, mas só que a gente não foi mais...porque a gente já tinha voltado. Eu estou com ele ainda. E se por acaso voltasse a acontecer isso (a violência), eu não tenho coragem de ir mais não... porque eu tenho vergonha de ir para a delegacia, porque eu já fui uma vez e não continuei.. aí quando eu chegar lá, eles vão ficar falando para que eu voltei.. não sei o que... aí eu não tenho coragem de ir não..mas se eu tivesse coragem.. se eu soubesse que o profissional não iria falar isso comigo, eu iria... porque eu acho que no momento que eu fui.. eu queria que me dessem palavras de incentivo.. perguntasse mais as coisas .. não era pra dizer que estava com ele porque eu gostava de apanhar... eu achava que ele (policial) deveria vir na hora para pegar ele... para dar um corretivo... como tem a delegacia das mulheres... eu queria que ele fosse para lá pra apanhar das mulheres, para ele ver também... e que depois ele ficasse lá um bom tempo para ele aprender ...sei lá.. eu acho assim.. porque pelo fato de eu ir ... se ele tá vendo a marca, lógico que tem que fazer o corpo de delito, ainda tudo isso.. para ainda ele ir .. ainda ouvir ele.. e tudo...isso demorou acho que 1 mês. Minha família não sabia que eu sofria violência ... no começo não sabia... por mim não.. sabia pela boca das pessoas... que as pessoas falaram.. mas ela me perguntava e eu dizia que não era...porque eu gostava dele e não tinha coragem de falar... porque também logo que eu comecei com ele... mainha olhou para ele e falou que ele gostava de bater em mulher... que não era pra eu ficar com ele... mas mesmo assim..eu insisti...então se eu falasse para minha mãe ... ela ia querer que eu largasse ele.. e eu não queria largar ele... Eu achava assim... que pelo fato de ele usar drogas essas coisas... eu achava que poderia ajudar ele também.... mas acabei sendo prejudicada entendeu... porque mainha não sabia que ele usava drogas e essas coisas ... aí depois que ela veio a saber...Quando ela soube que eu estava em situação de violência ela me ajudou... ela ficava falando: “bem que eu te avisei”... essas coisas... aí falava mais ainda.. mas, na verdade isso não me ajudava.. me dava mais raiva..eu ficava com uma raiva.. sei lá.. realmente eu sei que isso tudo era por culpa minha... eu achava assim... que a errada era eu ...então, de um lado eu achava que ela me ajudava e de um outro eu não achava que era ajuda porque ela falava demais... como no caso em que ela me perguntou se eu queria ir mesmo denunciar ... porque eu chamei ela e ela sentou... conversou comigo... perguntou se eu queria mesmo dar queixa dele...eu acho que é uma ajuda também... mas, quando eu voltei para ele, aí mainha não me queria mais dentro de casa... então quando eu quis voltar para ele minha mãe não me apoiou...essas coisas.. aí eu peguei e saí de dentro de casa e fui morar com ele aí a gente alugou uma casa aqui e ficou morando... mas ele tinha muitos ciúmes dos amigos dele... aí nosso quarto tinha porta... ele me trancava dentro do quarto e me batia... eu estava no início da gravidez dele... um mês ou dois meses... eu não tinha certeza que estava grávida... aí ele me batia me deixava trancada dentro do quarto... com fome e tudo... aí quando eu saía... eu estava vomitando... aquela dor na barriga... na boca do estômago ... aí foi um fato que passei e que me marcou muito... porque quando eu lembro me dá muita raiva... (choro)... essa lembrança me deixa triste... eu não sei nem falar... são situações que a gente não esquece .. (nesse momento, o companheiro da entrevistada chegou e a entrevista foi encerrada).

Entrevista 07- PERSÉFONE

Concordo porque a briga causa o espancamento... Tem o maltrato que vem na frente, porque começa do maltrato, aí às vezes a gente vai falar porque está maltratando e já vem a briga, o espancamento... porque o homem não hesita em dar uma tapa ou um murro numa mulher... ele não pensa... Só depois quando ele agride que ele tem aquela maneira de pedir desculpa ... mas só que tudo começa de uma briga... o maltrato quando você bate você já tá maltratando... não é só aquele maltrato que você deixa de lado não....já apanhei muito. Já apanhei de meu pai, de minha mãe e até hoje eu sofro porque eu tenho um filho, não trabalho e dependendo do meu pai e da minha mãe e tudo que é coisa o pessoal fala assim: “ah! porque eu dou de comer a seu filho”. Aí, só porque acha que dá comida e coisa, acha que pode mandar e desmandar nas pessoas, e às vezes pode até tirar a

autonomia da gente... que a gente tem com os filhos da gente. Eu fiquei com meu ex-companheiro um ano e pouco. Tem um ano que não estou mais com ele. Eu me senti violentada logo no primeiro mês. Eu já sofri violência com meu namorado... Já sofri a violência psicológica... quando ele quer mandar na pessoa, de dizer: “você não vai! Você vai ficar aqui”... de ficar controlando seu horário de ir e de chegar. Ele dizia a mim: “venha pegar o dinheiro hoje, que eu vou te dar um dinheiro hoje para fazer a ultra-som”. Aí, quando chegava na hora ele não estava. De arranjar outra pessoa para ficar curtindo com a sua cara. De eu precisar de alguma coisa e ele não me dar. Quando meu filho nasceu, de eu ligar e falar: “olhe, o menino está precisando disso”. Aí, ele falava: “eu não tenho pra dar, você quer que eu vá roubar?”... porque isso tudo dói e machuca... eu não gosto nem de lembrar porque vem uma sensação estranha dentro de mim. Aceitar a gravidez ele aceitou porque ele dizia que não era para eu tirar, mas só que as coisas que ele fazia para mim não era um aceito. Era só o aceito da boca para fora, pois na hora mesmo do vamos ver, não era nada disso. Era só assim: “eu quero, tenha (a criança) que eu quero”... mas quando foi depois, não foi nada daquilo que ele dizia que ia ser. Hoje em dia é até melhor nossa relação porque depois que eu tive o bebê, eu passei um bom tempo sem ir lá... quando eu levei o menino para ir vê ele já estava com 4 para 5 meses. Hoje em dia ele já fala da gente morar junto, e ele me trata bem. Mas essa evolução toda aconteceu depois que eu entrei no coletivo porque eu comecei a participar da oficina do GEM (Grupo de Estudo Sobre a Mulher) que Lila me convidou, que era todas as quartas feiras e começava 2h. Eu disse a ela que ia para ver porque para a gente saber das coisas, a gente tem que ir para ver. Aí, eu fui para conhecer a oficina... gostei e comecei a participar da oficina. Aí, depois fui vendo que as coisas que ele fazia comigo era tudo violência psicológica... aí daqui para cá comecei a mudar. Eu disse que eu não queria aquilo para mim, porque se fosse daquele jeito que era eu não queria porque eu tinha a possibilidade de arranjar uma outra pessoa que me tratasse melhor do que ele. Eu agradeço muito a Normélia (coordenadora das oficinas do Coletivo de Mulheres do Calafate) porque foi ela que abriu a minha mente para isso... para mim quando falava violência era só a física... para mim não tinha os outros tipos de violência... depois que eu comecei a vir participar das oficinas, que eu vim ver que isso que ele fazia comigo era violência e violência das brabas, porque quando você sofre uma violência psicológica, abala você... abala seu corpo... sua estrutura e você fica sem eira nem beira... e você fica desesperada... você fica esperando a melhora, pois quando é um tapa ou um murro, a cicatriz passa e você as vezes esquece... mas, muitas vezes, a psicológica não... fica ali remoendo. Você fica se perguntando: “porque está acontecendo isso comigo? Não tinha necessidade de estar acontecendo isso comigo”. Já cansou de eu me perguntar: “Meu Deus, por que eu tô passando por isso?”. Depois que eu vim ver que aquilo tudo era violência, então eu dei um basta... eu mesmo falei com ele: “se você quer ficar comigo fazendo aquelas coisas eu não quero porque eu estou cansada de sofrer... porque isso é violência”. Ele disse que não era e eu falei: “é sim”. E aí dei um basta... Se eu soubesse na época que eu sofria violência, eu tinha denunciado ele porque é horrível, a sensação é terrível. A gente se sente mal com a gente mesmo e pra mim a pior fase foi na fase da gravidez porque foi no momento que eu mais precisava dele... mas foi o momento que ele mais me fez sofrer... que ele mais me torturou. Então é horrível... eu não desejo isso para ninguém... sei lá... é uma sensação estranha que dá, que a gente não sabe nem descrever. Foi difícil dar um basta, porque você chamar uma pessoa e falar quando ele não quer ouvir... porque eles acham que violência era só bater... ele disse pra mim que ele nunca tinha me dado um murro ou um tapa, como era que ele estava agindo de violência comigo. Aí, eu disse a ele: “já que você acha que não está agindo de violência contra mim... a partir de hoje, você fica no seu canto e eu fico no meu... você fica assumindo o papel de ser pai, mas não vai assumir o papel de ser meu marido porque eu não quero mais isso para mim”. Aí, ele disse: “então tá certo! você fica lá e eu fico cá”. Foi duro! Passei uns três meses sem ver ele, sem ele me procurar e sem eu procurar ele... depois ele veio até a mim, me procurou, aí disse a mim: “tô vendo que você não vai ceder, então vamos tentar do seu jeito, se for melhor assim a gente fica, se não for melhor a gente não fica”. Desses três meses para cá, já tem uns 4 meses que a gente está junto de novo e está sendo do meu jeito, nada de me cobrar, não quero cobranças em cima de mim. Eu não me sinto mais violentada, nem cobrada... porque era uma cobrança que eu não gostava. Aí, eu não me sinto mais violentada. Eu falo toda hora a ele: “você veja o que você vai falar porque as palavras machucam, então eu acho que você deve ver o que você vai falar”. Eu nunca fui na delegacia. Eu sei o que o

peçoal fala porque eu nunca fui lá. Nunca precisei ir lá. Eu sei o que o peçoal fala. Tem gente que fala que o atendimento é bom... Tem gente que fala que o atendimento é ruim... é uma coisa que a gente tem que ir pra ver. A gente não pode falar que é bom sem ir ver e também a gente não pode falar que é ruim sem a gente ter ido lá. A delegacia serve pra dar queixa daqueles homens que violentam as mulheres e para encaminhar as mulheres... pro centro de referência Loreta Valadares e pra levar se possível para a casa abrigo. Eu enfrentei a violência... eu sair da violência... eu me considero assim. Eu diria pras mulheres que não saíram ainda que a vida é uma roda gigante, as vezes a gente está em cima outras vezes, em baixo ou até no meio. Então, se a gente não tomar uma posição pra sair disso, a gente vai continuar sempre em baixo e a gente não deve nem ficar em cima nem em baixo, a gente tem que ficar no meio. Como eu consegui, eu demorei quase dois anos para conseguir isso. Eu acho que todo mundo consegue porque tudo com diálogo se consegue... mas, não só o diálogo... também tem que dar uma queixa do agressor... por mais que a gente conviva bem junto, se ele faz isso, se ele fez uma vez, ele vai continuar fazendo... por mais que a gente use o diálogo, ele vai continuar fazendo... eu não estou sofrendo, mas pode ser que amanhã ou depois ele volte de novo a fazer... então, eu diria que ela denuncie... que fale... que se abra... que procure seus direitos pois tem meios para a gente sair...A lei Maria da Penha veio pra beneficiar as mulheres que sofrem violência... tinha a DEAM mas não tinha a lei... então, você ia, marcava a audiência.. conversava você e seu marido... e só conversava. E hoje em dia não tem mais isso, com a Lei Maria da Penha mudou. Ele vai preso, não tem direito a fiança nem a cesta básica porque antigamente se a pessoa fosse presa, autuado em flagrante, podia pagar uma cesta básica e coisa, hoje em dia não precisa de flagrante, basta você dar uma queixa, a pessoa vai presa e não precisa de flagrante nem nada. Então mudou muito. Foi uma coisa boa para todas as mulheres.Eu já conversei com sobre a lei Maria da Penha. Já levei cartilhas e tudo. Ele disse que do jeito que eu estou agora é bem capaz dele dar uma queixa de mim. Ele disse que tem que mudar senão eu vou acabar dando uma queixa dele.

Entrevista 08- ATENA

Violência doméstica... é também xingamento.. outra violência também é quebrar as coisas... a psicológica... também a gente vê uma coisa dessa fica até frustrada.. vendo marido quebrando as coisas dentro de casa é triste...A gente viveu o tempo da minha gravidez... e um ano dela.. acho que dois anos... quando tava esperando minha filha.. ele veio me bater.. mais quando ele veio me bater eu fui descontar.. se eu deixasse ele me bater ele ia querer sempre me bater.. mas como ele me bateu e eu descontei.. ele não quis mais.. não bateu mais... porque eu acho assim.. quando a mulher abaixa a cabeça eles querem montar em cima.. então a gente tem que levantar a cabeça e mostrar a eles que não é bem assim as coisas.... pensava em me separar dele.. tinha sempre aquele negócio da família ficar se metendo.. que não era pra se separar... acho que até por ser um casal novo a gente discutia muito..e também por intromissão da minha família e da dele também.. a gente discutia muito.. eram muitas coisas que levava a gente discutir.. não só colocando a culpa na família dele.. mas nós dois assim.. por ser jovens..ser estourados.. Eu sofri assim.. tipo pirraça.. pirraça.. xingava.. a gente discutia por qualquer coisa.. e depois disso tudo veio perdendo o respeito.. e eu também percebendo que a gente tava perdendo o respeito um com o outro...aí com o tempo.. teve uma briga.. como a gente teve em Madre de Deus no carnaval..que ele me xingou de vagabunda.. e eu bati nele.. Ele veio pra me bater mais os meninos seguraram ele...porque nesse dia eu saí mascarada no carnaval.. que em Madre de Deus a gente sai mascarada... quando eu entrei na praça ele me agarrou sem saber que era eu.. e eu percebi que ele não sabia que era eu.. ele me ofereceu cerveja e eu não bebo cerveja..quando ele me ofereceu cerveja eu falei pra minha prima.. ele não me conheceu...ela disse: “ele te conheceu menina...” quando eu tirei a máscara que ele me viu, ele ficou me olhando assim... todo sem ar..depois saiu.. foi aí que eu me separei dele..Eu não pensei em denunciar ele por ele ter me batido, porque eu descontei. Nunca pensei em denunciar ele porque se ele me xingava, eu xingava ele... então não foi uma coisa .. assim...como se fala... de chegar a polícia .. porque se ele me bateu, eu descontei.. se ele me xingou eu xingava ele.. assim todos os dois errados... ..depois disso tudo que aconteceu...eu fiquei uns 15 dias em Madre de Deus.. ele voltou pra Salvador.. foi pra casa de meu pai...chegou na casa de meu pai.. disse que eu bati nele..

inventou um monte de história.. dizendo que eu tava com ciúme dele.. por isso eu tinha batido nele.. não contou pra meu pai que tinha me xingado.. não contou pra ninguém da minha família...antes de eu voltar pra casa.. eu liguei pra casa e disse a ele: “quando eu voltar pra casa quero que você vá embora porque eu não quero mais nada com você. Eu quero que você vá viver sua vida que eu vou viver a minha”. Aí, depois disso, ele ficou na casa de meu pai.. meu pai tem uma casa em Lauro de Freitas.. e eu voltei aqui pra casa.. quando eu voltei aqui pra casa ele não tinha pego as coisas dele, aí eu arrumei as coisas dele e dei a ele.. e me separei a partir desse momento.. ele foi embora viver a vida dele e eu fui viver a minha.. a partir disso, ele me pediu ainda pra voltar.. até hoje ele me pede .. mas só que é uma coisa que a gente vê que não vai dar certo.. porque ainda existe a violência .. ele me xinga as vezes.. Eu não gosto mais dele... eu respeito ele.. respeito entre aspas.. porque as vezes a gente se xinga.. por ele ser o pai da minha filha.. agora pra dizer que eu vou voltar a viver com ele.. morar com ele .. não... Eu acho que o que leva a gente discutir é mais pelo fato dele não dá as coisas pra menina... aí a gente fica indignada.. eu fico muito chateada...Depois disso, a relação com minha família mudou. [choro... pausa na entrevista]. Depois disso meu pai não queria mais que eu morasse lá... aí ele pegava e ficava falando que não queria a filha dele separada dentro da casa dele..aí a partir disso eu saí de lá .. aluguei uma casa.. fui morar em outra casa... levei minha filha e tudo.. e não voltei mais pra lá...Foi difícil alugar uma casa e ter que me virar sozinha com uma filha mas.. graças a Deus não faltou nada pra ela.. tive que cortar tudo.. plano de saúde dela mas deu pra sobreviver.. deu pra não deixar nada faltar.. como até hoje.. não falta nada pra ela.. Eu não tive o apoio de minha família... não tive apoio de ninguém...porque é aquela família que quer morrer ali apanhando mas não quer separar do marido... e eu não aceito isso... não aceito mesmo...porque eu vou viver apanhando de um homem que não vale nada.. viver assim.. é melhor morrer do que ficar apanhando... Não tive ajuda de vizinhos.. parentes... de ninguém.. assim.. eu tive que ir em frente mesmo.. aluguei minha casa .. comprei minhas coisas...fruto do meu suor mesmo. Eu acho que a Delegacia da Mulher funciona para as mulheres fazerem denúncia contra a violência... tanto de estupro.. qualquer outra violência. Eu denunciaria só se eu não tivesse como descontar, aí eu denunciaria... Eu acredito mais ou menos na delegacia... agora eu acho que a gente tem que ir até o fim... Então, tem que acompanhar... correr atrás... ficar em cima do processo.. pra que haja um retorno.. se bem que a justiça no Brasil é um pouco frágil ...demorada... então “se a gente não for até o fim, como eles lá vão fazer o trabalho deles?”. Eu já ouvi falar da lei Maria da Penha... que é a lei que protege as mulheres..eu nunca conversei com marido sobre essa lei. Eu acho que deveria ter uma lei mais severa pra ajudar as mulheres que vivem em situação de violência.. que eles ficassem pelo menos .. uns dias.. não to falando assim que venha a ficar...dependesse do crime..que pegasse uma lei que ficassem presos mesmo.. porque existem muitas mulheres por aí que apanham mesmo.. tem umas até que apanham caladas.. porque as vezes não tem pra onde ir..e como existe a delegacia que pode encaminhar já para uma casa de abrigo.. uma proteção .. já é mais garantida para mulher se ela não tiver para onde ir.. até pra que ele não ache..que faça alguma coisa.. até porque ela apanha .. acontece tudo isso.. aí ela volta pra casa e apanha de novo...então, queria que existisse uma proteção .. um lugar assim... que ela sáisse da delegacia.. fosse pra um hospital.. do hospital para um abrigo...

Entrevista 09- GAIA

Concordo porque eu também já sofri e é isso mesmo... não muda nada... mas também tem a violência psicológica... a pressão psicológica e quando o homem fica em cima da mulher oprimindo.. dizendo que é feia... também com xingamentos. A gente ficou quase sete anos juntos. Desde o início do namoro tinha a violência psicológica. Dele reclamar de roupa.. estar sempre falando.. questionando... da minha roupa.. de querer me proibir de andar com minhas amigas.. de eu sair .. ir pros lugares.. sempre me oprimindo.. Comecei a sofrer violência física depois de três anos, depois que minha filha nasceu... Uma vez eu estava grávida e ele levantou a mão pra me bater.. só que dessa vez eu reagi.. eu peguei e dei uma garrafada nele.. aí ele parou.. depois que a menina nasceu ele começou..Eu já sofri quase todos os tipos de violência com esse homem.. já teve ato sexual que eu não queria .. a gente fez a força porque eu não tava com um pingão de vontade... eu sentia nojo.. muito nojo. Antes disso, eu achava normal.. eu era a esposa dele.. ele tinha direito

de fazer...que eu tinha obrigação de fazer.. a maioria das mulheres acha isso...a maioria das mulheres pensam isso.. algumas amigas sempre falam isso: “mais é marido, tem o direito dele de marido”. Sempre a gente pensa isso. Então, antes eu não sabia que quando ele me forçava a ter relação sexual era violência.. eu vim ter entendimento depois que eu entrei no aqui no coletivo.. nessas oficinas de Normélia que tava sempre colocando.. falando.. que aí, eu vim ter entendimento.. então, quando da primeira vez que eu denunciei, eu já sabia... Eu pensei em denunciar ele por conta disso.. mas as vezes a gente.. pelo fato do atendimento.. me senti um pouco retraída.. sei lá.. vergonha.. muita vergonha..chega lá e tá dizendo.. porque lá tudo bem.. só vão mulheres... mas deveria ter uma sala especializada.. porque é um negócio aberto.. os policiais vendo tudo ..todo mundo vendo.. chegando e vendo..e as vezes a pessoa não se senti a vontade para estar colocando.. A primeira vez que dei queixa foi quando ele me bateu e me deixou presa dentro de casa... aí que eu fui lá, dei a queixa e pela questão da demora de 3 meses da primeira audiência peguei e larguei de mão... ele chegou a receber a intimação da primeira sim... na segunda, eu não tenho certeza... mas ele não foi... nem eu... eu não fui porque ainda estava confusa, despreparada, porque uma coisa é a gente falar dos outros, outra é quando a gente vive.. tem a questão: “ele é meu parceiro! É o pai de meu filho! Eu não quero ver ele preso!”... tem toda essa questão. Da segunda vez que foi agora, que ele me deu a facada e eu dei outra queixa, mas eu também não senti... eu tava muito frágil. Ele me deu a facada no braço... eu tava discutindo com ele pedindo o dinheiro do pão.. a gente já tava meio brigado.. aí, do nada, ele me deu uma facada no braço. Eu fui na DEAM e no IML. Eu não posso lhe dizer que o atendimento da DEAM foi um dos melhores porque quando eu cheguei lá sempre tem aquele negócio do mau atendimento, eu não me senti bem... não fui muito bem atendida não... a mulher que fez minha ficha me tratou bem..conversou comigo.. mas eu não me achei bem acolhida ... não demorei de ser atendida não, mas a delegacia não fez o que eu queria... que viesse aqui ou prendesse ele ou levasse ele.. desse pelo menos um medo.. fizesse alguma coisa com ele.. porque se ele me deu uma facada é uma tentativa de assassinato .. e esperar três meses para uma audiência e muito difícil isso. Lá mesmo me deram a ficha de encaminhamento pra eu ir ao IML. Pra falar a verdade eu não acredito muito nessa delegacia, não.. não boto fé.. me sinto desmotivada desacreditada...pelo fato da demora.. o processo é muito lento... 3 meses.. nesse meio tempo a pessoa esfria.. tá desmotivada .. De lá mesmo fui pro IML... O atendimento no IML foi bom.. não tenho do que me queixar. Me deram também um papel pra eu ir para a defensoria pública e eu fui... me pediram pra ver o negócio de alimentação e da casa .. só que aí, me pediram uma papelada também .. um monte de coisa.. a identidade dele.. o endereço onde ele tava.. tudo.. eu ainda não dei entrada porque eu não tenho tudo .. o que lá na defensoria pública me pediram.. e como eu não tenho tudo, não pode ainda arquivar.. Eu acho que isso já é uma coisa pra pessoa desmotivar mesmo.. está desmotivando a gente.. porque eu me sinto desmotivada diante dessa situação.Não posso dizer que não vivo mais em situação de violência... por conta das ameaças. Eu não denunciaria ele novamente por conta das ameaças. Eu tenho medo.. eu já abandonei duas queixas.. aí, eu fico com um pouco de medo de estar indo lá de novo.. e passar pelo mesmo processo.. que a primeira, eu não fui.. a segunda, também não fui.. hoje eu tô procurando me fortalecer.. porque eu também tenho medo.. pela questão que ele é envolvido com coisa de gente ruim.. esses negócio todo.. fica me ameaçando.. diz que vai tomar a menina.. aí, eu fico sempre com medo ...tá lembrando dessas coisas não é muito agradável.. da última violência que sofri.. foi uma facada que o pai de meu filho me deu.. foi a ultima violência que eu tive.. quer dizer, quando eu estava morando com ele..porque até hoje ainda sofro um pouco de violência porque ele fica me ligando... de vez em quando fica me ameaçando ainda.. a violência psicológica que ainda estou sofrendo.. não tô sofrendo a física no momento, mas a psicológica ainda sofro.. ele diz que se me ver com outro, vai me matar.. Maria da Penha foi a mulher que sofreu duas tentativas de assassinato do seu marido.. viajou muito para ONU.. por causa dela agora temos direitos.. com a Lei Maria da Penha. Eu falava direto com meu companheiro sobre essa lei, mas ele dizia: “que nada .. vai lá dar queixa... quero ver só.. eu quero ver alguém um dia vir me pegar e eu ser preso... mas, depois de saber da lei, ele maneirou mais.. porque também a mídia sempre tá falando.. ele maneirou mais .. eu não acho que a Lei Maria da Penha protege a mulher... eu acho que se o homem tiver que fazer, ele faz mesmo. A mulher que sofre violência tem que ter muita coragem.. uma pessoa nessa situação pra sair .. Tem que ser muito corajosa... Ter muita coragem..

Entrevista 10- HERA

Concordo porque no acontecimento da violência doméstica esses fatos..as brigas...as agressões.. o espancamento..mas também tem a tortura mental... a violência psicológica.. eu acho que é a mais difícil de ser detectada tanto pelo agressor como para vítima... e pra se sair dela é mais complicado.. porque nós sempre prolongamos mais a chance.. mais a oportunidade do agressor mudar de comportamento.. a física .. a agressão.. os maus tratos físicos ficam muito nítidos..então leva mais a rapidez da saída.. mas, a psicológica a gente fica na esperança que ele mude porque não foi uma coisa tão grave assim.. mas é um tipo de violência que define.. anula a mulher.. a pessoa que vive nessa situação... Ficamos juntos quatro anos. A primeira cena de ciúme dele foi logo no começo.. com uns 3 meses.. ele tinha muito ciúmes do pai da minha filha mais velha.. que foi do primeiro relacionamento.. ele entrou num relacionamento com uma feminista.. ele tinha que se adaptar um pouco.. mas não se adaptou não..A questão da violência psicológica foi desde o meu primeiro casamento...mas apesar de já estar no movimento de mulheres.. eu não tinha muito.. assim.. era mais um movimento externo.. não trabalhava muito com a questão da subjetividade..então o primeiro relacionamento.. e o segundo relacionamento.. quer dizer.. no segundo começou a se agravar mais que eu já estava, mais por dentro da questão da violência .. eu já percebia..a violência é mais forte quando a gente gosta mais da pessoa.. como no segundo relacionamento eu não gostava muito do camarada.. então eu não me considerava.. eu não sentia muito em situação de violência.. não me agravava as coisas que ele fazia, mas eu tinha mais autonomia pra dizer “se mande... eu não gosto mais de você” .. com o último relacionamento.. dos quatro anos.. como eu tinha uma certa afetividade.. me considerava até meio dependente... é difícil mais de romper essa situação.. Eu já sofri violência psicológica.. por isso que eu falo dela muito forte... porque essa configuração da violência psicológica foi por conta da minha experiência mesmo nela.. a gente dar desculpas.. pra comunidade, porque essa violência não aparece explicitamente no corpo..então a maneira por exemplo.. de afastar a gente das amizades.. da família.. afastando a gente do mundo.. da vida pública... você pode criar saídas.. criar meios de se justificar..de falar: “ah! não tô a fim, não quero mais viver no meio de você minhas amigas”. Mas, é mentira É umas das condições... é uma tortura... uma maneira que o homem tem de fazer você ficar isolada .. para que quando aconteça a situação de violência você não tenha apoio... você só veja ele como apoio.. aconteceu isso mesmo comigo.. eu sofria, mas eu só via ele pra desabafar.. eu ia desabafar com quem?..então, ele acabava sendo ao mesmo tempo o agressor e o acolhedor.. é uma coisa meio esquizofrênica... a gente chega a loucura.. As mulheres mentem porque elas não querem falar ainda da separação.. até por experiência própria mesmo e por conviver muito nesses casos de violência aqui na comunidade.. porque se for aprofundar muito no relacionamento..até a dificuldade de entrar nesse serviço de atenção a mulher em situação de violência e ter que aderir a esses trabalhos psicológicos.. a um centro de referência ... quando a gente encaminha..porque sabe que vai ouvir certas coisas e escutar... isso vai exigir dela uma atitude..porque quando a pessoa não tá preparada pra querer a separação.. ou então percebe que as vezes realmente não tem jeito... que o processo de mudança dos camaradas é muito lento..que você não vê perspectiva... então, tem essa questão do medo de separar.. do medo de ficar sozinha.. principalmente quando ele é o pai dos filhos.. tem essa questão de: “sabe? ele não é tão ruim assim”. O trabalho com essa questão da mulher em situação de violência.. é um trabalho assim.. é um processo lento.. no que eu vejo dessa própria caminhada.. é um trabalho de muita escuta... eu não sei os termos psicológicos para tal coisa.. tem o momento da escuta.. tem o momento de compreender porque ela insiste ainda nesse relacionamento..mas tem que ter um momento.. de que eu chamo de tratamento de choque.. um momento que sacuda a pessoa...”pô! não vai ficar só chorando.. tem que tomar uma atitude para sair dessa”.. então, é importante o trabalho desses grupos de auto-ajuda.. de grupos pequenos..e mesmo da conversa.. com as mulheres que passam pela situação e com aquelas já se encontram fora dessa situação para que digam que há possibilidades de ser feliz sem colocar os homens como centro das atenções.. eu passo agora a fazer isso facilmente.. mas eu passei um ano no choramingo.. no chora-chora..de decepção.. depois que me separei.. é que consegui retomar minha autonomia.. retomar minha auto-estima.. ver horizonte.. ver outras metas .. a não ser a conservação daquele relacionamento.. é um processo lento.. mas é isso que a gente tem que ver na frente..é um sinal que

passou .. que tem outras coisas pra conquistar na vida. Teve muitas cenas de ciúmes .. teve uma forte que não se executou porque eu não sei.. porque minha filha se meteu... eu tenho uma filha de 16 anos que ela entreviu...que poderia se resultar em uma violência física e vocês não estarem conversando comigo hoje... no dia 23 de julho de 2004.. eu já tava no finalzinho do relacionamento de 4 anos...eu tinha que trabalhar na S.P.M... eu tinha um seminário com as mulheres.. esse seminário acontecia no dia do sábado.. só que antes de eu trabalhar tinha que deixar tudo preparadinho.. essa compreensão de cuidadora.. esse exercício de cuidadora do lar.. de fazer o almoço..nesse sábado a gente ia comer macarrão.. eu cozinhei o macarrão e deixei o molho preparado.. pra na hora ele somente esquentar o molho e temperar o macarrão.. então, estar nesse movimento de conscientização das mulheres.. essa questão de trabalhar dia de sábado.. começou a incomodar ele.. ele falava: “ você sai e não faz suas obrigações de casa.. você não dá pra ser mulher.. esposa .. nem mãe.. você não deixa as coisas”. Tudo isso... só por causa desse macarrão..porque a casa tava toda arrumada.. as roupas todas em dia... Eu cheguei do seminário às 18:00 horas... a gente almoça geralmente meio dia.. mas, ele tava até aquele horário esperando eu chegar pra esquentar o macarrão pra dar pra ele... E como ele não gosta de passar fome .. tava revoltado.. Minha filha acenava pra eu não me alterar.. porque senão poderia piorar a situação .. Não era diálogo..era já: “ você não nasceu pra ser mulher mesmo .. você tem que arranjar nem outro homem.. tem que arranjar outra mulher.. porque mulher que é muito autônoma não é mulher é lésbica.. é sapatona...esse negócio de feminismo.. o feminismo ou eu”. Ele ficou fazendo essas chantagens.. até que ele chegou ao extremo.. que eu não tinha conhecimento.. que ele possuía uma arma dentro de casa.. ele pegou a arma e começou a rolar o tambor: “quer ver que vou esvaziar essa arma toda em cima de você?” .. nesse lugar onde a gente morava fazia muito calor e não tinha nenhum lençol fininho lavado.. tinha um lençol que tava sujo.. aí, só por implicância mesmo.. só por abuso de poder... ele me obrigou a lavar o lençol.. eu ia até pedir pra vizinha um lençol mais fino pra ele se enrolar.. aí ele me obrigou a lavar o lençol e eu tive que secar no ferro... no ferro de passar...no ferro de engomar.. para ele dormir sossegado...isso com a arma apontada.. ..aí ele aguardou o lençol ficar enxuto e foi dormir... Isso foi uma coisa ridícula mesmo ... e os meus dois filhos presenciaram isso.. ele chegou pra o menino e falou: “não tô brincando não, viu? Vocês podem, amanhã, ser órfãos”. Aí, que minha filha entreviu: “acalme.. pra que isso?”. Ela tinha.. foi em 2005 ..ela tem 16 anos.. ela tinha 14 anos e o menino tem sete.. então, tinha cinco. Eu senti muito medo dele fazer alguma coisa comigo e meus filhos.. porque quando ele subia e descia com a arma.. mas quando ele rodou o tambor.. eu fiz: “pronto!”. Pensei que ele ia dar uma tiro ou coisa assim.. porque eu não entendia muito de arma.. mas eu me apeguei aos orixás.. até hoje eu agradeço a Deus. .. quando eu lembro dessa cena é uma coisa...e quando minha filha participou do CRIA (Centro de Referencia Integral do Adolescente) pediram que ela encenasse uma cena de violência.. e ela encenou essa cena.. que ficou na memória dela e... Foi horrível vivenciar essas cenas diante de seus filhos... porque a gente fica com vergonha porque a trajetória dos meus filhos é ver eu no movimento de mulheres defendendo a não violência contra a mulher.. a vergonha me veio por essa parte.. principalmente para a menina que o que a gente quer passar para as filhas mulher quanto aos homens.. que eles não sejam um futuro agressor e nem que ela seja uma futura subordinada aos homens.. mas depois fui conversar com ela.. dentro do possível. Senti vergonha e me senti pequena.. me senti parecendo aquelas crianças.. quando o pai diz: “faça isso!” E você tem que fazer sem poder argumentar nada..sem poder questionar nada.. porque senão você leva uma porrada...então, quer dizer é uma situação que infantiliza a gente.. eu me olhava no espelho e: “cadê a mulher que pensa tanto.. escreve tanto?”...mas, nesse momento, você fica impotente mesmo.. Isso foi no dia 23 .. no dia 24 tive um seminário lá em Lauro de Freitas.. ele já acordou assim meio enfezado.. mas ele sabia que eu tinha que sair assim mesmo para esse seminário.. eu saí.. voltei.. ele trocou umas duas palavras.. fiquei ainda com medo... com receio.. mas minha filha sempre dizia: “ não bate testa, minha mãe.. não tem o que falar... a senhora se afasta”. Ela disse que ele estava mais calmo.. que já tinha conversado com ele.. Dia 25 era aniversário dele .. aí, eu senti e conversei com ele: “porra velho, você só recebe carinho de mim.. e olha como você me trata?”. Quando ele começou a chorar, eu acreditei nas lágrimas.. . em 2005 foi quando me separei dele.. quando fez um ano eu me lembrei e agradei por estar viva. Quando eu me separei dele em 2005 .. tive que denunciar porque tive que sair de casa .. então doutora Aída falou que era uma garantia

para não ter uma configuração de abandono de lar.. que eu denunciasses ele.. aí dei a queixa na DEAM .. fui pessimamente recebida lá .. e ainda me julgaram.. fizeram um pré-julgamento lá.. tive que escutar da DEAM também essa.. Eu registrei no dia 10 de Dezembro.. foi rápido .. porque eu tive que intervir no meu poder de coletivo.. porque quando eu fui chegando na DEAM, uma assistente lá .. uma policial falou logo com o bôcão dela: “audiência só para fevereiro”... Então, eu cheguei e sentei na frente dela e liguei pra doutora Cláudia... uma advogada conhecida minha e na hora também liguei pra doutora Isabela Alice.. e ela conversou lá e anteciparam.. aceleraram minha audiência.. que foi marcada para o dia 31 de Dezembro.. aí eu pedi para adiar a data... eu falei: “poxa! Reveillon.. passar na delegacia”. Eu não queria passar por isso não.. aí pedi pra doutora Aida mudar.. Aí, ela mudou pro dia 19 de Janeiro.. só que aí todas as delegadas entraram em greve.. e não teve audiência.. aí mudou pra fevereiro..mas também não teve porque ele não recebeu intimação .. em março ele também não tinha recebido intimação ...porque a delegacia não mandava.. “ah! eu não encontro o endereço”.. Aí, eu falei: “me dê que eu entrego”... mas em todas as audiências eu ia .. Só que em março, ele já voltou pra casa... é uma coisa assim meio incoerente... porque ao mesmo tempo que ele passou por essa situação de violência.. eu tive que ser solidária porque ele estava vivendo uma situação de ameaça de morte de alguns moradores do bairro... foi outra situação porque ele defendeu uma mulher para não passar por essa situação de violência .. ele tomou a frente com o ex-marido da mulher que violentava ela.. teve atrito com esse ex-marido.. e acabou com o pessoal envolvido com o tráfico e tudo.. então, ele acabou tendo que sair do bairro.. por estar sendo ameaçado de morte.. e aí foi nesse período de março que ele pediu pra dar uma força a ele.. Ele ficou com a chave e saiu.. tive que alugar.. minha situação financeira ficou completamente desestruturada.. porque tive que alugar um apartamento.. uma coisa segura.. que eu saio muito..viajo muito.. teve que deixar meus filhos.. fui para o Cabula.. aluguei um apartamento.. tive que mobiliar a casa toda.. imagine toda a minha vida assim... meu nome no SPC e Serasa .. foi por conta disso que eu não tive condições de pagar os móveis que eu parcelei não sei de quantas vezes.. então desestruturo a nossa vida toda.. vc tem que dar uma solução por causa dos seus filhos..pronto.. aí depois não deu pra eu continuar no aluguel.. retornei para casa .. com ele tinha a chave tenho direito a 50 % da casa .. ou ele ficava.. ou ele saia .. ele tb só saiu da casa né.. não sei se ele ia levar isso em banho maria por muito tempo essas atitudes dele ou o que ia acontecer comigo.. porque ele foi capaz de morar com outra mulher ... aluna dele de capoeira .. morava na frente de casa.. aí ele saiu e foi morar com ela.. eu falei .. aí meu orixá tô sem força sem energia pra romper esse relacionamento.. você tem que me ajudar a fazer alguma coisa.. aí colocou essa mulher no caminho eu fiquei arrasada. Ser feminista e sofrer violência foi uma coisa horrível.. uma porque eu achava que as feministas iam me julgar.. como algumas me julgaram.. não são solidárias.. porque o olhar das pessoas .. acham que nós já estamos prontas.. que nós somos mulheres anti-patriarcado tudo resolvido e não é..isso é uma coisa ruim de se passar.. mas foi até bom porque eu exijo menos do processo de saída das mulheres em situação de violência .. então porque o que a gente escuta em reuniões.. casos de mulheres em situação de violência num grupo feminista.. elas falam .. ave maria como é que a mulher agüenta isso tudo.. .isso já é um espanto pra você não falar..como eu já ouvia muitos comentários de outras mulheres... imagine de mim.. dentro dessa articulação .. desse movimento contra a violência e o povo caiu matando em cima de mim né.. escondi durante o tempo todo .. durante esses quatro anos que convivi com ele... Eu escondi..uma .. por isso.. porque eu não queria me separar das feministas.. sabia que elas não iam entender.. por eu já estar a tanto tempo no feminismo.. com ele foram 4 anos e mais dois anos no feminismo.. ou seja.. eu sou mais feminista do que o meu relacionamento.. mas a gente é assim.. pega de surpresa.. eu escondi muito por isso.. por vergonha mesmo .. né.. de não ter denunciado..como é que você aconselha as mulheres de denunciar.. e não consegue denunciar.. .então depois do que aconteceu a separação ... relatei alguns casos e como a gente participa desses grupos.. até que eu tive coragem de contar para uma pessoa desse movimento.. me encaminhou.. me aconselhou um trabalho de terapia.. aí que fui fazer no SIEG com a psicóloga Graziela.. foi um trabalho de grupo que eu tenho uma certa resistência para psicóloga individual.. então ele ia no centro de referencia mas as psicólogas de lá eu já conhecia todo mundo.. aí ficou aquele negócio.. aí assim.. tanto a questão da religiosidade.. quanto o envolvimento dessa fortaleza que vem através da religiosidade.. e é esse trabalho que eu fiz no SIEG foi uma oficina que não tinha nada a ver..

então tudo que você sentia você tinha que escrever.. então eu desabafei através da escrita.. Quando eu senti realmente menos magoada menos abatida.. o que me fez tomar coragem.. porque precisa relatar essas coisas para as mulheres.. para mostrar que a gente sai dessa sabe.. para tudo na vida .. Eu não conseguia denunciar ele..uma porque eu não quero ver ele preso.. não sei.. não queria que o maltratasse.. assim..eu sou muito dengosa para os desgraçadinhos..todos os meus relacionamentos eu denigo muito os camaradas.. e assim.. sei lá .. uma pessoa que a gente deniga tanto.. para depois ser maltratado pela justiça.. ele precisa de um local .. porque ele tem uma história muito agressiva na família.. né.. ele tentou buscar lá.. a história da família dele toda é uma agressividade pura.. a família toda é assim.. ele precisava de um trabalho.. envolvi ele na campanha do laço branco.. homem contra a violência contra a mulher no relacionamento.. eu não consegui convencer ele a passar por um psicólogo .. que ele precisava de um tratamento.. que tudo na vida ele resolve na agressividade... Quando eu pensava em denunciar.. só queria que desse um conselho pra ele mudar.. mas eu não tinha esperança que ele mudasse .. então para que dar.. Eu acredito na justiça mas acho ela lenta e corrupta ao mesmo tempo.. porque você faz um jeitinho brasileiro e resolve muita coisa.. agora o acolhimento da delegacia é o que afasta você.. porque você vai toda magoada lá.. toda confusa.. se quer ou não quer denunciar aquele cara.. que ao mesmo tempo que te agride.. é o cara que é legal em alguns momentos.. e chega você e olha assim.. poxa como é que uma mulher dessas... não precisa falar.. pelo comportamento.. pelo corpo das agentes policiais.. te julgam como é que você não consegue sair dessa situação .. uma mulher independente.. emprego e tudo.. como é que você não sai disso.. ninguém sabe que passa por outras coisas.. então...A DEAM deve ter um tratamento individualizado porque meu caso todos os agentes ali ficam ouvindo... porque a mulher me atendia com um bocão deste tamanho.. depois na audiência ela me atendia juntamente com outros casos de violência .. não pode ser assim .. entendeu..porque tanto eu presenciava as brigas do casal.. que brigavam na frente dos agentes.. como as pessoas iam ficar sabendo do meu problema.. sabe é uma coisa muito exposta foi uma coisa que não é você denunciar um ladrão... tem filho metido no meio... tem detalhes.. as vezes você fala até coisas de violência sexual.. você vai falar alguns comportamentos agressivos que o homem tem.... retomando aquela pergunta sua do porque não denunciar.. era também a vergonha pela referência da comunidade...talvez não fosse nem mascarar a situação nesses espaços.. mas na comunidade... o que o coletivo perdeu de credibilidade por eu não ter denunciado ele.. então toda essa crise q o coletivo passa é por conta disso... é uma referencia muito forte essa organização.. então até que esqueçam...A lei é assim.. para mim transmite uma atitude do Estado .. do governo federal.. a um apelo internacional porque nos casos.. a história de violência do Brasil é enorme.. então precisou que chegasse aos organismos internacionais.. que obrigassem ao nosso país que aprovasse essa lei ... depois de tantas mulheres mortas.. tantas mulheres em situação de violência .. o movimento feminista.. em 2004 e 2005 .. comemorou 30 anos de trabalho voltado para a questão da violência... então eu vejo o resultado dela nisso.. apesar de toda a pressão do movimento para que ela fosse cumprida.. assinada .. toda comemoração mais também tem todas essas coisas externas ... que obrigam o governo a sancionar uma lei dessas depois como a nossa sociedade principalmente o pessoal dos direitos humanos os seguidores .. alguns militantes.. só funcionam onde existe uma lei.. é legal por isso porque agora vão achar realmente.. que violência doméstica contra a mulher é realmente violência .. então não pode dizer que não é porque está na lei .. precisou estar na lei pra comprovar que é um absurdo viver em situação de violência.. isso é uma coisa boa da lei... agora a questão da violência para mim .. é mais na raiz.. ela não atinge a radicalidade das coisas...os problemas que causam a violência como a questão do patriarcado.. ninguém mexe nisso.. porque vai mexer na igreja.. no estado.. na estrutura do estado.. Na época que eu estava com esse companheiro.. essa lei não existia..Mas, a lei não está trazendo mudanças para o homem... porque no nosso país existe um descrédito ... as pessoas independente de matar mulher.. matam homens.. então matam e saem.. na lei questão de homicídios.. se você tem um bom advogado pode sair dessa situação.. então eu acho que existe essa questão do não funcionamento .. da lentidão da justiça.. ou até mesmo da própria área jurídica .. eles acham que é inconstitucional.. a própria justiça está difícil de convencer... imagine os homens do senso comum.. e hoje estão até matando mais porque não sei se estou lendo mais jornal.. mas estão matando barbaramente..

Entrevista 11- CIRCE

Eu concordo porque eu mesmo já sofri violência doméstica. Também não é só isso porque tem aquela da escravidão que eu acho também que é uma violência ...tem a violência psicológica... ele me xingava muito..Eu já sofri violência com o meu companheiro... ela já tentou me bater...mas eu também fui em cima dele... mas a mulher nunca tem a força que o homem tem. Outros companheiros que eu já tive também já me agrediram... já tentaram quase me matar.. botaram a arma em minha cabeça... eu tive um companheiro que ele era da malandragem... Com o primeiro companheiro que tive eu fiquei com ele sete anos e sofri violência os sete anos. Eu só ficava dentro de casa trancada ... não podia sair .. não podia ver minha família.. não podia ver ninguém... que ele achava que eu tinha obrigação de ficar dentro de casa... aí até o dia que eu me afastei dele.. a gente se separou... eu me envolvi com outro companheiro... um dia esse meu último companheiro veio atrás de mim.. eu tava no coletivo .. ele veio em cima de mim empurrando... batendo.. dando tapa..murro.. ele batia aqui no ombro .. nas costas.. ele me empurrava... isso porque a gente tava se separando.. ele não queria separar.. ele não tava querendo se separar..Teve uma vez que ele me deu um murro na olho... uma mordida... e me deu uma facada... aí cortou...aí a irmã dele chegou .. ele cortou o dedo da irmã ..ele veio de novo pra me dar outro murro...eu não procurarei um serviço de saúde porque eu não tinha conhecimento de nada... cuidei da ferida em casa mesmo. Eu não denunciei ele. Eu nunca denuncie... porque ele era errado..aí não podia envolver a polícia... se eu denunciasse, ele ia acabar comigo.. me matar..eu tinha medo... Naquele tempo eu não sabia onde denunciar... ia em qualquer delegacia... agora eu sei que é na DEAM... e eu sei como chegar lá. Pelo meu conhecimento, a DEAM funciona assim.. a gente passa a violência.. a gente presta queixa.. ela acolhe a gente..que na verdade não é assim .. no meu pensamento poderia ser assim.. mas é um pouco diferente.. eu já fui lá fazer visita... tem muitos ignorantes lá ..a mulher tá em situação de violência.. tá violentada.. a gente chega lá encontra uma pessoa com cara feia.. e lhe trata mal.. eu já presenciei uma pessoa violentada.. ela foi lá .. conversou com a mulher que estava escrevendo lá.. ela aí tirou foto da mulher...aí foi olhou .. deu conselho .. marcou a audiência pra mulher ir.. nas vezes que vai dar queixa, a mulher espera um tempo.. teve outro caso mesmo que eu liguei para a viatura vir porque meu companheiro tava armado .. mas, eu não disse que era eu que estava sendo violentada... porque não é anônimo, sigiloso... mas eles não vieram.. mas mandaram dizer que eu fosse dar queixa.. aí, eu disse que não ia dar queixa.. porque eu já vi como era o procedimento.. daqui que eu fosse dar queixa.. que eles marcassem a audiência .. era capaz dele me pegar no meio do caminho e me matar... Da outra vez que eu saí da situação de violência..foi muito difícil.. eu sofri muito.. eu fui pra casa de meus pais, aí teve que envolver família.. briga.. ele era muito perigoso.. não queria que eu sáísse de casa.. queria tomar minha filha.. aí eu não aceitava .. tinha que voltar com ele de novo.. aí depois voltei para casa de minha mãe de novo..aí que eu fui pegando minhas coisas aos pouquinhos.. quando ele foi preso..aí que eu tive a minha oportunidade... ele foi preso porque ele rouba... roubo de banco...por isso que eu digo que eu passei tanto tempo sofrendo violência.. porque queria me sair daquilo e ele não deixava .. era uma coisa forçada.. Eu tive apoio de minha mãe uns tempos.. na verdade dela não, e sim de meu irmão porque a minha mãe não aceitou eu ficar dentro de casa... Ela só aceitou porque meu irmão entreviu... minha mãe era a fim dele... aí, ela ficou com raiva de mim.. e não aceitava eu dentro de casa porque ela achava que ele tinha que ficar com ela e não comigo... Ela me botou pra fora de casa por causa disso... na época eu dormir três dias na rua... eu fiquei debaixo de uma lage.. tava chovendo.. aí minha tia me viu e me botou dentro da casa dela.. aí, eu fui fiquei lá um tempo.. aí meu irmão me pegou e disse que não era certo isso.. e que era pra eu voltar pra casa... aí passado um bom tempo... eu fiquei um bom tempo só morando na casa da minha mãe ... arranjei namorado.. aí, ela achou que eu tinha que viver com ele que não era pra eu morar longe.. só que aí, ele veio pra casa dela.. aí, foi outra vida mais sofrida ainda...fiquei lá.. ela me dizia coisas.. eu tinha que ouvir calada porque não tinha pra onde ir.. ela me xingava... eu estudava e parei de estudar.. porque quando eu chegava meus filhos estavam com marca... ela batia neles...ela dizia que eles choravam.. qual o menino que não chora.. aí resumiu o que...uma vez ela tentou me matar... porque esse rapaz que tava lá com ela era um companheiro meu.. ela estava tendo um caso com ele por de trás de mim.. sem eu saber.. os outros falavam mas eu nunca acreditava.. aí eu fui procurar saber dela.. sentei numa boa... procurar saber.. saber o que tava ocorrendo.. aí eu não acreditei ... porque a gente jamais vai acreditar que

uma mãe ia fazer isso.. aí quando eu fui tirar satisfação e perguntar a ela... ela tava bebendo e ela tentou pegar a faca e meteu aqui em mim (no pescoço)... eu já pratiquei boxe aí sempre eu tenho a esquivada.. quando a pessoa vem pra me dar murro assim no rosto.. eu sempre sei me sair.. aí, por isso, que meu rosto não é cheio de marca. Porque, com esses companheiros que eu tive mesmo, se eu não soubesse me sair, eu já estava toda detonada.... vai fazer cinco anos que ela tentou me matar.. que eu me separei dele.. que ela tá com ele.. hoje ela tá com ele ainda.. aí ela ainda me botou pra fora... me jogou na rua.. essa mesma tia me acolheu.. meu irmão pediu pra eu ficar lá .. fiquei lá uns tempos.. aí depois meu irmão alugou um canto pra mim ficar.. aí eu fiquei.. fiquei com meus dois filhos.. arranjei um trabalho...

**ANEXO A - Distribuição das palavras evocadas por frequência e ordem média -
EVOC 2000.**

ENSEMBLE DES MOTS	RANGS					
	:FREQ.:	1 *	2 *	3 *	4 *	5 *
agressão	: 40 :	14*	11*	5*	5*	5*
moyenne :	2.40					
agressão-moral	: 7 :	1*	2*	0*	3*	1*
moyenne :	3.14					
agressão-verbal	: 18 :	0*	2*	4*	7*	5*
moyenne :	3.83					
alcoolismo	: 2 :	0*	0*	1*	0*	1*
moyenne :	4.00					
amargura	: 2 :	0*	0*	1*	0*	1*
moyenne :	4.00					
angústia	: 13 :	3*	3*	2*	3*	2*
moyenne :	2.85					
briga	: 43 :	11*	10*	7*	8*	7*
moyenne :	2.77					
ciúmes	: 4 :	0*	1*	0*	3*	
moyenne :	3.50					
confusão	: 2 :	0*	0*	1*	0*	1*
moyenne :	4.00					
covardia	: 12 :	3*	6*	1*	0*	2*
moyenne :	2.33					
criança	: 2 :	0*	0*	0*	0*	2*
moyenne :	5.00					
denúncia	: 4 :	1*	0*	0*	1*	2*
moyenne :	3.75					
dependência	: 2 :	0*	0*	0*	1*	1*
moyenne :	4.50					
depressão	: 3 :	0*	0*	0*	3*	
moyenne :	4.00					
desentendimento	: 14 :	0*	2*	4*	6*	2*
moyenne :	3.57					
desespero	: 7 :	1*	3*	0*	2*	1*
moyenne :	2.86					
desprezo	: 16 :	1*	2*	3*	5*	5*
moyenne :	3.69					
destruição	: 5 :	2*	0*	0*	0*	3*
moyenne :	3.40					
discriminação	: 3 :	0*	2*	0*	0*	1*
moyenne :	3.00					
discórdia	: 5 :	0*	0*	2*	0*	3*
moyenne :	4.20					
dor	: 22 :	2*	4*	6*	4*	6*

	moyenne :	3.36						
escraviza			:	2	:	0*	0*	1* 1*
	moyenne :	3.50						
espancamento			:	34	:	16*	4*	5* 4* 5*
	moyenne :	2.35						
estupro			:	21	:	5*	6*	2* 3* 5*
	moyenne :	2.86						
falsidade			:	3	:	1*	1*	0* 1*
	moyenne :	2.33						
falta-de-amor			:	22	:	2*	4*	6* 6* 4*
	moyenne :	3.27						
falta-de-amor-próprio			:	2	:	0*	0*	1* 0* 1*
	moyenne :	4.00						
falta-de-diálogo			:	29	:	5*	10*	5* 5* 4*
	moyenne :	2.76						
falta-de-estudo			:	5	:	1*	1*	1* 0* 2*
	moyenne :	3.20						
falta-de-família			:	15	:	5*	1*	4* 3* 2*
	moyenne :	2.73						
fim			:	3	:	1*	0*	0* 0* 2*
	moyenne :	3.67						
fome			:	8	:	1*	2*	5*
	moyenne :	2.50						
humilhação			:	3	:	0*	1*	1* 1*
	moyenne :	3.00						
ignorância			:	6	:	0*	2*	0* 4*
	moyenne :	3.33						
impotência			:	5	:	0*	2*	1* 0* 2*
	moyenne :	3.40						
impunidade			:	8	:	1*	2*	2* 2* 1*
	moyenne :	3.00						
indignação			:	5	:	1*	0*	3* 0* 1*
	moyenne :	3.00						
infelicidade			:	6	:	1*	0*	2* 2* 1*
	moyenne :	3.33						
machismo			:	4	:	0*	2*	1* 1*
	moyenne :	2.75						
mal-caráter			:	7	:	1*	1*	3* 2*
	moyenne :	2.86						
maltrato			:	29	:	9*	7*	5* 4* 4*
	moyenne :	2.55						
medo			:	30	:	6*	6*	8* 5* 5*
	moyenne :	2.90						
morte			:	27	:	4*	8*	6* 3* 6*
	moyenne :	2.96						
não-deveria-existir			:	2	:	1*	0*	1*
	moyenne :	2.00						

não-lembra	:	2	:	0*	0*	0*	0*	2*
moyenne :	5.00							
pena	:	3	:	0*	0*	1*	1*	1*
moyenne :	4.00							
prisão	:	3	:	0*	0*	1*	1*	1*
moyenne :	4.00							
raiva	:	92	:	23*	12*	20*	16*	21*
moyenne :	3.00							
silêncio	:	4	:	1*	0*	0*	0*	3*
moyenne :	4.00							
traição	:	7	:	1*	4*	1*	1*	
moyenne :	2.29							
tristeza	:	46	:	9*	8*	13*	9*	7*
moyenne :	2.93							
vergonha	:	4	:	0*	2*	1*	0*	1*
moyenne :	3.00							
vingança	:	5	:	0*	1*	0*	2*	2*
moyenne :	4.00							
violência	:	20	:	7*	5*	3*	2*	3*
moyenne :	2.45							
vítima	:	2	:	0*	1*	0*	1*	
moyenne :	3.00							

DISTRIBUTION TOTALE	:	690	:	141*	141*	140*	131*	137*
RANGS 6 ... 15	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS 16 ... 25	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS 26 ... 30	0*	0*	0*	0*	0*			

Nombre total de mots differents : 55

Nombre total de mots cites : 690

moyenne generale : 2.97

DISTRIBUTION DES FREQUENCES

freq. *	nb. mots	* Cumul	evocations	et cumul inverse
2 *	10	20	2.9 %	690 100.0 %
3 *	7	41	5.9 %	670 97.1 %
4 *	5	61	8.8 %	649 94.1 %
5 *	6	91	13.2 %	629 91.2 %
6 *	2	103	14.9 %	599 86.8 %
7 *	4	131	19.0 %	587 85.1 %
8 *	2	147	21.3 %	559 81.0 %
12 *	1	159	23.0 %	543 78.7 %
13 *	1	172	24.9 %	531 77.0 %

14 *	1	186	27.0 %	518	75.1 %
15 *	1	201	29.1 %	504	73.0 %
16 *	1	217	31.4 %	489	70.9 %
18 *	1	235	34.1 %	473	68.6 %
20 *	1	255	37.0 %	455	65.9 %
21 *	1	276	40.0 %	435	63.0 %
22 *	2	320	46.4 %	414	60.0 %
27 *	1	347	50.3 %	370	53.6 %
29 *	2	405	58.7 %	343	49.7 %
30 *	1	435	63.0 %	285	41.3 %
34 *	1	469	68.0 %	255	37.0 %
40 *	1	509	73.8 %	221	32.0 %
43 *	1	552	80.0 %	181	26.2 %
46 *	1	598	86.7 %	138	20.0 %
92 *	1	690	100.0 %	92	13.3 %

ANEXO B - Distribuição dos termos evocados segundo quadrantes do quadro de quatro casas - EVOC 2000

Les 3 colonnes correspondent respectivement :

au Mot

à sa Fréquence

à son Rang Moyen

Le Fréquence minimale des mots est 4

Cas ou la Fréquence ≥ 8

et

le Rang Moyen $< 2,9$

agressão	40	2,400
angústia	13	2,846
briga	43	2,767
covardia	12	2,333
espancamento	34	2,353
estupro	21	2,857
falta-de-diálogo	29	2,759
falta-de-família	15	2,733
fome	8	2,500
maltrato	29	2,552
violência	20	2,450

Cas ou la Fréquence ≥ 8

et

le Rang Moyen $\geq 2,9$

agressão-verbal	18	3,833
desentendimento	14	3,571
desprezo	16	3,688
dor	22	3,364
falta-de-amor	22	3,273
impunidade	8	3,000
medo	30	2,900
morte	27	2,963
raiva	92	3,000
tristeza	46	2,935

Cas ou la Fréquence < 8

et

le Rang Moyen $< 2,9$

desespero	7	2,857
machismo	4	2,750
mal-caráter	7	2,857
traição	7	2,286

Cas ou la Fréquence < 8
et
le Rang Moyen >= 2,9

agressão-moral	7	3,143
ciúmes	4	3,500
denúncia	4	3,750
destruição	5	3,400
discórdia	5	4,200
falta-de-estudo	5	3,200
ignorância	6	3,333
impotência	5	3,400
indignação	5	3,000
infelicidade	6	3,333
silêncio	4	4,000
vergonha	4	3,000
vingança	5	4,000

ANEXO C - Dicionário de termos evocados - EVOC 2000

Indignação (abismado, absurdo, decepção)
Estupro (agressão-sexual, violência-sexual, abuso, exploração, explorar)
Agressão (agredir, agressão-corporal, agressão-física, agressivo, facadas, facada, tiros, tiro)
Agressão-moral (palavras)
Agressão-verbal (ofender, ofensa, xingar, xingamento, machucar, mágoa, mágoas)
Alcoolismo (bebida)
Espancamento (murro, murro-na-cara, pai-que-batia-na-mãe, espancar, pancada, porrada, soco, bater, apanhar, inaceitável, reação, reagir, revidar)
Medo (pavor, terror, temor, trauma, pânico, apavorada)
Morte (morrer, matar, assassinato)
Maltrato (crueldade, maldade, maltratar, perversidade, brutalidade, barbaridade, sofrimento)
Briga (discussão, brigas, ferir, ferido, ferimento, ruim, mal, coisa-ruim, ingratidão, problemas)
Prisão (cadeia, policial)
Covardia (canalha)
Tristeza (chateada, chateado, chato, triste)
Ciúmes (infidelidade, desconfiança)
Confusão (complicação)
Denúncia (denunciar, queixa, queixas)
Falta-de-diálogo (falta-de-consideração, falta-de-concordância, falta-de-companheirismo, falta-de-companheirismo, desamizado, desrespeito, falta-de-respeito, falta-de-equilíbrio)
Falta-de-amor (desamor, falta-de-carinho)
Depressão (desanimada)
Discórdia (desarmonia, falta-de-paz, falta-de-harmonia)
Desentendimento (falta-de-compreensão, incompreensão)
Discriminação (desigualdade)
Falta-de-estudo (falta-de-instrução, falta-de-informação, educação)
Escraviza (escravidão)
Falsidade (desonestidade)
Falta-de-amor-proprio (falta-de-atitude)
Mal-caráter (falta-de-caráter)
Fome (falta-de-dinheiro, roubo, preocupação, sem-opção)
Falta-de-família (falta-de-união, desunião, filho, filhos, separação, pais-separados, pais, parceiro, relação, perdidos, sem-opção)
Fim (terminar, tem-que-acabar)
Impotência (insegurança)
Impunidade (injustiça, omissão)
Não-deveria-existir (não-deveria-acontecer)
Raiva (rancor, ódio, revolta)
Despezo (rejeição, vazio, desilusão, abandono)
Destruição (desumano, tragédia)
Silêncio (sofrimento-oculto, solidão)
Vingança (vingança).

ANEXO D - Parecer e aprovação do comitê de ética em pesquisa



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/MCO/UFBA
MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
IORG 0003460, April 1, 2004 – IRB 00004123, April 8, 2007

Rua Padre Feijó 240, Caneta - Ambulatório Magalhães Neto 3º andar, Programa de Pós-Graduação em Medicina e Saúde,
Cep: 40.160-170 - Salvador-Bahia. telefax.: (71) 3203-2740. e-mail: cep_mco@ufba.br

PARECER/RESOLUÇÃO Nº 21/2007

Registro CEP: 146 – 27.10.06

CAAE: 0134.0.054.0.0-06

Título do Projeto. “O cotidiano de violência familiar na população negra: um estudo dos determinantes sociais”.

Pesquisadora Responsável. Climene Laura de Camargo. “Curriculum Vitae” apenso.

Instituição. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, EEUFBA, CRESCER, SEMPER e outros.

Área do conhecimento. 4.04, Nível P, Grupo III

Objetivo. Analisar a violência familiar vivida no cotidiano de famílias negras em Salvador, afim de que seja possível contribuir para o melhor atendimento de indivíduos em situação de violência; compreender o cotidiano de famílias compostas por indivíduos negros que vivenciam atos violentos; descrever o processo de violência sofrida e praticada nas famílias em estudo.

Sumário: A pesquisadora busca através desta pesquisa analisar a violência familiar vivida no cotidiano de famílias negras em Salvador, afim de que seja possível contribuir para o melhor atendimento de indivíduos em situação de violência.

Comentários. O estudo de determinantes sociais de violência familiar na população negra na atual conjuntura poderá contribuir para nortear programas e ações de enfrentamento à situação de violência, bem como subsidiar as políticas de saúde para a população negra, em consonância com um dos princípios do SUS, colaborando para uma melhoria na qualidade de vida desta população.

Excelente Projeto, principalmente no que se refere à sua aplicabilidade e previsão para a produção de outros projetos, porém sugere-se que a autora refaça o projeto seguindo as normas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, normas essas de aceitação nacional para publicação de trabalhos e para melhor apresentação e análise. Se a proponente quer publicar uma tese, esta não pode ser, em forma de relatório.

Recomenda-se tabelar o Cronograma para melhor análise e compreensão daqueles que irão ler o projeto. Atenção na revisão da língua portuguesa. Solicitar orientação ao CEP quanto a redação de TGLPE. Observar o disposto na Resolução CNS 196/96, IV.1, IV.2 e IV.3.

Projeto aprovável. *Arquivado em 12 de Fevereiro de 2007*
CEP/MCO/UFBA - Universidade Federal da Bahia - Salvador, 12 de Fevereiro de 2007

Professor, Doutor, Antônio dos Santos
Coordenador – CEP/MCO/UFBA

Antônio dos Santos
Coordenador do Comitê de Ética
em Pesquisas Humanas
MCO - Universidade Federal da Bahia

Observação importante. Toda a documentação anexa ao Protocolo proposto e rubricada pelo (a) Pesquisador (a), arquivada neste CEP, e também a outra desenvolvida com a rubrica da Secretária deste (a) ao (a) mesmo (a), faz parte intrínseca deste Parecer/Resolução e nas “Recomendações Adicionais” apensas, **ben, como a impostergável entrega de relatórios parciais e final como consta nesta liberação**, (Modelo de Redação para Relatório de Pesquisa, anexo)



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/MCO/UFBA
 MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 IORG 0003460, April 1, 2004 – IRB 00004123, April 8, 2007

Rua Pedro Feijó 5240, Cidade – Amálgama Magalhães Neto 3º andar, Programa de Pós-Graduação em Medicina e Saúde,
 CEP: 40.110-130 - Salvador, BA. telef. (71) 3201-740 e-mail: cepmco@ufba.br

Recomendações Adicionais ao Parecer/Resolução N.º 21/2007

Senhor (a) Investigador (a).

O "sujeito de pesquisa" tem liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo à sua assistência médica. (Res. CNS/MS 196/96 – Item IV. 1. f), e deve receber uma cópia do **Termo de Consentimento Livre e Pré-Esclarecido (TCLPE)** na íntegra, por ele e por Vossa Senhoria assinada (Item IV. 2. d).

O (a) Pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuação pelo CFM que aprovou. (Res. CNS/MS 196/96 Item III.3 e Res. 346 Item II N.º 5), aguardando novo e respectivo Parecer, exceto quando no curso da mesma possa ocorrer risco ou dano não previsto ao passivo participante ou quando for constatada a superioridade do regime oferecido a um dos grupos da pesquisa. (Res. 196/96 Item V.3), hipóteses que requeiram ação imediata.

Informamos ao (à) Senhor (a) Pesquisador (a) que, no cumprimento da legislação. (Res. CNS/MS 251/97 Item 2 letras C,D,E,F,H), este CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que ocorram ou alterem o curso normal da pesquisa. (Res. CNS/MS 196/96 Item V.4 e Res. 346 Item II 5ª). É papel do (a) Pesquisador (a) assegurar medidas imediatas adequadas frente a **evento adverso grave ocorrido**, (mesmo que tenha sido em outro centro), e enviar notificação ao CEP com seu posicionamento científico-profissional. (Res. 346 Item II N.º 5a) Deve também encaminhar ao CEP **relatórios trimestrais** ou **semestrais** sobre o andamento (de acordo com o tempo de duração da mesma), e o **final, completo**, ao seu término da pesquisa, quando não demarcadas datas específicas.

Eventuais modificações ou emendas ao Protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando individualmente a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas enviá-las, junto ao Parecer Aprobatório do 1.º CEP quando for o caso, para serem anexadas ao Protocolo inicial. (Res. CNS/MS 251/97 – Item III.2 e Res. 346 Item III N.º 4 letra a, b).

Este CEP deverá ser informado quando da inclusão do primeiro paciente. Além do relatório final, ao término da pesquisa/estudo, parciais devem ser apresentados

Professor, Doutor, Antônio dos Santos Barreto
 Coordenador – CEP/MCO/UFBA

Antônio dos Santos Barreto
 Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa
 CEP/MCO/UFBA

Em 12/02/2007

VIDE VERSO →

Disposições que Assistem os Direitos do Consumidor ("Sujeitos da Pesquisa").

Constituição Federal Brasileira (1988) — em particular art. 5.º, incisos X e XIV; Código Civil — arts. 20 - 21; Código Penal — arts. 153 - 154; Código de Processo Civil — arts. 347, 363 e 406; Código de Defesa do Consumidor — arts. 43 - 44; Medida Provisória 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001; Resoluções da ANS. (Lei 9.961 de 28/01/2000) em particular a RN n.º 21; Código de Ética Médica CFM arts. 11, 70, 102, 103, 105, 106 e 108; Resoluções do CFM N.ºs 1605/2000, 1.638/2002, 1.642/2002; Padrões de Acreditações hospitalares do Consórcio Brasileiro de Acreditação, em particular, GI.2 - GI 1.12; Parecer CFM N.º 08/2005; Normas da Instituição quanto ao acesso ao prontuário. Considera-se, ainda, essencial, para a preservação e proteção do sujeito da pesquisa, a anuência do médico responsável pelo paciente e da autoridade responsável pelos prontuários.